



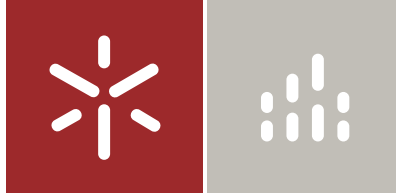
Universidade do Minho  
Escola de Arquitectura

Rui Nuno Sá Jesus

A Casa da Botica, Amares: Da ruína à  
oportunidade de Intervenção







Universidade do Minho  
Escola de Arquitectura

Rui Nuno Sá Jesus

A Casa da Botica, Amares: Da ruína à  
oportunidade de Intervenção

Dissertação de Mestrado  
Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao  
Grau de Mestre em Arquitectura  
Construção e Tecnologia

Trabalho efetuado sob a orientação do  
Arquiteto Carlos Alberto Maia Dominguez

## Declaração

Nome: Rui Nuno Sá Jesus

Endereço eletrónico: ruinunosajesus@gmail.com

Telefone: 917669019

Bilhete de indentidade / cartão de cidadão: 14353406

Título da tese: A Casa da Botica, Amares: Da ruína à oportunidade de Intervenção

Orientador:


Arquiteto Carlos Alberto Maia Dominguez

Ano de conclusão: 2018

Mestrado Integrado em Arquitetura

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, 31 de Outubro de 2018

Assinatura: 

## Agradecimentos

Ao Arquiteto Carlos Maia o agradecimento pela atenção e orientação de toda a dissertação.

Ao Senhor Martinho por ter prestado o acesso à Casa da Botica, bem como o interesse e disponibilidade em ajudar na realização deste trabalho.

À família, por tudo.

À Ana pelo apoio incondicional e contributo em todo o trabalho.

Por fim, aos amigos e a todos os que de alguma forma contribuíram para a elaboração desta tese.



# Resumo

A elaboração deste trabalho assenta na oportunidade de intervenção num edifício em ruína, a Casa da Botica, do séc. XIX, inserida em pleno centro da vila de Amares.

Como tal, pretende-se oferecer uma solução sob a forma de um projeto de arquitetura, que permita combater o problema da ruína e do esquecimento do património identitário desta região. A oportunidade de intervenção não se prende apenas numa questão de reabilitar um edifício antigo, mas sim num novo enquadramento deste património.

Esta intervenção será suportada por uma análise detalhada do objeto em questão e do local em que se enquadra, bem como nas várias metodologias de atuação de como intervir sobre a pré-existência.

Sustentado nestas premissas, pretendemos que o projeto de arquitetura e o seu programa adapte os novos tempos à pré-existência, estabelecendo uma interação da Casa da Botica com a envolvente que o rodeia, interferindo e afetando diretamente a dinâmica do centro da vila de Amares.



# Abstract

The elaboration of this project is based on the opportunity of intervention in a ruin of a built patrimony, Casa da Botica, from nineteenth century, located in the centre of the Vila de Amares.

Consequently, the main objective is provide a solution in a form of an architectural project, that will combat the problem of the ruin and forgetfulness of the built patrimony of this region. This opportunity of intervention doesn't mean a simple reconstruction of an old building, but also a new framework of this ruin.

This intervention will be supported by a detailed analysis of the building in question and the place where it belongs, as well as in the various theories of intervention of how to rehabilitate on heritage.

Based on these premises, we pretend that the architecture project and his function adapts the new times to the pre-existence, establishing an interaction of the Casa da Botica with the buildings that surrounds it and affecting directly in the centre of the Vila de Amares.

# Índice

## Página

## Volume I

1	Introdução
3	Objetivos
5	Metodologia

## Capítulo I – Análise e Interpretação

8-9	<b>1.1.</b> Enquadramento
	<b>1.2.</b> O Lugar
10-12	<b>1.2.1.</b> Relevância do Lugar
12-15	<b>1.2.2.</b> Evolução Morfológica
	<b>1.3.</b> A Casa da Botica
16-21	<b>1.3.1.</b> A História da Casa da Botica
22-23	<b>1.3.2.</b> Do solar à casa da lavoura
24-27	<b>1.3.3.</b> Descrição
28-31	<b>1.3.4.</b> O Logradouro
32-33	<b>1.3.5.</b> Sistema Construtivo
34-37	<b>1.3.6.</b> Estado Atual
38-43	<b>1.4.</b> Levantamento Topográfico



<b>Página</b>	<b>Capítulo II – Metodologia</b>
47-48	<b>2.1.</b> Sobre Património
49-50	<b>2.2.</b> Sobre a Reabilitação
51-52	<b>2.3.</b> Sobre a Intervenção
	 <b>Capítulo III – A Proposta</b>
56-57	<b>3.1.</b> Introdução ao projeto
	<b>3.2.</b> “A Porta”
58-60	<b>3.2.1.</b> O novo Largo D. Gualdim Pais
	<b>3.3.</b> Centro Interpretativo da Botica
60-65	<b>3.3.1.</b> Programa
66-73	<b>3.3.2.</b> Implantação e organização espacial da intervenção
74-75	<b>3.3.3.</b> O jardim da Casa da Botica
76-81	<b>3.3.4.</b> Maquete
82-83	<b>3.4.</b> A construção do Centro Interpretativo da Botica
84-85	<b>3.4.1.</b> Sistema estrutural
86-87	<b>3.4.2.</b> Pormenorização
88	Conclusão
90-91	Bibliografia

## Índice de figuras

Página	Figura	
9	1	Planta de localização e limites do Concelho de Amares (Esc. 1:100000).
11	2	Ortofotomapa do Largo D. Gualdim Pais.
13	3	Fotografia panorâmica do Largo D. Gualdim Pais.
15	4	Timeline da evolução do Largo D. Gualdim Pais dos séculos XX e XX (Plantas à escala 1:4000).
17	5	Ortofotomapa da Casa da Botica.
19	6	Pormenor da data gravada do Portão principal da Casa da Botica.
19	7	Fotografia do café da Casa da Botica - década de 1970.
19	8	Fotografia da Casa da Botica - 2011.
21	9	Pormenor da data gravada do Portão principal da Casa da Botica.
21	10	VISTA GERAL DE AMARES - Desenho do natural por João de Almeida - Minho Pittoresco.
21	11	Pormenor do balcão poente da casa da Botica, que seria transformado em marquise, na segunda metade do século.
21	12	Fotografia da Casa da Botica - 2018.
21	13	Esquema da evolução da Casa da Botica nos séculos XX e XXI.
23	14	Fotografia do lagar da Casa da Botica.
23	15	Fotografia do portão principal da Casa da Botica.
23	16	Fotografia das varandas da Casa da Botica sobre o Largo D. Gualdim Pais.
23	17	Fotografia da fonte da Casa da Botica.
25	18	Fotografia da garrafeira.
25	19	Fotografia da loja, com uma escadaria em madeira que funcionava através de um alçapão.

Página	Figura	
25	20	Planta piso 0 - Espaço comercial e arrumos (Esc. 1:200).
25	21	Fotografia do trabalhado teto de um dos salões principais.
25	22	Fotografia da cozinha.
25	23	Planta piso 1 - Habitação Senhorial (Esc. 1:200).
27	24	Fotografia de um dos quartos da trapeira.
27	25	Planta piso 2 - Trapeira - zona de habitação dos comerciantes (Esc. 1:200).
27	26	Fotografia do mirante, com destaque para o complexo desenho da cobertura da casa.
27	27	Planta de coberturas (Esc. 1:200).
29	28	Planta do logradouro - Escala 1:500.
30-31	29-33	Fotografias do logradouro.
33	34	Fotografia do pormenor construtivo da laje de piso.
33	35	Fotografia da constituição das paredes estruturais.
33	36	Fotografia das vigas de piso, em madeira, e sua ligação com as paredes estruturais.
33	37	Fotografia da constituição das paredes interiores - sistema de tabique.
35	38	Fotografia do alçado nascente da casa da Botica.
35	39	Fotografia do pátio interior da casa da Botica.
35	40-41	Fotografias de algumas peças do “Encontrarte”, realizado na casa da Botica.
36-37	42-46	Fotografias dos vários espaços da casa no seu estado atual.
38	47	Planta do desenvolvimento da propriedade (Escala 1:500).
39	48	Planta de levantamento do Piso 0 da Casa da Botica (Escala 1:200).

Página	Figura	
40	49	Planta de levantamento do Piso 1 da Casa da Botica (Escala 1:200).
41	50	Planta de levantamento do Piso 2 da Casa da Botica (Escala 1:200).
42	51	Corte A da Casa da Botica (Escala 1:200).
42	52	Corte B da Casa da Botica (Escala 1:200).
42	53	Corte C da Casa da Botica (Escala 1:200).
43	54	Alçado Nascente da Casa da Botica (Escala 1:200).
43	55	Alçado Poente da Casa da Botica (Escala 1:200).
43	56	Alçado Norte da Casa da Botica (Escala 1:200).
43	57	Corte D/Alçado Sul da Casa da Botica (Escala 1:500).
57	58	Planta de coberturas do desenvolvimento da proposta (Escala 1:500).
59	59	Corte longitudinal da Casa da Botica com a relação com o Largo D. Gualdim Pais antes da intervenção (Escala 1:300).
59	60	Corte longitudinal da Casa da Botica com a relação com o Largo D. Gualdim Pais com a intervenção (Escala 1:300).
61	61	Mapeamento dos pontos de interesse da ruína existente e esquema conceptual da organização de um percurso que uma esses pontos (Escala 1:200).
63	62	Axonometria extrudida da organização da proposta.
65	63-65	Axonometrias da proposta implantada na ruína pré-existente.
66	66	Planta de implantação da proposta (piso 0) – Escala 1:200.
67	67	Corte 1 – Escala 1:100.
67	68	Corte 2 – Escala 1:100.
68	69	Planta de implantação da proposta (piso 1) – Escala 1:200.
69	70	Corte 3 – Escala 1:100.

<b>Página</b>	<b>Figura</b>	
69	71	Corte 4 – Escala 1:100.
70	72	Planta de implantação da proposta (pisos 2) – Escala 1:200.
71	73	Corte 5 – Escala 1:100.
71	74	Corte 6 – Escala 1:100.
72	75	Alçado Norte – Escala 1:100.
72	76	Planta de coberturas da proposta – Escala 1:200.
73	77	Alçado Nascente – Escala 1:100.
73	78	Alçado Poente – Escala 1:100.
75	79	Planta da proposta do logradouro – Escala 1:200.
75	80	Corte 1 – Escala 1:200.
76-81	81-86	Fotografias da maquete.
83	87	Fotomontagem da relação do aço corten da proposta com a alvenaria de pedra pré-existente.
85	88	Axonometria extrudida do esquema estrutural da intervenção.
87	89	Corte construtivo tipo da intervenção – Escala 1:10.



# Introdução

A área de investigação desta proposta assenta na questão da Intervenção em Património, mais concretamente na reabilitação de um edifício antigo, inserido em centro urbano, a Casa da Botica.

Embora o caso de estudo não se trate de um centro urbano de grande dimensão, mas sim numa escala de vila – Vila de Amares –, as problemáticas presentes relativas ao tema são similares e representam a base de sustento teórico deste exercício.

Temas como Ruína, Património e Reabilitação serão confrontados e colocados em discussão, e assumir-se-ão como o objeto de estudo deste trabalho. Desta forma, várias ideologias de como intervir sobre o Património serão analisadas e servirão de instrumento processual para as decisões a ser tomadas na proposta de projeto. É essencial e obrigatório que esta se sustente nestes modelos e, simultaneamente, se complementem.

Antes de qualquer intervenção arquitetónica interessa proceder a uma análise detalhada do objeto em questão, com vista a entender a sua história e evolução, percebendo, por isso, o motivo do seu estado atual.

Partindo deste diagnóstico, a grande problemática para a intervenção em património relaciona-se com o modo de intervir sobre a pré-existência, de forma a garantir a sua valorização, ao mesmo tempo que se pretende enquadrá-lo num contexto atual e futuro. Além disso, interessa também propor uma solução para o problema da ruína em centro urbano.





## Objetivos

É objetivo, que através de toda a investigação teórica, se alcancem as ferramentas para auxiliar a resolução do problema da ruína e do esquecimento, com uma proposta que claramente o adapte e enquadre com a contemporaneidade e todas as suas vicissitudes.

Dada a descaracterização da Identidade da Casa e o facto de não ser sensato torná-la uma vez mais habitação senhorial, tornam pertinente uma adaptação da pré-existência às novas necessidades da vila. A sua imponência no lugar também a isso evoca e torna claro que essa possível transformação conseguiria oferecer um novo dinamismo a este centro urbano.

Esta relevante presença da Casa, outrora vista como demonstração de poder, deve agora ser utilizada para uma forte marcação deste centro da vila. A Intervenção aparece assim com esse propósito, o de revitalizar a Identidade de uma habitação senhorial, tornando-a num objeto que marque o espaço cívico com o espelhar das atividades lúdicas daquela população, fazendo com que seja facilmente adaptável a essa resposta.



## Metodologia

A dissertação estrutura-se em três capítulos: Análise e Interpretação da Casa da Botica e do Lugar onde se insere, Metodologia Conceptual e enquadramento teórico da problemática e, para finalizar, a Proposta de Intervenção.

Numa primeira fase, procedeu-se a uma reformulação do levantamento topográfico, com vista a conseguir uma planificação do estado atual de degradação da casa. Concluída essa planificação, torna-se fulcral uma análise cuidada do lugar, com o intuito de compreender meticolosamente onde esta se insere. Percebido o contexto e a forma do objeto, partir-se-á para uma análise histórica, com o intuito de identificar as várias alterações que a Casa da Botica foi sofrendo ao longo dos tempos. Posteriormente, através do estudo de casas nobres e arquitetura tradicional portuguesa, deseja-se entender a hibridez morfológica que caracteriza o objeto, percebendo como se desenvolvia e articulava.

No que concerne ao segundo capítulo, Metodologia, pretende-se fundamentar a intervenção através das várias formas de atuação sobre o património, não tornando este capítulo num volume teórico massivo. Apesar de não existir apenas uma forma de intervenção em Património, interessa enquadrar toda a ideia conceptual da proposta a executar num modelo de intervenção, que a complemente.

Para finalizar, o terceiro capítulo, engloba toda a concretização da ideia de intervenção em projeto de arquitetura. Aqui, será explicada toda a proposta de intervenção desde a organização do projeto e do novo Largo D. Gualdim Pais, até ao pormenor construtivo da sua concretização. Além disso, será explicado e fundamentado a escolha do programa a aplicar, bem como a alteração que provocará na dinâmica desta vila.



# Capítulo I

Análise e Interpretação

## 1.1. Enquadramento

<sup>1</sup> PINTO, R. S. – *Se amares AMA-RES...*, 1998, p. 42.

<sup>2</sup> CAPELA, J. V.; ROCHA, F. – *Amares nas Memórias Paroquiais de 1758*, 2003, p. 22.

**Figura 1** - Planta de localização e limites do Concelho de Amares (Esc. 1:100000).

O caso prático desta dissertação insere-se num contexto rural, mais concretamente em pleno centro da Vila de Amares.

Este território corresponde sensivelmente ao antigo concelho “Terras d’Entre Homem e Cávado”, circundado pelos concelhos de Vila Verde, Póvoa de Lanhoso e Terras de Bouro, limitado a Norte-Noroeste, pelo Rio Homem e a Sul-Sudeste, pelo Rio Cávado, respetivamente. Este seu anterior desígnio é claramente justificado pelas características geográficas em que se insere.

Estas terras sempre foram reconhecidas propriedades ligadas à classe nobiliárquica, aparecendo o primeiro registo oficial num documento, datado a 960, no livro da Condessa Mumadona, de Guimarães, onde é feito um inventário completo do seu património, na região de Entre Douro e Minho. “*Segundo as mais conhecidas Inquirições do séc. XIII (1220 e 1258), parte importante do actual território do concelho continuava a pertencer a entidades privilegiadas, coutos ou honras, ligadas sobretudo à nobreza ou clero. (...) Mesmo com a crescente centralização régia, que se verificou nos séculos seguintes, Amares foi sempre um território de forte implantação nobiliárquica. Nobreza e clero continuam a ter aqui diversas terras coutadas e honradas, logo com imensos privilégios.*”<sup>1</sup>.

Em Julho de 1514, recebeu foral de D. Manuel I e na sua constituição possuía grande parte das freguesias, que hoje correspondem ao concelho de Amares.

Apesar de haver uma divisão de poderes no concelho, através dos vários coutos e honras, a freguesia de Amares aparecia como a entidade administrativa concelhia mais desenvolvida do ponto de vista territorial e institucional. “*Em Amares, cabeça do concelho, está o foral, a casa da audiência e câmara, a cadeia e o pelourinho. Aí se realizam as audiências e a partir daí se exerce a jurisdição cível e crime sobre 12 freguesias que então compõem o termo concelhio.*”<sup>2</sup>. Desta forma, viria a constituir o núcleo essencial do futuro concelho, após as reformas liberais para a administração territorial e municipal da 1ª metade do século XIX, aglomerando em si a maioria das paróquias daqueles extintos concelhos.

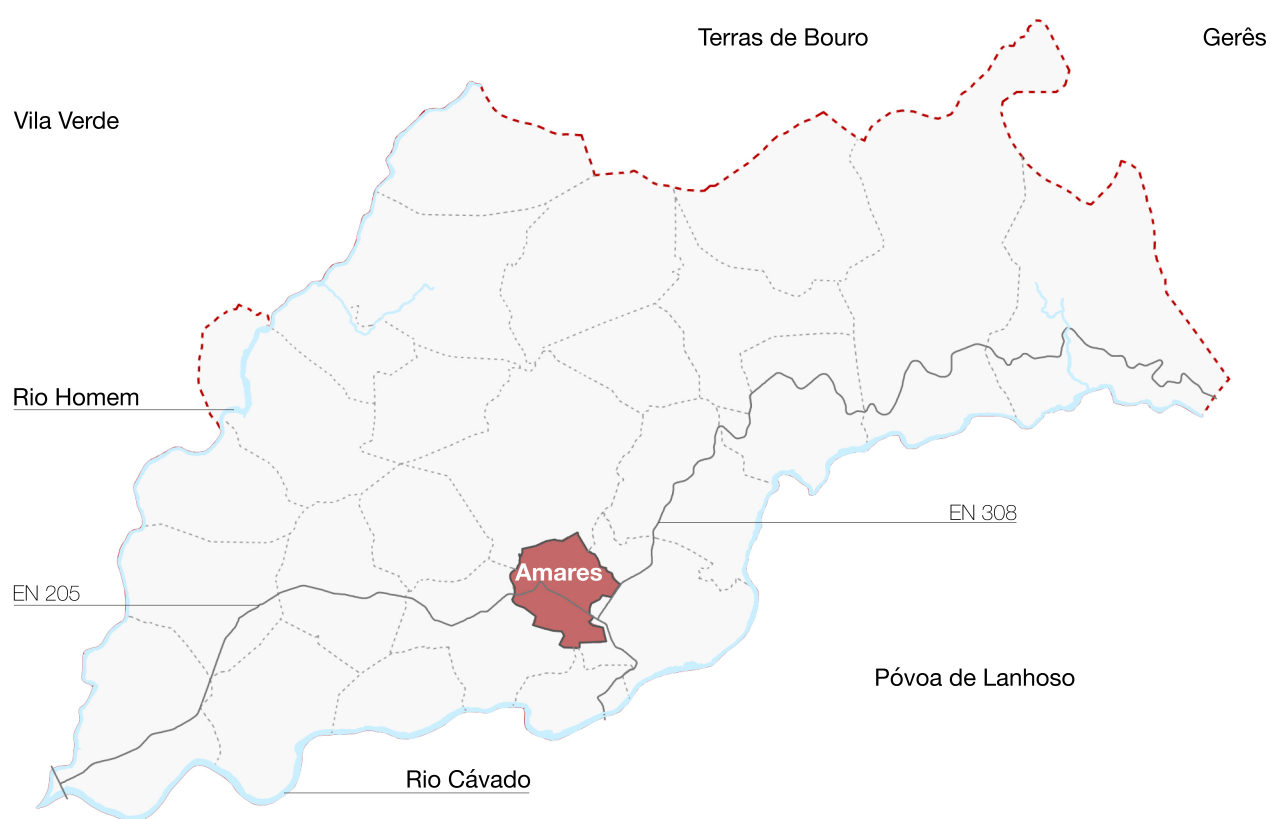


Fig. 1

## 1.2. Lugar

### 1.2.1. Relevância do Lugar

<sup>3</sup> CAPELA, J. V. ; DOMINGUES, A. – *Para a História de Amares*, 2014, p. 421.

<sup>4</sup> CAPELA, J. V. ; DOMINGUES, A. – *Para a História de Amares*, 2014, p. 428.

**Figura 2** - Ortofotomapa do Largo D. Gualdim Pais.

O Largo de D. Gualdim Pais, outrora denominado de Praça Municipal do Eirado, cedo se destacou como centro do concelho que regia as “Terras d’ Entre Homem e Cávado”.

Enfatizando essa sua preponderância no concelho, aqui se encontravam os vários serviços de importância pública, como o edifício dos Paços do Concelho, o Foral, a Casa da Audiência, a Conservatória, as Finanças e Tesouraria da Fazenda Pública, a Estação de Telégrafo-postal, a Farmácia, a Casa do Hospício, a cadeia e a Igreja Matriz, que desenhavam os seus limites e o destacavam dos demais lugares do concelho. Além deste aglomerado, existia ainda aqui o “(...) *Pelourinho de Amares, cuja construção remonta, muito provavelmente, ao século XVII, classificado como Monumento Nacional em 1910, símbolo do poder local.*” <sup>3</sup>. Ainda outros edifícios particulares, de famílias abastadas, compunham este mesmo largo, como o caso do objeto em estudo.

Outra característica patente a este largo é o facto de este ser dividido em duas partes, a norte e a sul, através da estrada nacional N 205, que atravessava o concelho e ligava ao Gerês. Esta característica é muito visível nestes concelhos minhotos, que na sua fundação, aproveitavam sobretudo a proximidade a redes viárias e a recursos hídricos para se constituírem. Esta preferência por terras estrategicamente próximas de recursos hídricos é justificada pela atividade destas populações, nomeadamente o cultivo destas terras, que eram o seu sustento.

Por ser um ponto central na vida da vila, bem como ser próximo das vilas populosas de Póvoa do Lanhoso e Terras de Bouro, estabeleceu-se aqui uma feira quinzenal, desde o ano de 1921. Esta escolha deveu-se às “(...) *boas condições que oferece a Praça do Eirado em Amares e os lugares adjacentes, atendendo à vastidão do seu perímetro, bem como à proximidade de boas fontes e à facilidade de comunicações e de policiamento.*” <sup>4</sup>. Mais tarde, no final da primeira metade do século XX, esta mesma feira deixou de se realizar, passando a ser realizada apenas uma feira franca anual.





Fig. 2

<sup>5</sup>VIEIRA, J. A. – *O Minho Pittoresco*, 1886, p. 432.

<sup>6</sup>SILVA, D. - *Entre Homem e Cávado*, 1958, p. 166.

Este lugar, “(...) *que outr’ora deveria ser o ponto de reunião da elite do antigo concelho de Entre Homem e Cávado*, (...)” <sup>5</sup>, passaria, a partir de 1940, a ser denominado como Largo D. Gualdim Pais, em honra de um dos Heróis da vila, de seu nome Gualdim Pais, passando a conter ainda uma estátua em sua homenagem.

**Figura 3** - Fotografia panorâmica do Largo D. Gualdim Pais.

### 1.2.2. Evolução Morfológica

Com a evolução do concelho, o Largo Municipal do Eirado sofreu várias mutações, quer na sua composição, quer nos alçados que o limitam.

A primeira imagem deste lugar remonta a 1910 e nela consta a Igreja Matriz e respetivo adro, que, por esta altura, estava localizada na metade norte deste largo, enquanto que, na metade sul, encontrava-se a Capela de N. Sra. do Amparo. Ajudando na datação da imagem, é ainda possível observar no horizonte o início da construção da Capela de N. Sra. da Paz. Mais tarde, em 1926, a Igreja Matriz seria transladada para a metade sul do largo, aglomerando-se à antiga capela da N. Sra. do Amparo, que passaria a assumir as suas funções. Com isto, toda esta metade passaria a ser domínio passal.

O primeiro registo aparecia apenas em 1948, através da cartografia militar, e nele é possível conhecer, pela primeira vez, a composição rigorosa deste lugar e seus respetivos limites. A Igreja Matriz surgia já na metade sul, enquanto que a metade norte funcionaria como praça pública. Por esta altura já era denominado de Largo D. Gualdim Pais.



Fig. 3

*“Uma praça ajardinada e orlada nas extremidades de alguns razoáveis edifícios, com a designação toponímica de Largo de D. Gualdim Pais; é dividida pela estrada que vai ao Gerês.*

*Voltado para ela, destaca-se na parte norte o monumento do herói; a rodear a base 24 escudos talhados na pedra, com o nome de cada uma das freguesias em campo aberto; gravada a seguinte legenda:*

*“A D. Gualdim Pais a terra de Amares”.<sup>6</sup>*

**Figura 4** - Timeline da evolução do Largo D. Gualdim Pais dos séculos XX e XXI (Plantas à escala 1:4000).

Recorrendo à cartografia militar de 1978 e a alguns registos fotográficos desta década, é possível afirmar que a metade norte da praça estaria a funcionar como jardim e a metade sul começava já a assumir um carácter público, desenhando alguns espaços ajardinados. Esta metade deixaria de ser domínio passal, através de um acordo elaborado com a Câmara Municipal, que facultaria uma habitação num dos alçados envolventes para o pároco local, como moeda de troca. Ademais, é ainda possível observar um início de urbanizações na envolvente do largo.

A cartografia militar de 1996 acentuava uma exponencial divisão das parcelas envolventes para construção de urbanizações, bem como mostrava já um novo desenho do espaço ajardinado na metade norte do largo. A metade sul aparecia já abrangida por esse desenho, surgindo uma fonte na sua composição. Esta morfologia do largo continuaria visível na cartografia de 2003, embora houvesse uma densificação da mancha de urbanizações envolvente.

Por fim, a última transformação do largo viria em 2005, através de uma requalificação de todo o lugar num novo desenho. A metade norte usufruía de uma nova organização do espaço ajardinado, que contava com a inclusão de um pequeno parque e de uma zona pavimentada ao centro, apoiada por um espaço comercial. Esta área pavimentada era rematada a norte com a reabilitação do antigo Pelourinho de Amares e a sul com o monumento do Herói D. Gualdim Pais. Por outro lado, a parte sul passaria a ser um espaço livre e desimpedido, funcionando como praça pública, rematado a norte com uns pequenos espaços ajardinados, contaminados ainda pelo desenho da metade norte.



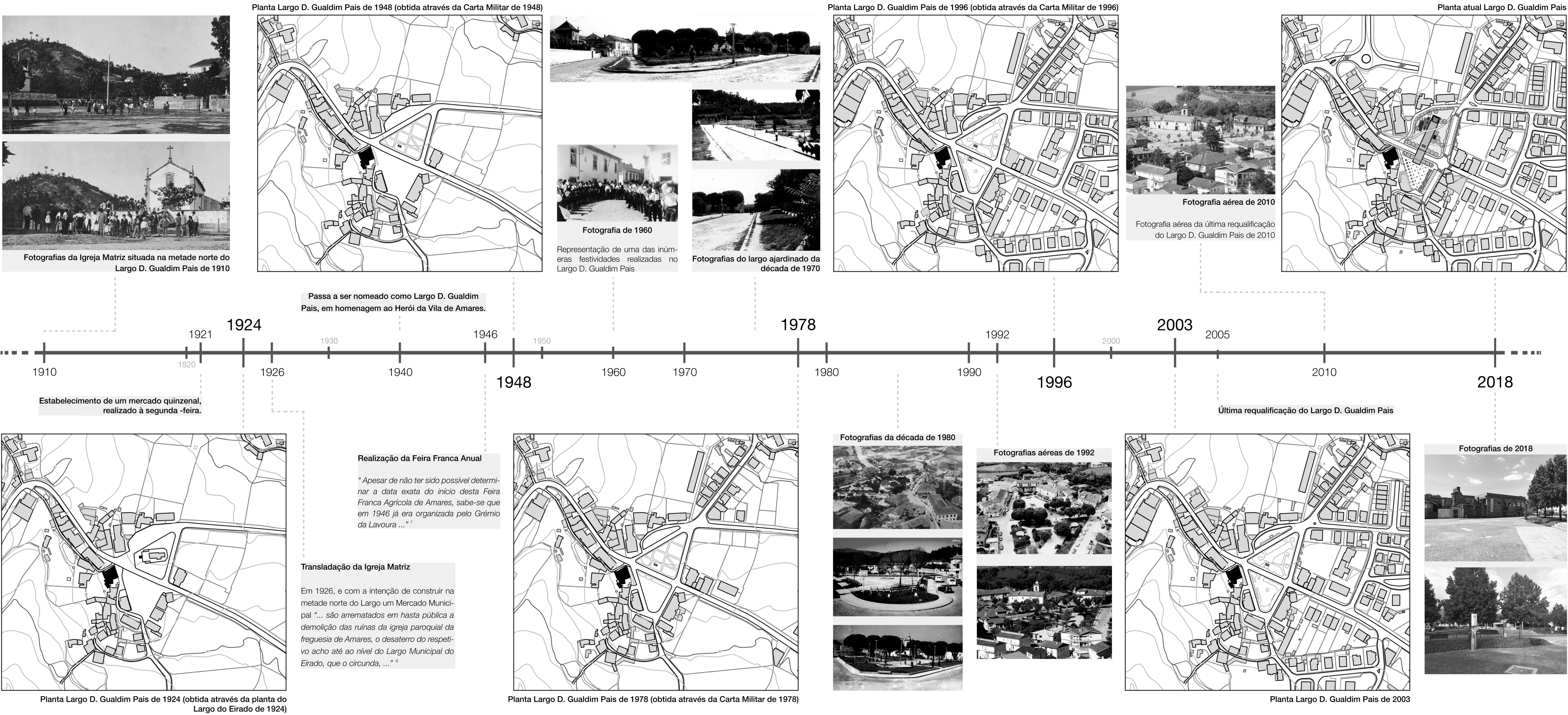


Fig. 4



### 1.3. A Casa da Botica

#### 1.3.1. A História da Casa da Botica

Remontando claramente a um exemplar de casa Burguesa do séc. XIX, a Casa da Botica, situada em pleno centro da vila de Amares, tinha como proprietários uma família fidalga, endinheirada, a família Leite Dias.

Diretamente relacionada com o Largo D. Gualdim Pais e seguindo o modelo de organização da típica casa Burguesa, o seu piso inferior já assumiu várias funções. Ora, consta que o nome da Casa advém da sua primeira utilização, onde este assumiu a função de Boticário, servindo assim como primeira farmácia do Concelho. Esta função estaria ligado à atividade de um dos familiares, uma vez que foram encontrados inúmeros documentos e objetos relativos a esse Boticário no piso principal da Casa, que seriam os aposentos da família senhorial. Este espaço assumiria essa função até à década de 1930, tendo inclusive sido autorizada pela rainha D. Maria II, como comprovam documentos da época. Mais tarde, este mesmo piso havia funcionado como um café, desde 1972 até a meio da década de 1990, residindo os exploradores do estabelecimento na trapeira da habitação, através de um acesso independente à habitação principal, que ligava o café aos seus aposentos.

O primeiro registo existente da Casa data de 1879, onde aparece descrito que pertenceria a Rosa Joaquina da Silva Leite, moradora e natural de Amares. Ora, este registo só é possível apurar, através do testamento elaborado pela mesma. Como tal, e apesar de não haver uma informação concreta do ano da sua construção, a data identificada no portão principal aponta para que seja o ano de 1849.

Após o falecimento de Rosa Joaquina, a casa foi herdada pela sua filha Rosa Amélia da Silva Leite Dias, em 1893. Contudo, somente em 1922, aparece o primeiro registo descritivo da propriedade, onde consta muito semelhante ao que perdurou até à última transformação, indicando ser propriedade de Rosa Amélia da Silva Leite Dias. Neste mesmo registo, consta ainda que a Casa da Botica ergueu-se sobre duas moradias, que outrora existiram naquele lugar. Desta forma, e através da análise da geometria das paredes estruturais, especula-se que teriam sido aproveitadas as bases existentes para a construção da Casa

**Figura 5** - Ortofotomapa da Casa da Botica.



Fig. 5

**Figura 6** - Pormenor da data gravada do Portão principal da Casa da Botica.

**Figura 7** - Fotografia do café da Casa da Botica - década de 1970.

**Figura 8** - Fotografia da Casa da Botica - 2011.

da Botica, obtendo assim uma possibilidade de desenho dessas antigas habitações. Além disso, é também indicado que essas moradias possuíam uns rocios, não aparecendo descrito toda a vastidão do logradouro existente já em 1922. Ora, através da análise dos muros existentes nesse logradouro, aliado ao facto de existir um outro acesso independente, tudo leva a crer que, à altura, esse logradouro seria propriedade de uma outra pessoa, não estando ligado a essas moradias. Mais tarde, aquando da construção da Casa da Botica, terá sido adquirido e anexado à propriedade, como hoje conhecemos.

Através de uma serigrafia representativa da casa, realizada por João de Almeida, em 1886 e contida no livro *Minho Pittoresco*, é ainda possível observar que o anexo que sobressai da geometria da habitação não existiria naquela época, possuindo uma data posterior, no início do século XX. Ora, este volume, além de arrumos, serviria como habitação dos caseiros da propriedade e encontrava-se anexado ao alçado poente, com acesso em escadas até ao logradouro. Além da serigrafia, a ligação dos elementos construtivos deste anexo com a habitação permite comprovar isso, bem como a existência de um balcão que outrora serviria de varanda sobre o logradouro.

Por volta da década de 1930, a casa terá sido herdada, por uma neta da primeira proprietária, filha de Rosa Amélia, permanecendo assim como propriedade da família.

Posteriormente, em meados da segunda metade do séc. XX, a casa sofreria uma pequena alteração, através da ligação do balcão, que abria sobre o logradouro, com o anexo que teria sido acrescentado no início do século, criando uma pequena marquise. Por esta altura, a casa seria, por sua vez, herdada por uma bisneta da primeira proprietária, sendo esta Maria Eurídice Dias Leite de Campos Ferreira. Esta viria a ser a última proprietária da habitação, pertencente à linhagem desta família, que habitaria a Casa até à década de 80.





Fig. 6



Fig. 7



Fig. 8

<sup>7</sup> Registo predial da Casa da Botica

<sup>8</sup> Registo predial da Casa da Botica

**Figura 9** - Pormenor da data gravada do Portão principal da Casa da Botica.

**Figura 10** - VISTA GERAL DE AMARES - Desenho do natural por João de Almeida - Minho Pittoresco.

**Figura 11** - Pormenor do balcão poente da casa da Botica, que seria transformado em marquise, na segunda metade do século.

**Figura 12** - Fotografia da Casa da Botica - 2018.

**Figura 13** - Esquema da evolução da Casa da Botica nos séculos XX e XXI.

Além desta casa, esta família possuía bastantes propriedades nesta área do concelho. A partir dessa década, Maria Eurídice residiu numa outra moradia herdada, pertencente à mesma família, que se encontrava no início da rua da Casa da Botica, apenas visitando esporadicamente esta habitação. Inclusivamente, os caseiros da habitação haviam de deixar a casa por volta desta data.

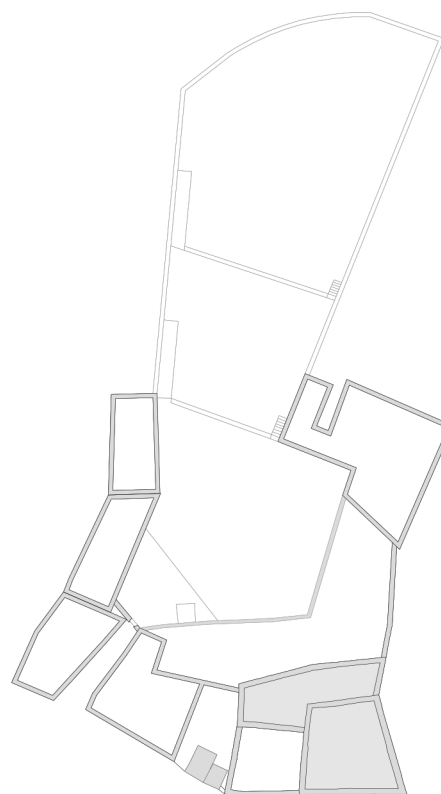
Já no ano 2000, a casa acaba por ser vendida em compropriedade a um particular e uma empresa, denominada L.O.C.A..

Dado o estado deteriorado e abandonado da habitação, em 2011, e com vista a dar, exteriormente, um ar mais apresentável à casa, no decorrer da requalificação do Largo, foi subtraído o último andar, a trapeira, sendo colocada uma cobertura metálica e caixilharias espelhadas, impedindo a visão do seu interior. Para além disso, o primeiro piso da habitação também ruiu e foi subtraído o reboco exterior, ficando visível a nu o sistema estrutural, em pedra. Apesar da tentativa de limpar e proteger o edifício, esta alteração levada a cabo no objeto de estudo vinha assim desconfigurar totalmente a habitação, representando uma caricatura de reabilitação.

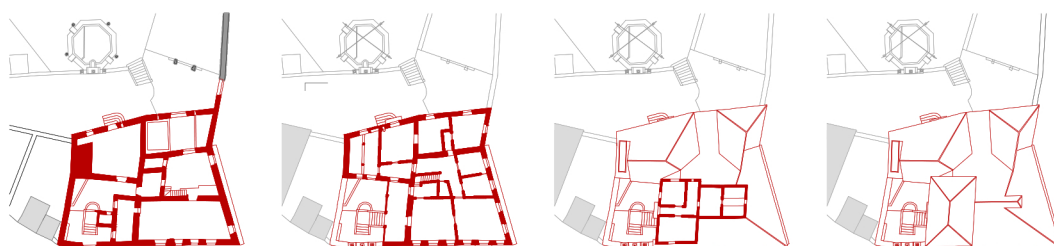
1820

*"(...) Um terreno que outro-ora existiram duas moradas de casas e seus rocios as quais foram demolidas e substituídas por uma só morada grande e bem reedificada, (...)”<sup>7</sup>*

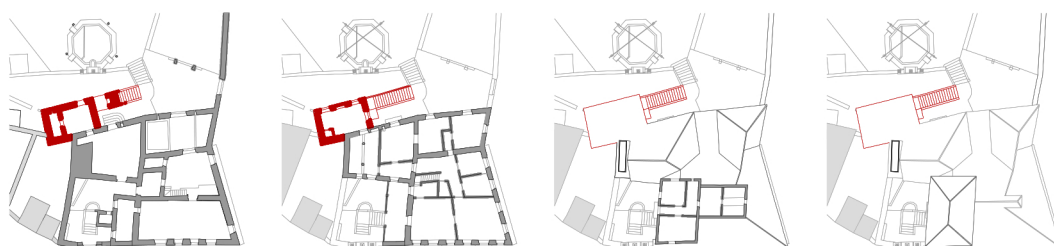
*"(...) morada grande e bem reedificada, sobradada e telhada, com suas janelas de vidraças, uma varanda envidraçada para o lado sul, onde tem uma escadaria de pedra, um portal api-larado, birado ao nascente, e caminho da Capela de Nossa Senhora do Amparo, uma varanda, com grades de ferro, que serve de sacada em toda a extensão das casas, para o lado do norte, a faser frente ao caminho e Eirado da cadeia. E para o lado nascente algumas janelas rasgadas com grades de ferro. (...)”<sup>8</sup>*



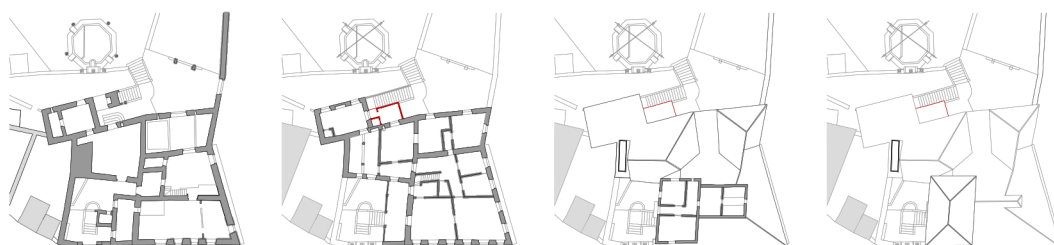
1850



1930



1980



2018

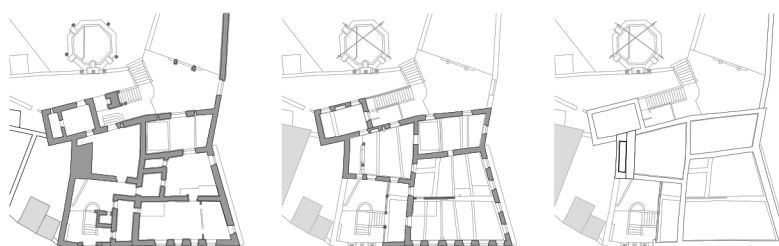


Fig. 9, 10, 11, 12

Fig. 13

### 1.3.2. Do solar à casa da lavoura

<sup>9</sup> ORDEM DOS ARQUITECTOS – *Arquitectura Popular em Portugal*, 2004, p. 5.

<sup>10</sup> ORDEM DOS ARQUITECTOS – *Arquitectura Popular em Portugal*, 2004, p. XX.

<sup>11</sup> ORDEM DOS ARQUITECTOS – *Arquitectura Popular em Portugal*, 2004, p. XX.

**Figura 14** - Fotografia do lagar da Casa da Botica.

**Figura 15** - Fotografia do portão principal da Casa da Botica.

**Figura 16** - Fotografia das varandas da Casa da Botica sobre o Largo D. Gualdim Pais.

**Figura 17** - Fotografia da fonte da Casa da Botica.

Não pertencendo o objeto de estudo a uma família de linhagem nobre, uma vez que não existe qualquer marca de brasão presente, a casa da Botica assume um grande papel de notoriedade, quer pela sua fisionomia, quer pela sua localização perante a vila.

Esta grande demonstração de poder por parte dos seus proprietários, indica que, apesar de ser um típico exemplar de casa da lavoura e devido a se tratar de uma família de grandes posses, estejamos perante o “(...) *caso do solar rural, misto de erudição longínqua e de vincada presença de elementos locais.*” <sup>9</sup>. Ora, a Casa da Botica sempre se encontrou diretamente relacionada com a exploração agrícola, na produção vinícola e de vários produtos vegetais, quer para a consumo próprio, quer para venda, encontrando-se claramente entre a erudição e o rural. Como apanágio desta região, estas casas encontravam-se sempre próximas de terras estrategicamente escolhidas para o seu trabalho. Aliás, em muita da arquitetura vernácula do Minho, o desenho aparece sempre acompanhado de gestos rurais, facilmente visíveis nas relações entre a casa principal e as construções anexas, edificadas sempre perante as necessidades.

Apesar de todo este carácter rural, certos elementos presentes enriquecem o objeto em questão, conferindo-lhe uma aparência de solar. A sua localização, bem como a visível relação nobre sobre o Largo D. Gualdim Pais, sobressaem a identidade solarenga da casa da Botica, em comparação com as demais casas da lavoura presentes na região. Além disso, outros elementos pontuais evidenciam essa singularidade, visível na imponência do portão principal, nas varandas que se abrem sobre o largo e no elemento fonte presente no logradouro da propriedade.

Da mesma forma que “*Os grandes estilos eruditos ganharam frequentemente, aqui e além, expressões locais, resultantes de uma adaptação às condições particulares das regiões diferenciadas.*” <sup>10</sup>, certas “(...) *feições populares enobrecem-se, por vezes, com a apropriação de elementos ou ensinamentos das arquitecturas eruditas.*” <sup>11</sup>.





Fig. 14



Fig. 15



Fig. 16



Fig. 17

### 1.3.3. Descrição

<sup>12</sup> OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitetura Tradicional Portuguesa*, 2000, p. 27.

<sup>13</sup> OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitetura Tradicional Portuguesa*, 2000, p. 40.

**Figura 18** - Fotografia da garrafeira.

**Figura 19** - Fotografia da loja, com uma escadaria em madeira que funcionava através de um alçapão.

**Figura 20** - Planta piso 0 - Espaço comercial e arrumos (Esc. 1:200).

**Figura 21** - Fotografia do trabalho do teto de um dos salões principais.

**Figura 22** - Fotografia da cozinha.

**Figura 23** - Planta piso 1 - Habitação Senhorial (Esc. 1:200).

*“A casa popular na área rural atlântica, e de acordo com o tipo nortenho geral (...), é uma construção de rés-do-chão e andar, contendo no térreo as cortes ou aidos, estábulos, currais e pocilgas para os animais, a adega, o lagar, as tulhas, o palheiro e arrumações diversas, e no andar sobrado os aposentos para as pessoas, ou seja, os quartos e a sala; a cozinha ora se situa aí, ora é térrea, conforme os casos.”* <sup>12</sup>.

A casa da Botica, excetuando o tempo em que teve uma exploração comercial de uma parte do piso inferior, comum num exemplar de casa burguesa, enquadra-se nesta tipologia de casa popular da área rural atlântica.

Na sua configuração desenvolve-se em três níveis, com uma nítida distinção funcional e independência entre eles. Além do espaço para exploração comercial, o piso térreo estava inteiramente relacionado com o logradouro e as suas atividades. Desta feita, era composto por loja, zona de arrumos, adega, lagar e, o já referido espaço para exploração comercial, que outrora foi ocupado pela antiga farmácia. Neste mesmo piso, eram guardados e produzidos produtos oriundos do trabalho do logradouro, com o qual estas repartições possuíam relação direta.

O andar sobradado era inteiramente destinado à habitação senhorial, encontrando aqui os vários espaços domésticos por excelência. Logo após a entrada principal, aparecem as duas salas que, através de varandins, se abrem sobre a praça. Estas funcionavam como *“(...) uma dependência de natureza fundamentalmente cerimonial, (...) e também determinados acontecimentos festivos; (...) é a divisão onde a preocupação decorativa e os elementos de luxo assumem maior vulto.”* <sup>13</sup>. Aliás, é ainda visível o minucioso trabalho dos tetos e dos vãos que compõem as salas.

Em contrapartida, os quartos e as casas de banho eram divisões bastante mais simples e humildes, onde os tetos eram forrados a madeira e tinham a forma de alcovas ou cubículos.

Ainda no piso senhorial, a cozinha aparece como *“(...) o compartimento essencial da casa, o local onde decorre toda a vida de relação*



Fig. 18 e 19

- 1 - Zona comercial (Café)
- 2 - Loja
- 3 - Lagar
- 4 - Adega
- 5 - Garrafeira
- 6 - Loja dos caseiros
- 7 - Arrumos (Café)

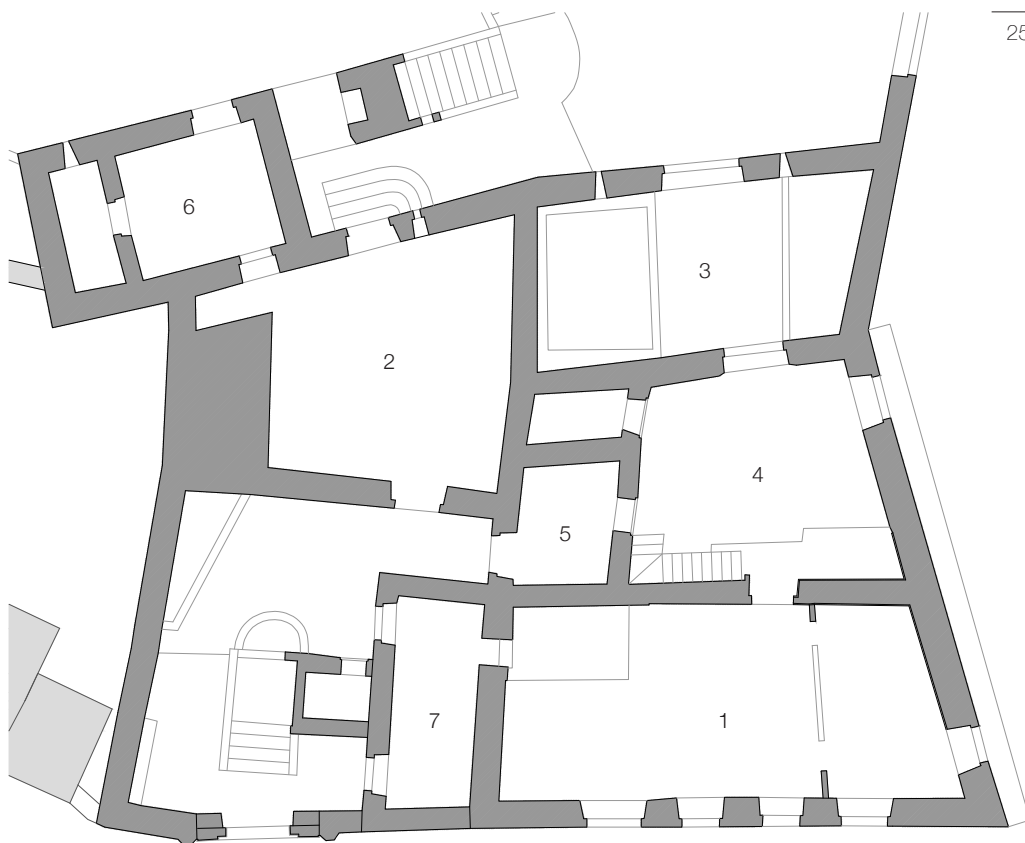


Fig. 20



Fig. 21 e 22

- 7 - Marquise
- 8 - Cozinha
- 9 - Zona de habitação (caseiros)
- 10 - Sala Jantar
- 11 - Salão principal
- 12 - Quarto principal
- 13 - Quarto
- 14 - WC
- 15 - Espaço de circulação

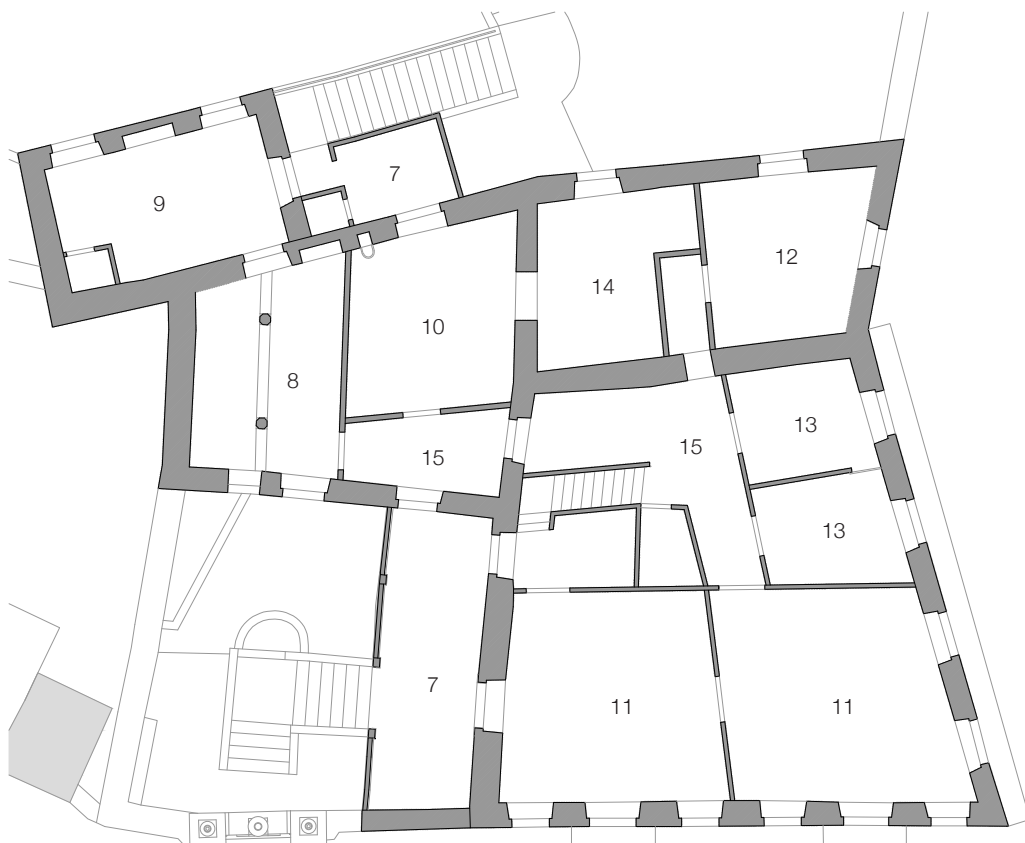


Fig. 23

<sup>14</sup> OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitetura Tradicional Portuguesa*, 2000, p. 42.

<sup>15</sup> OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitetura Tradicional Portuguesa*, 2000, p. 42.

<sup>16</sup> OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitetura Tradicional Portuguesa*, 2000, p. 89.

**Figura 24** - Fotografia de um dos quartos da trapeira.

**Figura 25** - Planta piso 2 - Trapeira - zona de habitação dos comerciantes (Esc. 1:200).

**Figura 26** - Fotografia do mirante, com destaque para o complexo desenho da cobertura da casa.

**Figura 27** - Planta de coberturas (Esc. 1:200).

*da família, onde se cozinha, se come e se reúnem as pessoas depois do trabalho, (...)*" <sup>14</sup>. A importância da cozinha na organização da casa reflete-se também para o exterior, através do grande destaque, que é elemento chaminé, presente no alçado nascente da habitação. Esta desenvolve-se a todo o comprimento da parede da cozinha, sendo constituída por pedra e apoiada em colunas, tomando um aspeto monumental. No caso específico deste solar, a cozinha encontra-se no andar sobradado e *"A sua peça fundamental é a lareira, símbolo da casa, ou seja, o lugar onde se faz o fogo e se prepara a comida."* <sup>15</sup>, que se situa a meio da parede da cozinha. Por outro lado, no canto dessa parede, encontram-se os fornos, sendo um deles maior e destinado às grandes fornadas de pão, enquanto que o mais pequeno é utilizado nas refeições quotidianas. O acesso a este nível é feito exteriormente por uma escadaria em pedra perpendicular à casa, com patamar, que vai de encontro à varanda, marcando, assim, a entrada principal.

Quanto ao último nível, este encerrava a trapeira, onde se encontravam os aposentos da criadagem ou, neste caso em particular, o lugar de dormitório dos exploradores do estabelecimento comercial, presente no piso térreo. O seu acesso era feito interiormente, onde existiam umas escadas em madeira, que davam acesso do piso inferior ao andar sobradado e, consecutivamente, do andar sobradado à trapeira.

Havia também sido acrescentado um volume à cozinha, que servia de habitação para os caseiros, que exploravam as terras da propriedade.

O acesso da praça à casa, é feito através do portão principal para o quinteiro, que por sua vez permite acesso à escada exterior e às demais divisórias do piso térreo. Este portão é mais uma prova do poder financeiro da família, na medida em que representa os poucos casos em que *"(...) aparecem belas peças de cantaria lavrada, e medalhões no fecho das padieiras, com datas, legendas, símbolos religiosos ou outros motivos decorativos."* <sup>16</sup>. Desta forma, enobrece a entrada no edifício, aparecendo adornado com belas peças de cantaria lavradas nas extremidades e ainda ao centro com uma esfera armilar, bem como uma data na padieira a qual se presume ser da construção do edifício, como anteriormente referido, 1849.





Fig. 24

16 - Zona de habitação dos comerciantes  
(quartos)

17 - Mirante

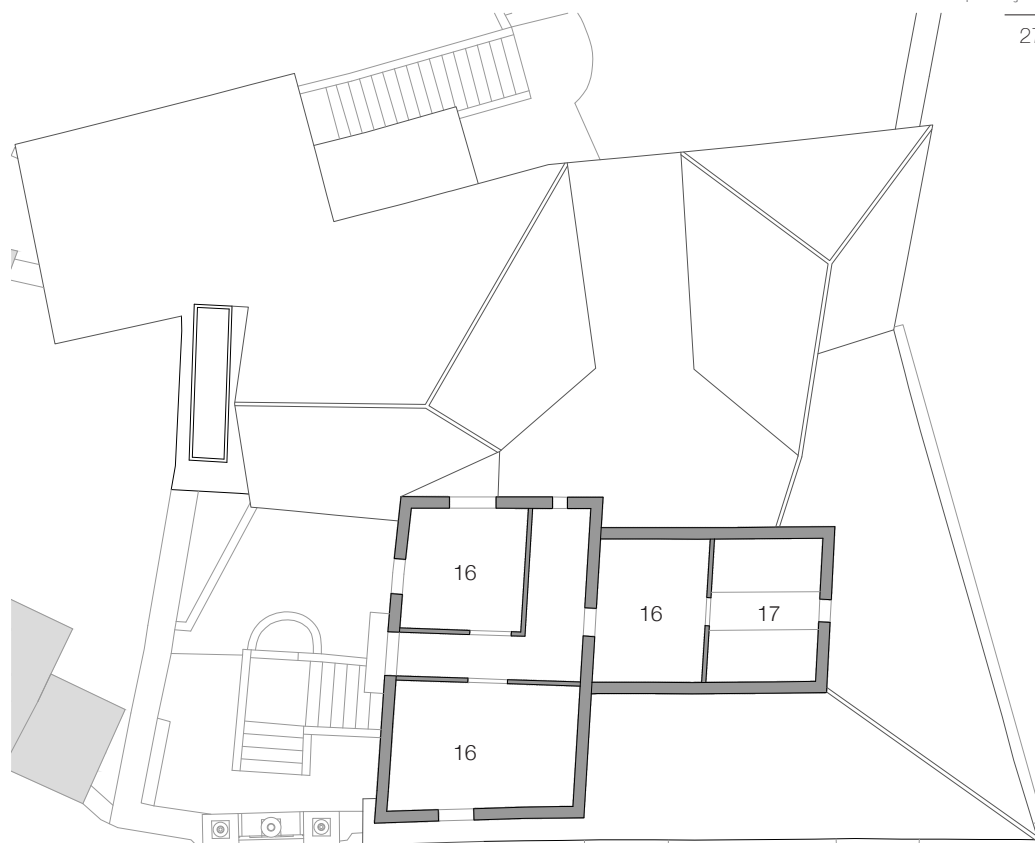


Fig. 25



Fig. 26

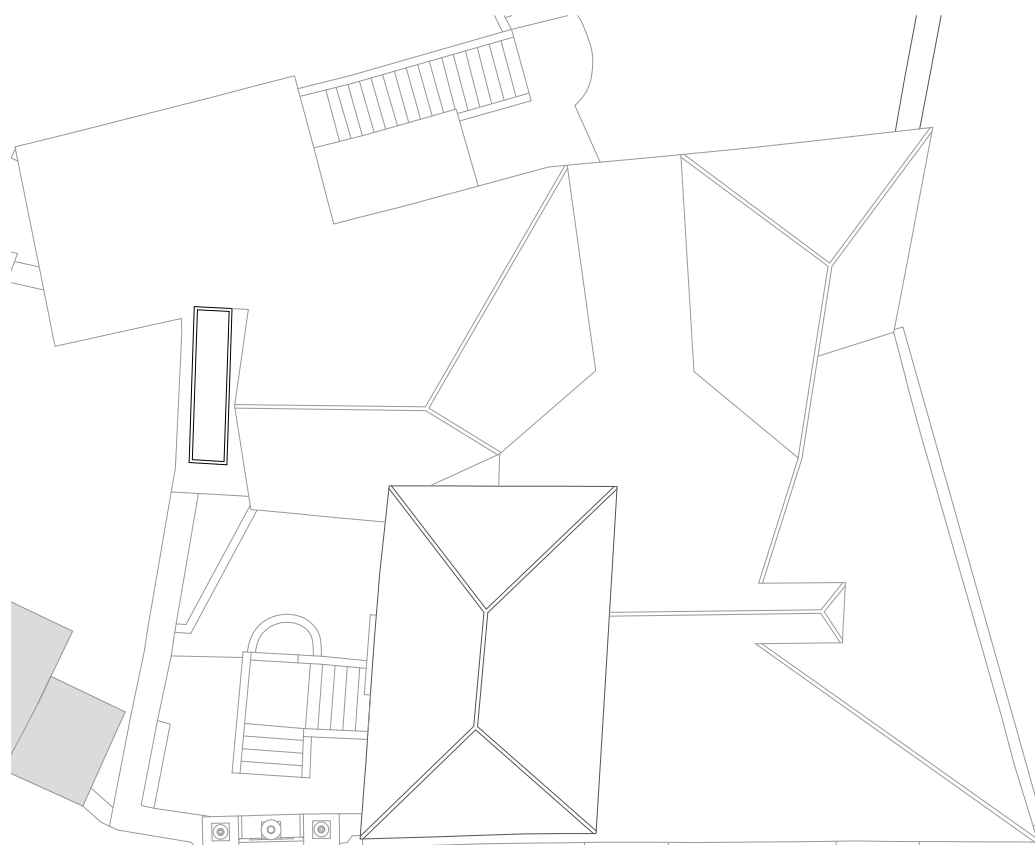


Fig. 27

### 1.3.4. O Logradouro

<sup>17</sup> ORDEM DOS ARQUITECTOS –  
*Arquitectura Popular em Portugal*,  
2004, p. 41.

*“Quando o proprietário rico, e também lavrador, ainda vive nas suas terras, em que a faina dos campos domina e enforma o seu carácter, a casa de lavoura, como um prolongamento directo da vida do agro, amplia-se e as instalações tomam as proporções que as necessidades exigem.”* <sup>17</sup>.

**Figura 28** - Planta do logradouro -  
Escala 1:500.

A casa da Botica possui um vasto e acidentado logradouro, que se estende a poente em relação à habitação e se desenvolve em três níveis, segundo um sistema de socalcos.

Na primeira plataforma encontra-se um elemento de grande destaque: a fonte. Esta, feita em pedra, apresenta-se bastante trabalhada e abre-se para o logradouro. A presença da fonte, assim como a relação direta de proximidade entre a habitação e este primeiro nível, comprovam que a primeira plataforma funcionava como espaço de estar, de serventia da casa, constando também, que, outrora, aqui se encontrava um jardim botânico. Não obstante, encontram-se também, neste nível, vestígios de uma produção vinícola e várias árvores de fruto, que ajudavam a obter áreas sombreadas.

No que concerne aos outros níveis, estes eram utilizados para cultivo de vários tipos de cereais e legumes, onde sobretudo eram cultivados milho e centeio, que depois eram armazenados no piso inferior da habitação, quer fossem para consumo próprio, quer para posterior venda.

Além do acesso normal através da casa ao logradouro, existem ainda dois portões que permitem um acesso exclusivo, por onde passariam animais e máquinas, para o trabalho da lavoura.

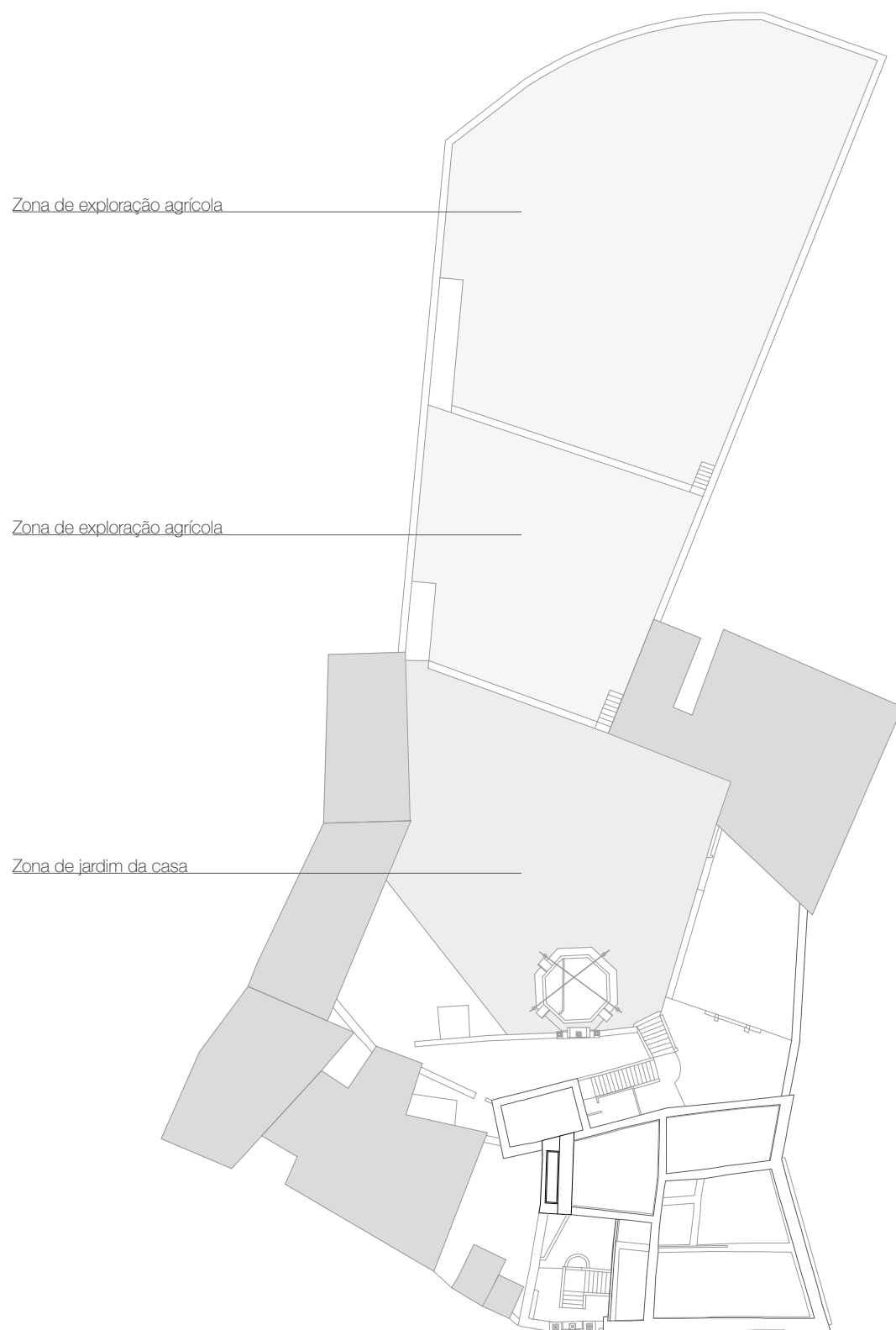


Fig. 28

Figura 29, 30, 31, 32, 33 - Fotografias do logradouro.



Fig. 29.



Fig. 30.



Fig. 31.





Fig. 32.



Fig. 33.

### 1.3.5. Sistema Construtivo

<sup>18</sup> OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitetura Tradicional Portuguesa*, 2000, p. 27.

*“O material de construção normal desta casa nortenha é, como dissemos, a pedra, nomeadamente granito ou xisto, conforme os recursos ou possibilidades locais; (...)”* <sup>18</sup>.

<sup>19</sup> OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitetura Tradicional Portuguesa*, 2000, p. 31.

As paredes estruturais que constituem a casa são compostas por alvenaria de pedra, granito e, comparativamente a outros exemplares regionais, é possível comprovar o elevado poder monetário da família proprietária, através da dimensão e do aparelho regular das pedras em junta seca. Todavia, exteriormente, as paredes eram rebocadas com uma argamassa e não de pedra à vista. Elementos de ornamento eram inexistentes, apresentando assim paredes lisas e singelas, uma vez que *“(...) o estilo da casa popular do Norte é pobre.”* <sup>19</sup>. Estas paredes eram depois pintadas de amarelo e rematadas na base com uma faixa pintada a cor de sangue de boi, funcionando como rodapé. A sua cor era também uma característica comum aos edifícios que se assumiam com maior imponência nas várias regiões, por esta altura. Por outro lado, o contacto entre parede e cobertura era rematado com cantaria lavrada.

**Figura 34** - Fotografia do pormenor construtivo da laje de piso.

**Figura 35** - Fotografia da constituição das paredes estruturais.

**Figura 36** - Fotografia das vigas de piso, em madeira, e sua ligação com as paredes estruturais.

**Figura 37** - Fotografia da constituição das paredes interiores - sistema de tabique.

Complementando este elemento estrutural, a madeira era utilizada na construção das lajes de pavimento e na estrutura da cobertura, devido à sua leveza, sendo depois revestida por telha. Por norma, nesta tipologia de habitação as coberturas desenvolvem-se em quatro águas, podendo aparecer exceções, como é o caso do objeto em questão, que possui uma estrutura complexa, devido a comportar alas laterais, que recobrem corpos salientes do edifício principal. Além desses corpos, o facto de existir uma trapeira, apoiada em parte do edifício principal, torna inclusive o esquema de coberturas mais complexo. A ausência de elementos decorativos também se faz sentir aqui nos remates dos telhados.

Os vãos eram constituídos por caixilharias em madeira pintada, que no interior continham portadas opacas do mesmo material, responsáveis pela proteção da privacidade interior da habitação.

Interiormente, além das paredes estruturais obrigatórias compostas por granito, as paredes divisórias eram realizadas segundo o sistema de tabique.





Fig. 34



Fig. 35



Fig. 36, 37.

### 1.3.6. Estado Atual

**Figura 38** - Fotografia do alçado nascente da casa da Botica.

**Figura 39** - Fotografia do pátio interior da casa da Botica.

**Figura 40, 41** - Fotografias de algumas peças do "Encontrarte", realizado na casa da Botica.

Apesar do lugar ter sofrido várias transformações, adaptando-se aos novos usos, o solar não acompanhou essa evolução.

Os edifícios que rodeiam a Casa da Botica foram-se transformando, tendo vindo inclusive a alterar, também eles, as suas funções no lugar. Desta feita, quer pelo abandono e desinteresse dos herdeiros da habitação, quer por falta de interessados em adquirir o imóvel, a casa foi-se deteriorando e encontra-se ali, em pleno centro urbano, desprezada e em completa ruína. Além disso, o próprio logradouro da casa está também completamente desativado, não sendo trabalhado ou limpo.

Relativamente ao solar em específico, as duas lajes de pavimento dos pisos superiores ruíram e são poucos os pontos em que é possível aceder ao segundo andar, enquanto que o terceiro desmoronou completamente. Contudo, estão ainda presentes resquícios do sistema estrutural em madeira, utilizado na conceção das lajes de pisos. Deste modo, apenas o sistema estrutural, composto pela "casca" exterior e vigas das lajes de piso, bem como o primeiro andar se mantêm intactos.

A única exceção em que esporadicamente a casa é "habitada" prende-se com a realização de um evento artístico, de exposições em espaços inesperados, denominado "Encontrarte", que se realiza no concelho.

A requalificação recente levada avante no Largo D. Gualdim Pais levou a um ato de fachadismo na casa, uma vez que apenas foi sujeita a um tratamento exterior para obter uma melhor aparência, caricaturando o estado em que se encontra. Nesta alteração, a fachada foi limpa, subtraindo o reboco. Além disso, foram colocadas caixilharias nos vãos, que impedem a visão interior e, assim, refletem o exterior. Uma cobertura metálica foi também adicionada ao objeto, com o intuito de o proteger.

Apesar deste aparente tratamento, as necessidades de intervenção no objeto são gritantes, quer para uma reabilitação própria, quer para uma reinterpretação do objeto em todo o contexto urbano em que se insere.





Fig. 38



Fig. 39



Fig. 40



Fig. 41



Figura 42, 43, 44, 45, 46 - Fotografias dos vários espaços da casa no seu estado atual.



Fig. 42



Fig. 43





Fig. 44



Fig. 45



Fig. 46

## 1.4. Levantamento Topográfico



Fig. 47 - Planta do desenvolvimento da propriedade (Escala 1:500)

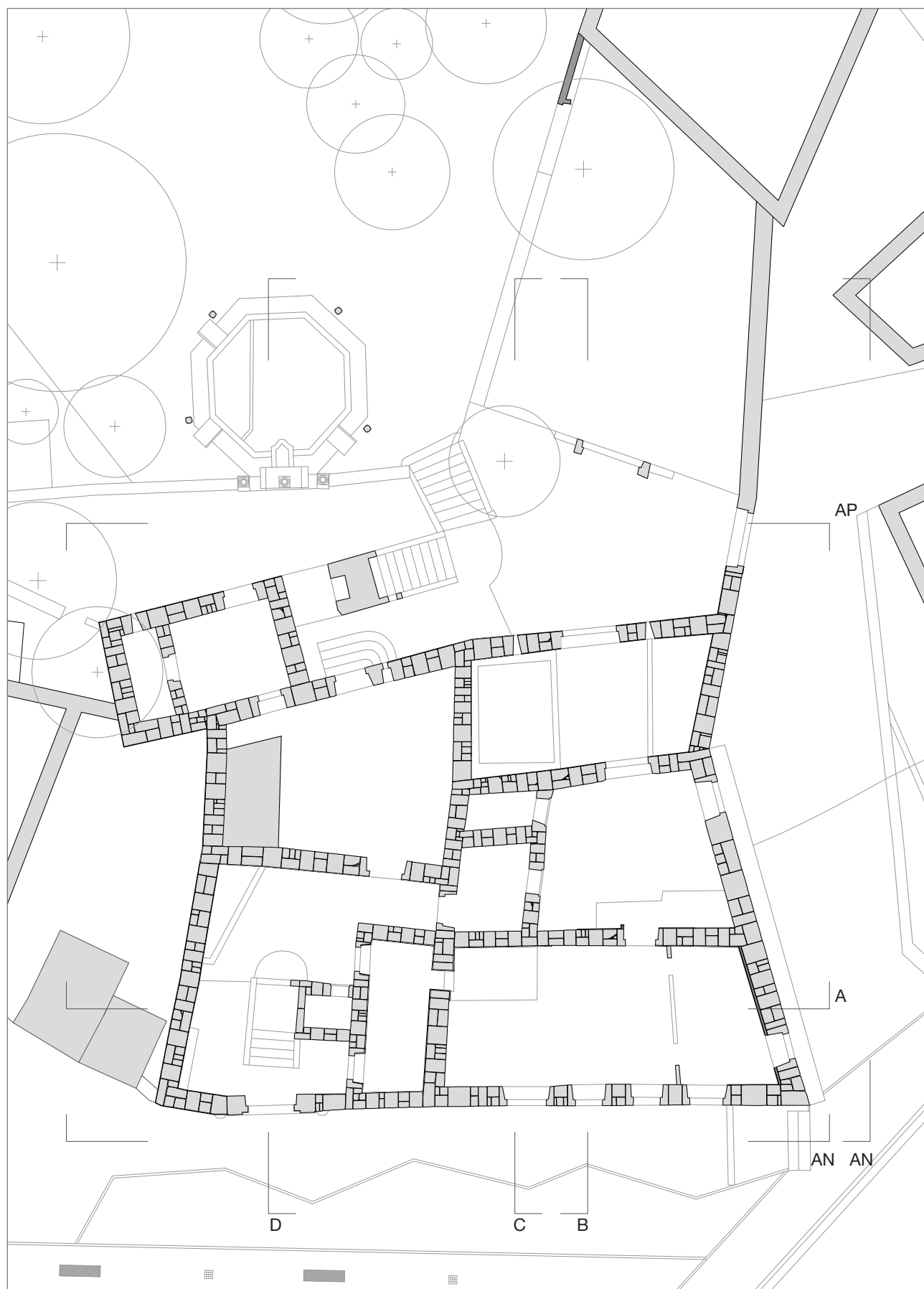


Fig. 48 - Planta Piso 0 (Escala 1:200)



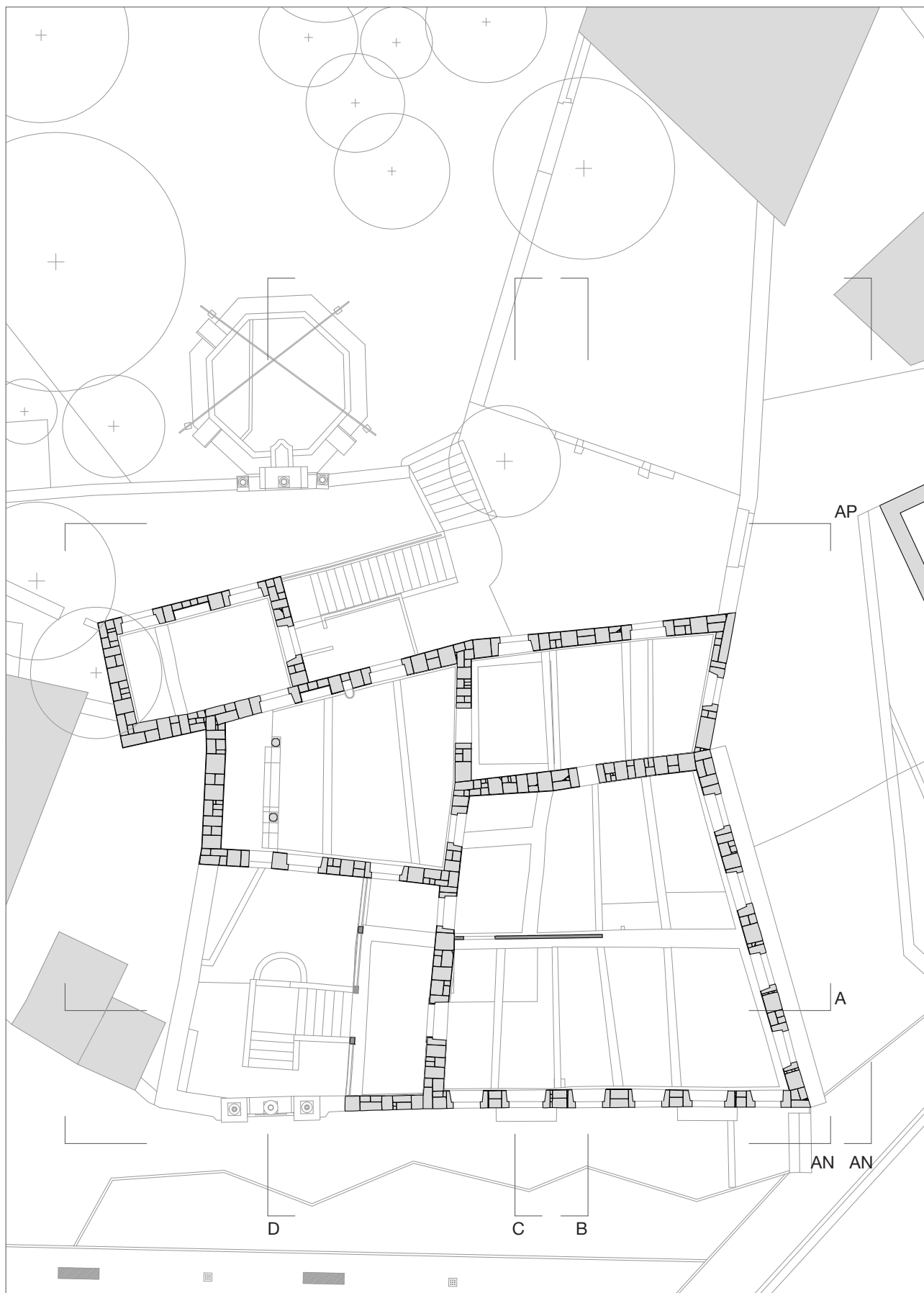


Fig. 49 - Planta Piso 1 (Escala 1:200)

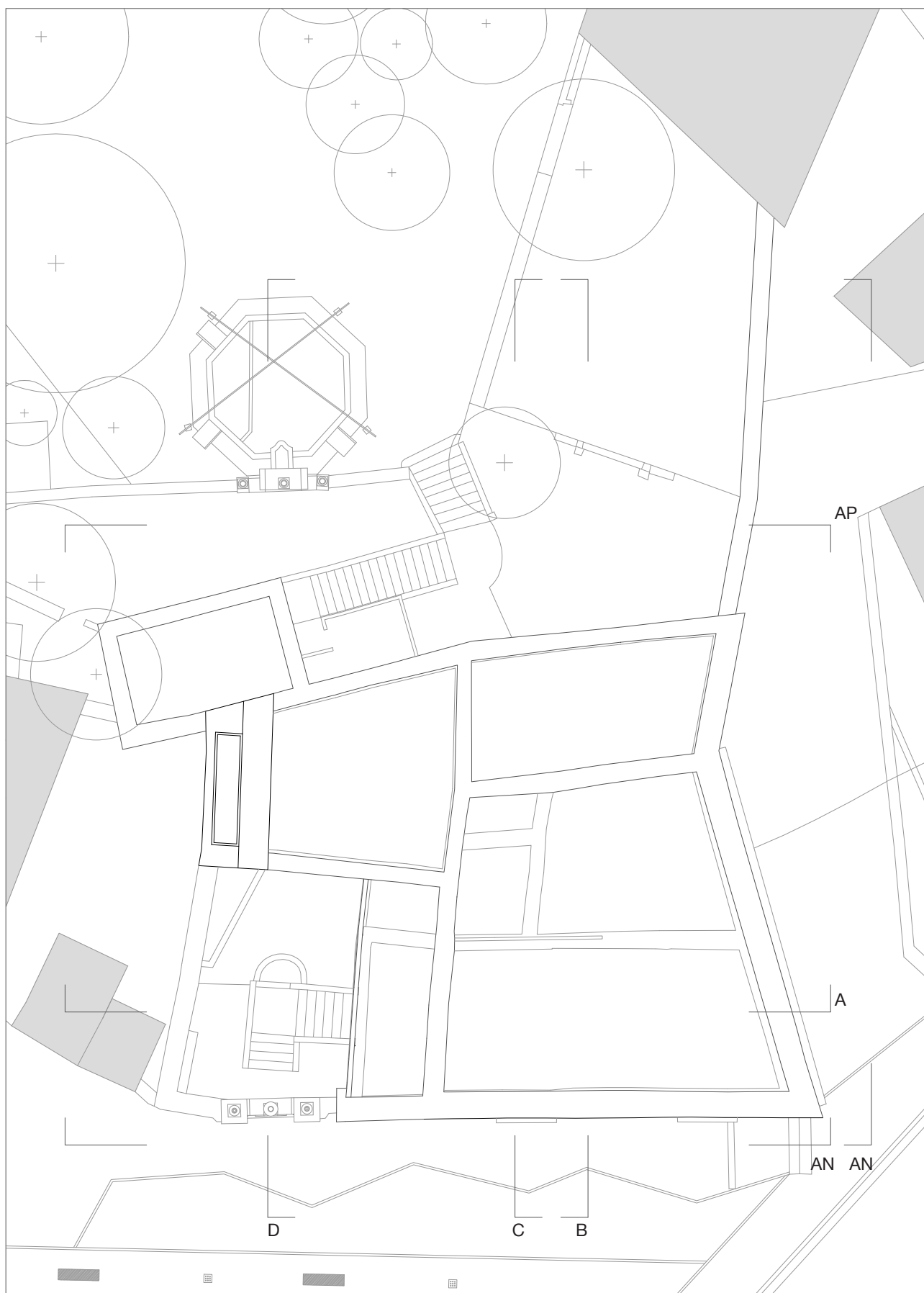


Fig. 50 - Planta Piso 2 (Escala 1:200)

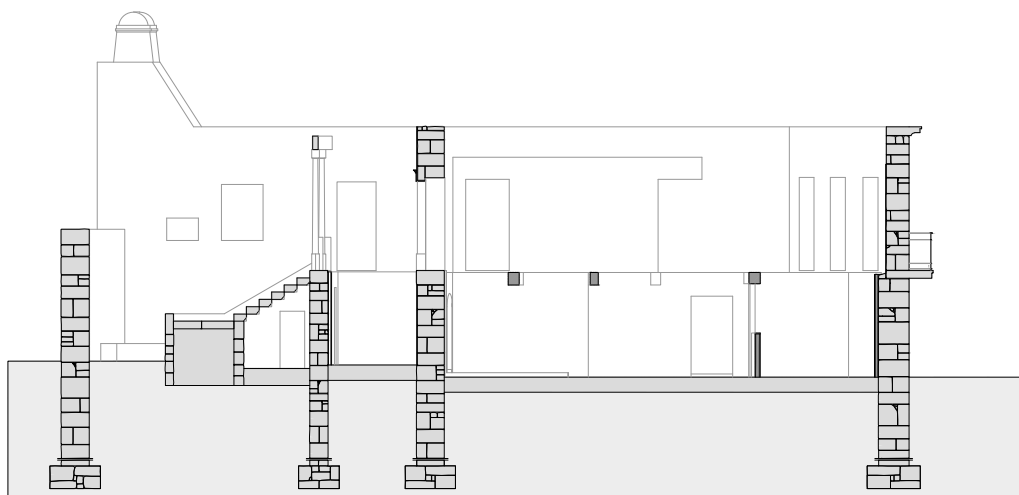


Fig. 51 - Corte A (Escala 1:200)

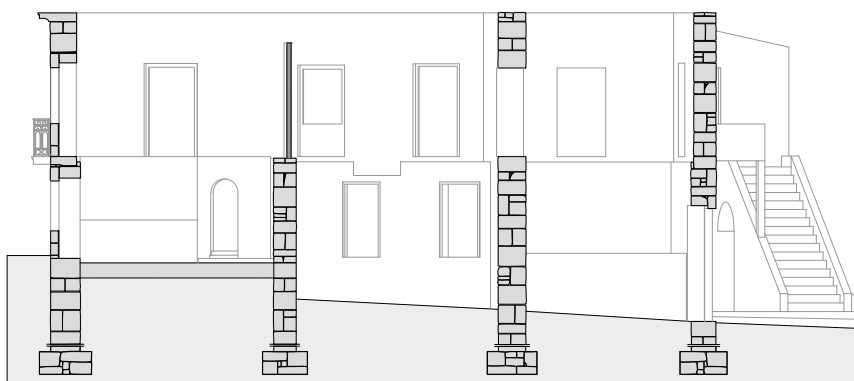


Fig. 52 - Corte B (Escala 1:200)

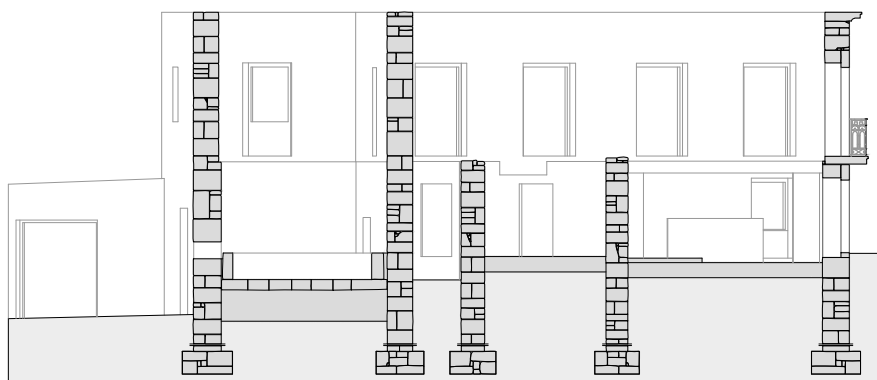


Fig. 53 - Corte C (Escala 1:200)







Fig. 54 - Alçado Nascente (Escala 1:200)

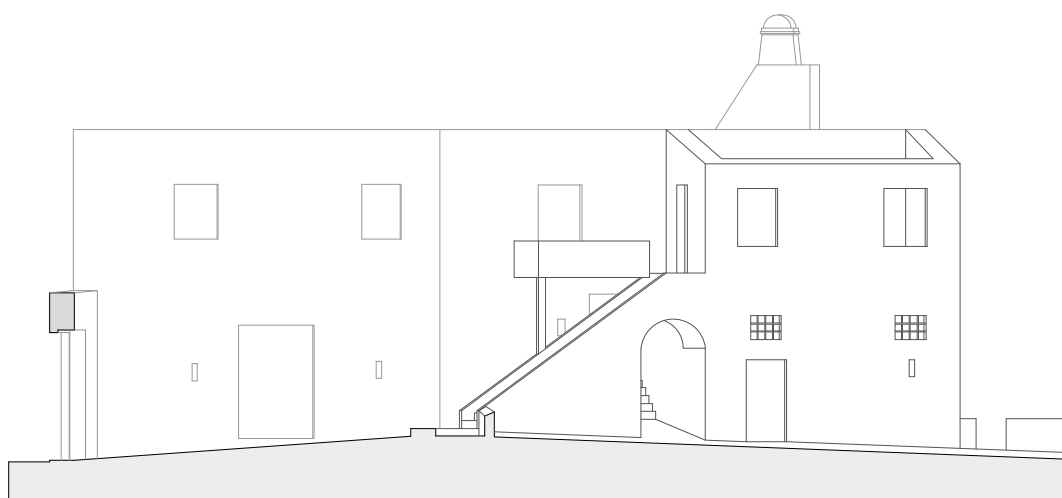


Fig. 55 - Alçado Poente (Escala 1:200)

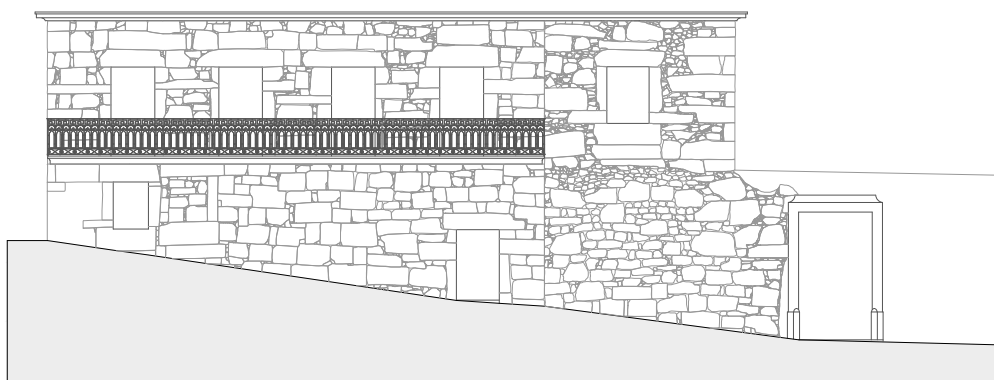


Fig. 56 - Alçado Norte (Escala 1:200)

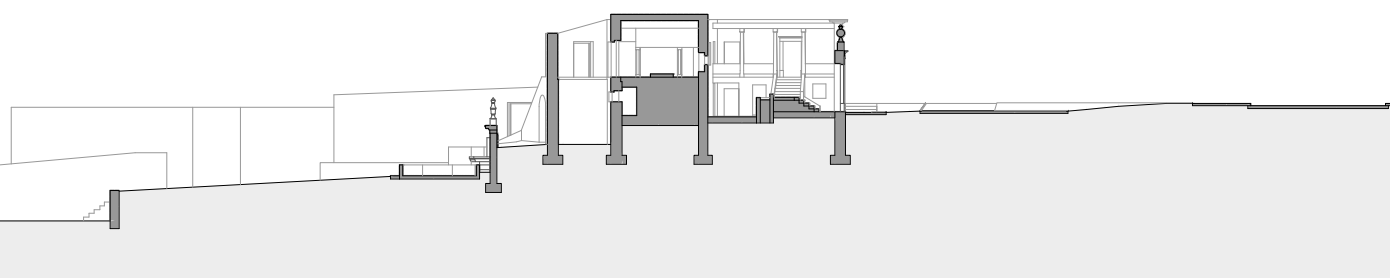


Fig. 57 - Corte D / Alçado Sul (Escala 1:500)



# Capítulo II

Metodologia



## Capítulo II

### Metodologia

<sup>20</sup> ALVES COSTA, Alexandre – “O Património Entre a Aposta Arriscada e a Confidência Nascida da Intimidade” in *Jornal Arquitectos* 213, Nov./Dez. 2003, p. 8.

<sup>21</sup> CHOAY, Françoise – *Alegoria do Património*, 2010, p. 12.

<sup>22</sup> CHOAY, Françoise – *Alegoria do Património*, 2010, p. 25.

<sup>23</sup> CHOAY, Françoise – *Alegoria do Património*, 2010, p. 25.

Respeitando todo o diagnóstico elaborado no capítulo anterior, pretece-se com este capítulo abordar a metodologia a aplicar num projeto de intervenção em património construído.

Aqui, serão evidenciadas todas as questões específicas inerentes a um projeto de reabilitação, bem como o transparecer da atitude que orientará o projeto de arquitetura. Com isto, não interessa desenvolver um volume teórico massivo, mas sim que este fundamente toda a intenção e a forma de intervir sobre património construído.

#### 2.1. Sobre Património

*“A questão da identidade cultural – e a do património, portanto – é cada vez mais actual. O património assume-se como um campo de debate político.”* <sup>20</sup>.

Designações como “monumento histórico” sempre estiveram diretamente interligadas com a definição de património edificado, isto é, de edifícios que nasceram com esse mesmo carácter. Contudo, *“Desde os anos sessenta do séc. XX, os monumentos históricos constituem apenas parte de uma herança que não para de aumentar (...)”* <sup>21</sup>. A mutação deste conceito dá-se a partir do momento em que passa a ser *“(...) constituído a posteriori pelos olhares convergentes do historiador e do amador, que o seleccionam de entre a massa dos edifícios existentes (...)”* <sup>22</sup>. Assim sendo, *“Todo o objecto do passado pode ser convertido em monumento histórico sem ter tido por isso na sua origem um destino memorial.”* <sup>23</sup>.

Analisando esta alteração através do pensamento posto em evidência por Alois Riegl acerca da noção de património, é possível estabelecer uma diferença entre monumentos intencionais e não intencionais, na medida em que *“(...) o monumento é uma criação deliberada (gewol-*

<sup>24</sup> CHOAY, Françoise – *Alegoria do Património*, 2010, p. 24.

<sup>25</sup> SOLÀ-MORALES RUBIÓ, Ignasi de – “Do Contraste à Analogia” in *Jornal Arquitectos* 213, Nov./Dez. 2003, p. 69.

<sup>26</sup> CHOAY, Françoise – *Alegoria do Património*, 2010, p. 238.

te), cujo destino foi assumido a priori e à primeira tentativa, ao passo que o monumento histórico não é desejado inicialmente (*ungewolte*) e criado enquanto tal.” <sup>24</sup>. Esta segunda definição de monumentos não intencionais é a que se aplica ao caso de estudo e, como tal, ela implica além de uma percepção histórica e formal do edifício, uma compreensão do seu conteúdo. Solà-Morales viria também expor de forma clara esta complexidade teórica, afirmando que “A relação entre uma nova intervenção arquitectónica e uma arquitectura já existente é um fenómeno que se altera de acordo com os valores culturais atribuídos simultaneamente ao sentido da arquitectura histórica e às intenções de uma nova intervenção.” <sup>25</sup>.

A percepção de património é aqui muito relevante. Apesar da conceção original do objeto não passar por se afirmar como um monumento histórico, este materializa a Identidade de um lugar específico, bem como a memória de uma geração, em que a vida se confunde com a história e morfologia do próprio edifício.

No caso de estudo, a Casa da Botica sobressai-se da envolvente que a circunda, corporalizando em si a memória coletiva de um modo de viver. O seu valor como Património não se relaciona assim com a fisionomia do edifício, mas sim com o facto de ser um exemplar identitário da região do Minho. Esta Identidade intrínseca às várias regiões do Minho deve ser por isso mantida, na medida em que “a conservação viva dos conjuntos antigos é apresentada como um meio de lutar não apenas pela protecção de particularismos étnicos e locais, mas também contra o processo planetário de banalização e de normalização das sociedades e do seu ambiente.” <sup>26</sup>.

É desta forma que se justifica a escolha e oportunidade de Intervenção na Casa da Botica, com o intuito de a assumir e valorizar como um símbolo do passado local no contexto atual e futuro.

## 2.2. Sobre a Reabilitação

<sup>27</sup> ALVES COSTA, Alexandre – “Cumplicidades” in *Jornal Arquitectos* 213, Nov./Dez. 2003, p. 42.

<sup>28</sup> ALVES COSTA, Alexandre – “O Património Entre a Aposta Arriscada e a Confidência Nascida da Intimidade” in *Jornal Arquitectos* 213, Nov./Dez. 2003, p. 8.

<sup>29</sup> ALVES COSTA, Alexandre – “O Património Entre a Aposta Arriscada e a Confidência Nascida da Intimidade” in *Jornal Arquitectos* 213, Nov./Dez. 2003, p. 8.

<sup>30</sup> SOLÀ-MORALES RUBIÓ, Ignasi de – “Do Contraste à Analogia” in *Jornal Arquitectos* 213, Nov./Dez. 2003, p. 69.

*“Restaurar, recuperar ou reutilizar, para Távora, é sempre a busca de uma síntese que recolha o fluir do tempo e possa acolher serenamente o futuro. (...) Neste aparente paradoxo, se constrói o conceito para cada projeto, sendo que este será sempre decorrente da exaustiva análise formal e histórica de cada objecto arquitectónico. É evidentemente uma leitura pessoal, porque tem implícita uma vontade artística de formalizar uma transformação.”* <sup>27</sup>.

A questão da reabilitação de edifícios antigos aparece interligada com a questão da ruína e esquecimento dos centros históricos das cidades, vistos cada vez mais como património identitário destas várias regiões.

Voltando ao princípio, “A questão da intervenção em edifícios antigos só se pôs, como problema cultural, a partir da segunda metade do século XVIII; ou seja, foi rigorosamente contemporânea da noção de património histórico.” <sup>28</sup>. Consequentemente, esta vontade de intervir em património edificado foi sempre levantando imensa controvérsia, na medida em que foi propondo inúmeras teorias, no que diz respeito à metodologia de atuação.

A primeira e fundamental questão inerente a este processo, aponta para a forma de como intervir na pré-existência e, como tal, escolher a filosofia conceptual a aplicar ao objeto alvo. Várias ideologias de intervenção aparecem como hipótese de aplicação, como: “(...) introduzir o novo no velho; não tocar no velho (ideia característica do romantismo); reconstruir o velho de acordo com a arqueologia e a história; recriar o velho.” <sup>29</sup>. Neste sentido, termos como restauro, conservação, reabilitação e requalificação remetem a diferentes formas de atuar sobre o pré-existente.

Contudo, e como a definição de património não é absoluta e definitiva, a questão de como intervir em património edificado não pode desta forma cair no “(...) erro de considerar-se que alguém pode estabelecer uma doutrina permanente ou formular uma definição científica de intervenção arquitectónica.” <sup>30</sup>.

<sup>31</sup> CHOAY, Françoise – *Alegoria do Património*, 2010, p. 234.

<sup>32</sup> CHOAY, Françoise – *Alegoria do Património*, 2010, p. 168.

<sup>33</sup> SOLÀ-MORALES RUBIÓ, Ignasi de – “Do Contraste à Analogia” in *Jornal Arquitectos* 213, Nov./Dez. 2003, p. 69.

<sup>34</sup> ALVES COSTA, Alexandre – “O Património Entre a Aposta Arriscada e a Confidência Nascida da Intimidade” in *Jornal Arquitectos* 213, Nov./Dez. 2003, p. 9-10.

Não obstante, existe um elemento comum a todas elas, que resulta no facto de que a priori de qualquer intervenção deve estar inerente um conhecimento profundo do estado da pré-existência e da sua história e valor, para que futuramente se possa chegar à ideia da sua transformação.

Cada objeto específico aparece então com os seus condicionamentos singulares, que afetarão toda e qualquer solução, a aplicar em cada caso. E, como tal “(...) possuem, antes de mais, um valor afectivo de memória para aqueles para quem, desde há gerações, eles eram o território e o horizonte e que procuram não ser delas desapossados.”

<sup>31</sup>. Desta forma, “A maior dificuldade consiste em saber antes de mais avaliar com justiça a necessidade ou a oportunidade da intervenção, localizá-la, determinar a sua natureza e a sua importância.” <sup>32</sup>.

Posto isto, a relevância conceptual da pré-existência, surge como a principal diferença entre a conceção de um projeto de reabilitação e um projeto de raiz. Ora, “A relação entre uma nova intervenção arquitectónica e uma arquitectura já existente é um fenómeno que se altera de acordo com os valores culturais atribuídos simultaneamente ao sentido da arquitectura histórica e às intenções de uma nova intervenção.” <sup>33</sup>. Além disso, também a subjetividade de quem a analisa, influencia a sua intervenção, dependendo do contexto e oportunidade, fazendo com que para um mesmo caso possam existir inúmeras soluções a adotar. Não existindo uma regra geral a aplicar, possibilita afirmar que “(...) cada caso é um caso e que a teoria da intervenção nascerá de cada circunstância nunca generalizável – circunstância de que fazem parte não só a expressão de individualidade de cada autor, como a obrigação ética de um rigoroso e exaustivo reconhecimento histórico e arqueológico do edifício a transformar.” <sup>34</sup>, afirmando assim a certeza de singularidade de cada objeto.



<sup>35</sup> SOLÀ-MORALES RUBIÓ, Ignasi de – *“Do Contraste à Analogia”* in *Jornal Arquitectos* 213, Nov./Dez. 2003, p. 69.

<sup>36</sup> ALVES COSTA, Alexandre – *“O Património Entre a Aposta Arriscada e a Confidência Nascida da Intimidade”* in *Jornal Arquitectos* 213, Nov./Dez. 2003, p. 8.

## 2.3. Sobre a Intervenção

*“O design de um novo projecto aproxima-se não apenas de um já existente, entrando em diálogo visual e espacial com o mesmo, mas também produz uma interpretação genuína do material histórico com o qual se tem de relacionar. Assim, esse material é objecto de uma verdadeira interpretação que acompanha, implícita ou explicitamente, a nova intervenção no seu sentido global.”* <sup>35</sup>.

A ideia de intervenção na Casa da Botica levanta assim uma dicotomia entre o conceito de reabilitação do património, com uma requalificação e um novo enquadramento desta com a sua envolvente. Como tal, o princípio orientador desta proposta não pretende reabilitar ou restaurar a ruína existente, mas sim assumir o estado em que se encontra, valorizando-a como um símbolo identitário desta região, podendo *“(…) ser testemunho de um genérico fluir do tempo, nunca a sua paragem, nem travão na construção da cidade, sempre reconstruída sobre sedimentos do passado. Defenderemos a memória sagrada dos lugares, dando-lhes nova vida (...)”* <sup>36</sup>.

As funções que outrora lhe eram inerentes, tornaram o edifício obsoleto e desligado da envolvente em que se insere. Desta forma, a intervenção pretende manter a imagem da ruína existente, valorizando-a com a inclusão de um equipamento que conte a sua história. Além disso, é também intenção que a propriedade se insira no desenho e na dinâmica da praça central que a rodeia, bem como possua uma nova relação com os edifícios circundantes.

<sup>37</sup> NUNO PORTAS – *Conservar renovando ou recuperar revitalizando*. Com nota introdutória sobre o Programa “Coimbra Antiga” por Matilde de Sousa Franco. Coimbra, 1983, p.10.

Neste sentido, “Ao propor o lema “conservar renovando” ou “renovar conservando” defendemos uma política de recuperação física e reutilização social do parque de edifícios existente, que se opõe quer à ideia de que as áreas antigas são museus mortos, para turista passear e fotografar, quer à ideia de que são pasto para as maiores ganhuças sem qualquer proveito para a colectividade. As novas palavras de ordem são agora “recuperar”, “reabilitar”, “revitalizar” as partes antigas ou existentes da cidade, sempre sujeitas a uma deterioração e à mudança dos usos e das pessoas.” <sup>37</sup>.

A proposta não aparece assim com o intuito de recuperar o objeto, mas sim como uma requalificação do espaço da propriedade, valorizando-a como um símbolo do passado, enquadrado num contexto contemporâneo.





# Capítulo III

Proposta

## Capítulo III

### A Proposta

<sup>38</sup> TRIGUEIROS, Luiz – *Fernando Távora*. Lisboa, 1993.

<sup>39</sup> PORTAS, Nuno – *Conservar renovando ou recuperar revitalizando*. Coimbra, 1983, p.12.

<sup>40</sup> TOUSSAINT, Michel – “Re...” in *Jornal Arquitectos* 147, Maio 1995, pág. 9.

*“De há muito que nos conhecíamos...  
Eu sabia algo da sua alma e do seu corpo. Sabia-a forte e segura nas  
suas espessas paredes de granito.  
De há muito que nos conhecíamos...  
Mas só comecei a conhecê-la melhor quando, juntos, iniciamos o ro-  
mance da sua e nossa transformação.”* <sup>38</sup>.

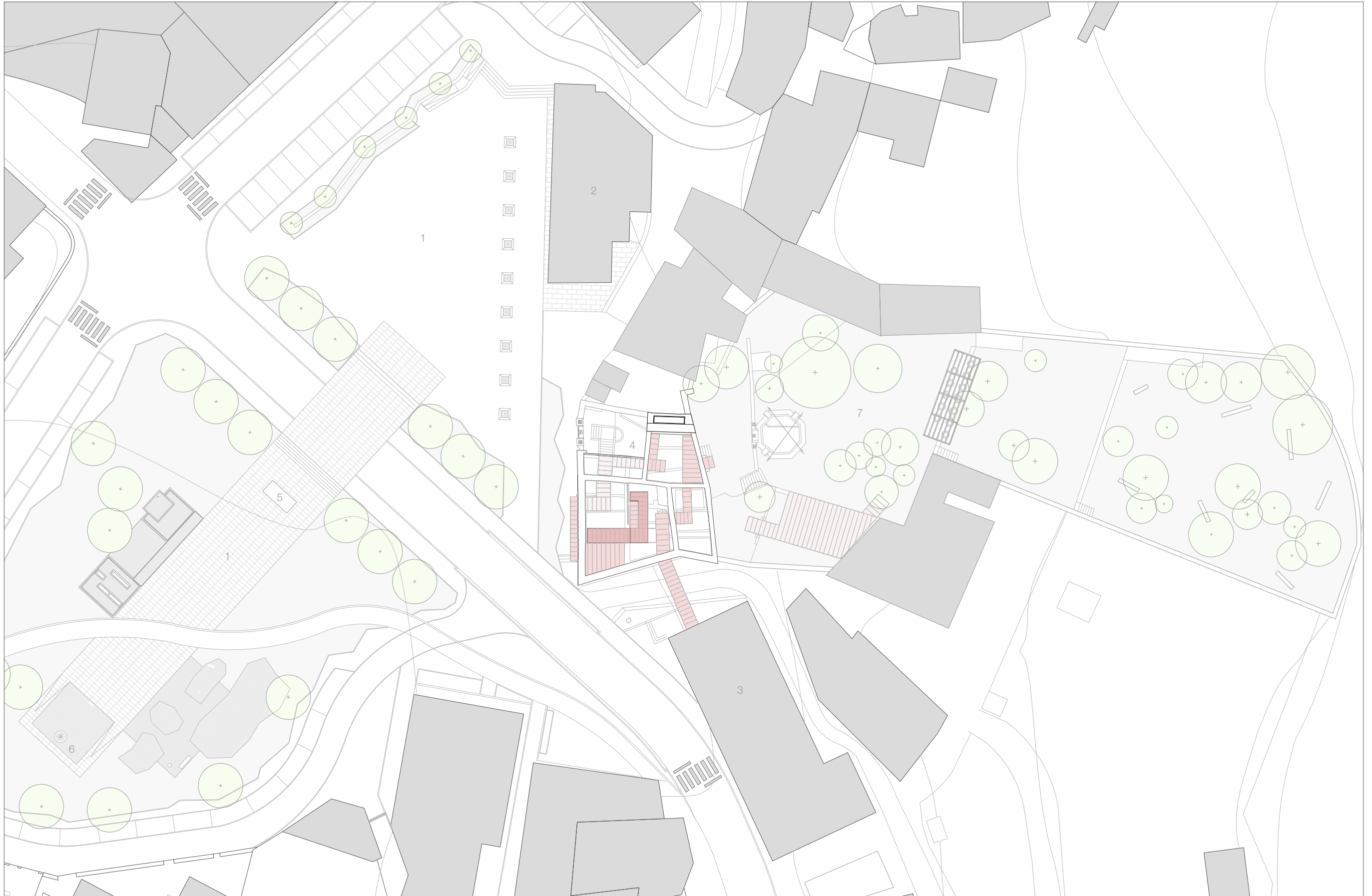
#### 3.1. Introdução ao projeto

**Figura 58** - Planta de coberturas do desenvolvimento da proposta - Escala 1:500.

*“Antes de receitar, diagnosticar a doença e entender o que a provoca.”* <sup>39</sup>.

Uma vez feito o diagnóstico histórico do património em questão, e servindo ele de base de trabalho para a proposta, fundamentado também com as possíveis metodologias de atuação sobre património edificado, cabe agora materializar a nova conceção definida para este objeto e lugar, em projeto de arquitetura. Neste sentido, *“A única certeza para a intervenção em tudo aquilo que se possa entender como Património Arquitectónico é estabelecer um primeiro passo metodológico de conhecimento daquilo onde se vai intervir. Passo este que se poderá (e talvez deverá) prolongar em todo o processo, do projecto à obra.”* <sup>40</sup>.

A abordagem à Casa da Botica, como já referido, não se limitará a um restauro ou recuperação do objeto em questão, mas sim do espaço em que esta se insere, assumindo-a como um símbolo desta zona. Além disso, é também objetivo que o projeto de arquitetura ultrapasse os limites da Casa da Botica, abrangendo toda o centro da vila em que se insere. Como tal, esta ideia de intervenção será a base de sustento da proposta e assumir-se-á como a linha orientadora de todo o projeto.



**Legenda :** 1- Largo D. Gualdim Pais 2 - Igreja Paroquial de Amares 3 - Biblioteca Municipal de Amares 4 - Casa da Botica  
5- Monumento de D. Gualdim Pais 6 - Pelourinho 7 - Jardins da Casa da Botica



Fig. 58

<sup>41</sup> CHOAY, Françoise – *Alegoria do Património*, 2010, p. 232.

**Figura 59** - Corte longitudinal da Casa da Botica com a relação com o Largo D. Gualdim Pais (antes da Intervenção). Esc.: 1:300.

**Figura 60** - Corte longitudinal da Casa da Botica com a relação com o Largo D. Gualdim Pais (com a Intervenção). Esc.: 1:300.

### 3.2. “A Porta”

#### O novo Largo D. Gualdim Pais

Seguindo a linha orientadora adotada nesta intervenção na Casa da Botica, surgiu a necessidade de lhe conferir um novo carácter público, dado o valor patrimonial do edifício e a zona em que se insere.

Pretende-se então assumir a ruína no estado cru em que se encontra e não fazer com que esta seja o ponto de foco na reabilitação mas sim de interesse, na medida em que o equipamento a implantar permita percorrer e ir entendendo a história deste símbolo. Além disso, interessa que a ruína funcione como “A Porta” para o jardim da casa, que será utilizado como um espaço verde público, aparecendo assim integrado com o Largo D. Gualdim Pais. Os limites que estabeleciam uma separação clara entre a propriedade e a envolvente deixarão então de se fazer sentir, surgindo um equipamento que, além de estabelecer um novo reconhecimento da zona, permitirá uma inclusão da propriedade num novo desenho da praça. Assim, *“Modernizar não é então dar aspecto de novo, mas colocar no corpo das velhas construções um implante regenerador. Nesta simbiose imposta está implícito o facto de o interesse suscitado pela obra do presente se repercutir sobre a obra antiga, estimulando assim uma dialéctica.”* <sup>41</sup>.

Através de toda a análise histórica da Casa da Botica, foi possível entender o desenho inicial do edifício, pelas marcas presentes na construção das paredes pré-existentes. Estas permitem distinguir a evolução da conceção original das alterações efetuadas posteriormente, fruto das necessidades quotidianas da vida da família proprietária da habitação. Assim, pretende-se recuperar essa imagem original do património, aquando da sua construção. E, por isso, o anexo exterior voltado a poente, acrescentado *a posteriori*, que funcionava como arrumos no piso inferior e como moradia dos caseiros no piso superior, bem como, a escadaria que ligava esse anexo ao logradouro deixarão de fazer sentido, e como tal, serão removidos. São estas as únicas alterações a ser efetuadas na ruína existente e justificam-se com a vontade de recuperar com exatidão a identidade original deste património.





Fig. 59



Fig. 60

<sup>42</sup> CHOAY, Françoise – *Alegoria do Património*, 2010, p. 233-234.

**Figura 61** - Mapeamento dos pontos de interesse da ruína existente e esquema conceptual de organização de um percurso que una esses pontos.

Sobre a pré-existência será então desenhado um percurso que funionará como um condutor do espaço, que permitirá montar uma narrativa da ruína, à medida que é percorrido. Uma vez que se deseja que a Casa da Botica funcione como um espaço transitório para o jardim – “A Porta” – o desenho da proposta a implantar, aparecerá também com o propósito de acentuar ainda mais essas dinâmicas.

### 3.3. Centro Interpretativo da Botica

#### 3.3.1. Programa

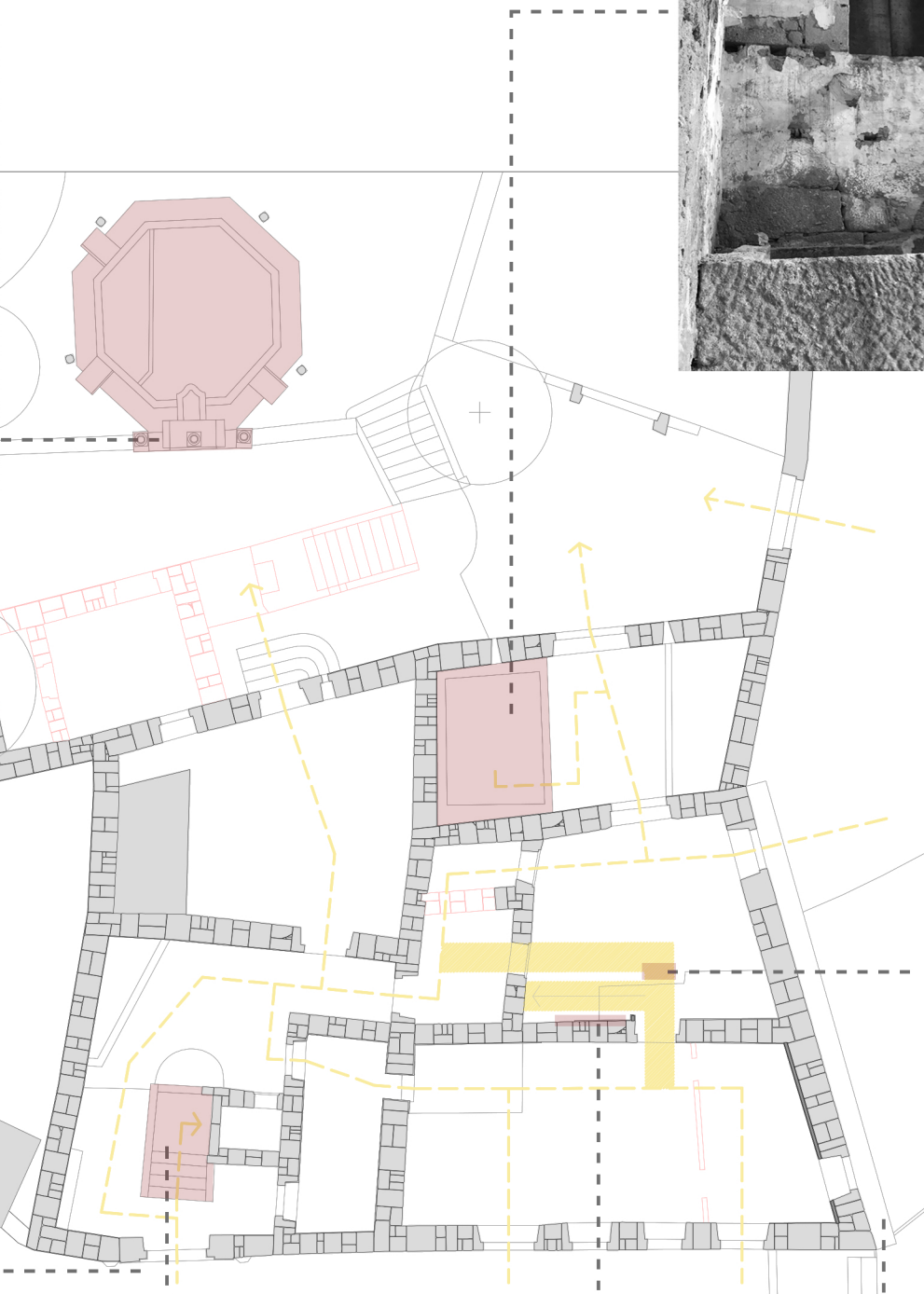
Dado o interesse camarário na propriedade, e não fazendo sentido uma recuperação da sua função inicial de habitação, surgiu então a ideia de implementar sobre a ruína um equipamento de cariz público, que valorize o objeto. Com isto, *“Atribuindo-lhe um novo destino é uma operação difícil e complexa, que não se deve fundar apenas sobre uma semelhança com o destino original. Esse destino deve, antes de tudo, ter em conta o estado material do edifício que, hoje em dia, exige ser apreciado em função do fluxo dos seus utilizadores potenciais.”* <sup>43</sup>.

É neste sentido que surge a ideia deste equipamento adotar a função de um centro interpretativo, que assumirá o desenho de um condutor do espaço e incluirá em si um posto de turismo. Com isto, pretende-se então que o equipamento monte uma narrativa interpretativa da propriedade e daquele lugar, complementado com um espaço de informação turística, que ajudará no enquadramento do objeto no concelho e permitirá mais um ponto de interesse na visita da Casa da Botica. Este equipamento compreenderá em si um conjunto de percursos, que incluirão algumas salas, onde constará o já referido posto, alguns espaços abertos e encerrará num miradouro que se abrirá sobre o Largo D.





Fonte do Jardim



Portal Principal



Escadaria Principal



Pormenor corrimão - Analogia às antigas escadas interiores



Alçado Norte



Antigo lagar



Vista para o logradouro



Chaminé da antiga cozinha



Pormenor lavatório embutido



Entrada Principal



Analogia à ideia do antigo mirante



Pormenor parede interior em tabique



Pormenor cofre na ombreira do quarto principal



Alçado Nascente - relação entre Casa e Largo D. Gualdim Pais



Relação entre Casa e Biblioteca Municipal



<sup>44</sup> CHOAY, Françoise – *Alegoria do Património*, 2010, p. 239.

**Figura 62** - Axonometria extrudida da organização da proposta.

Gualdim Pais, estrategicamente voltado para a Capela da Nossa Senhora da Paz. O desenho destes percursos é objetivamente influenciado por pormenores de interesse da ruína pré-existente.

Além do seu funcionamento como condutor de espaço, a conceção desta proposta sugere uma ideia de flexibilidade programática, que permita que a sua utilização seja adaptável consoante as necessidades, isto é, o visitante poderá utilizar este equipamento para um conhecimento do objeto e do lugar, bem como poderá utilizá-lo para aceder a uma exposição ou apresentação de qualquer obra, ou ainda apenas para consultar algumas informações concelhias. Ainda neste sentido, surge a ideia de o antigo jardim da Casa da Botica integrar o desenho desta zona central da vila, criando um novo espaço verde de estar. Este espaço será apoiado por um estabelecimento comercial, para que também aumente a afluência e o interesse em aceder a este objeto. Desta forma, pretende-se aumentar a autonomia do edifício, uma vez que caso a sua única função se prendesse com a simbolização daquele património, facilmente poderia cair no desuso.

Além disso, a proposta também criará uma ligação com o edifício vizinho, a Biblioteca Municipal, estabelecida através de uma ponte, que ligará o equipamento à sala principal da biblioteca. Esta ligação direta entre estes edifícios é motivada não só por uma nova relação do objeto com a envolvente, mas também com um enquadramento do programa a implantar, com o já existente no edifício conexo. O contacto entre os edifícios é feito “(...) através da criação de uma atmosfera convívial (...) O livre e harmonioso desenvolvimento das figuras de espaço que ligam os edifícios urbanos entre eles e as suas imediações (...).”<sup>44</sup>. A ideia de estrutura facilmente adaptável na conceção deste equipamento, mencionada *a priori*, aparece aqui também presente nesta relação direta com o edifício da Biblioteca Municipal. Desta forma, propomos que a

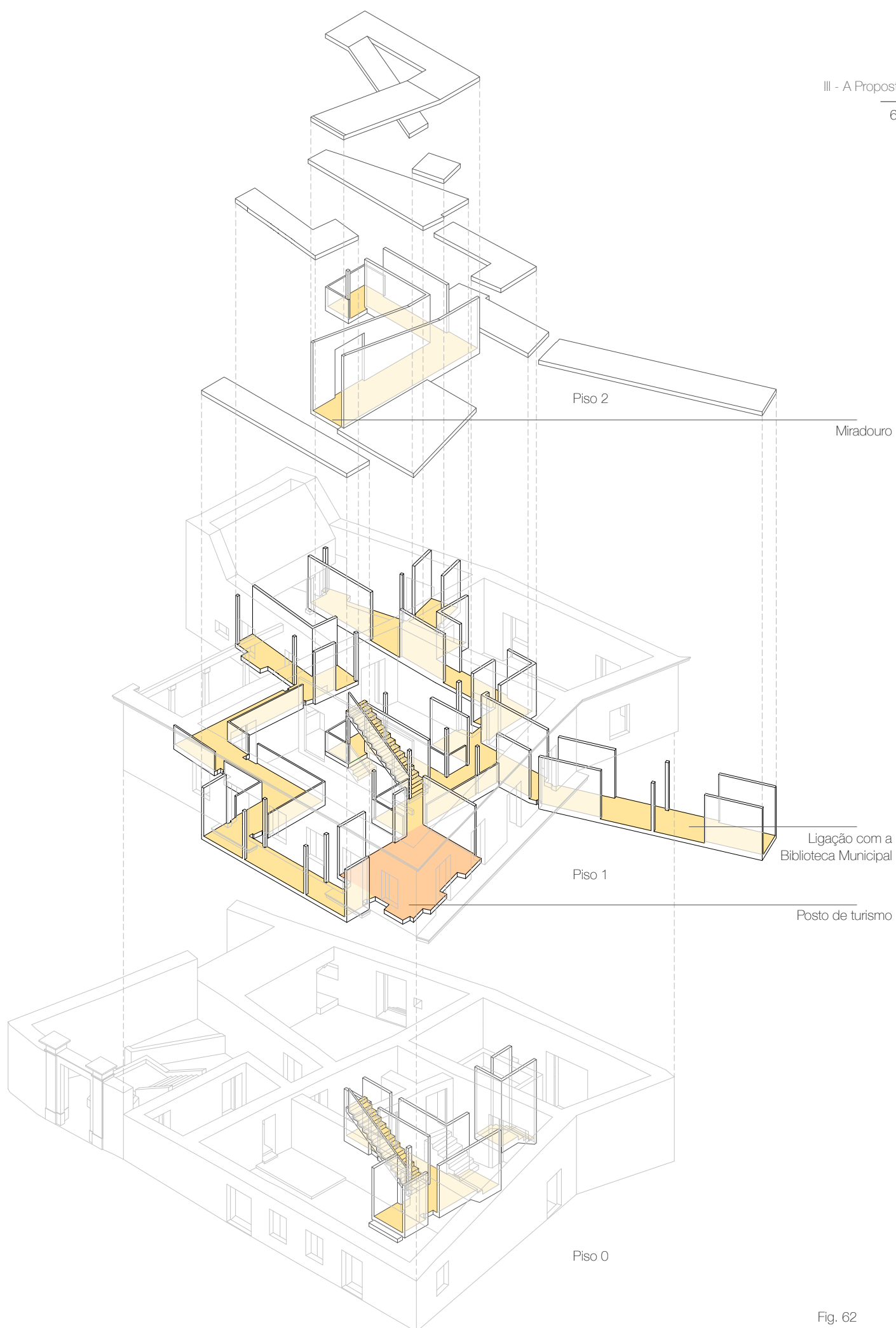


Fig. 62



<sup>43</sup> CHOAY, Françoise – *Alegoria do Património*, 2010, p. 239.

**Figura 63, 64, 65** - Axonometrias da proposta implantada na ruína pré-existente.

intervenção venha ajudar na dinamização da biblioteca, uma vez que o equipamento poderá ser utilizado como um complemento da mesma, quer na apresentação de qualquer livro, bem como em oferecer outros espaços de leitura e de estar. Por outro lado, esta relação reforçará esta flexibilidade programática, que pretendemos oferecer ao projeto.

Esta proposta de intervenção, além de funcionar como uma requalificação local, ultrapassará assim os limites que separam a Casa da Botica do largo D. Gualdim Pais, interferindo diretamente na dinâmica central deste concelho.

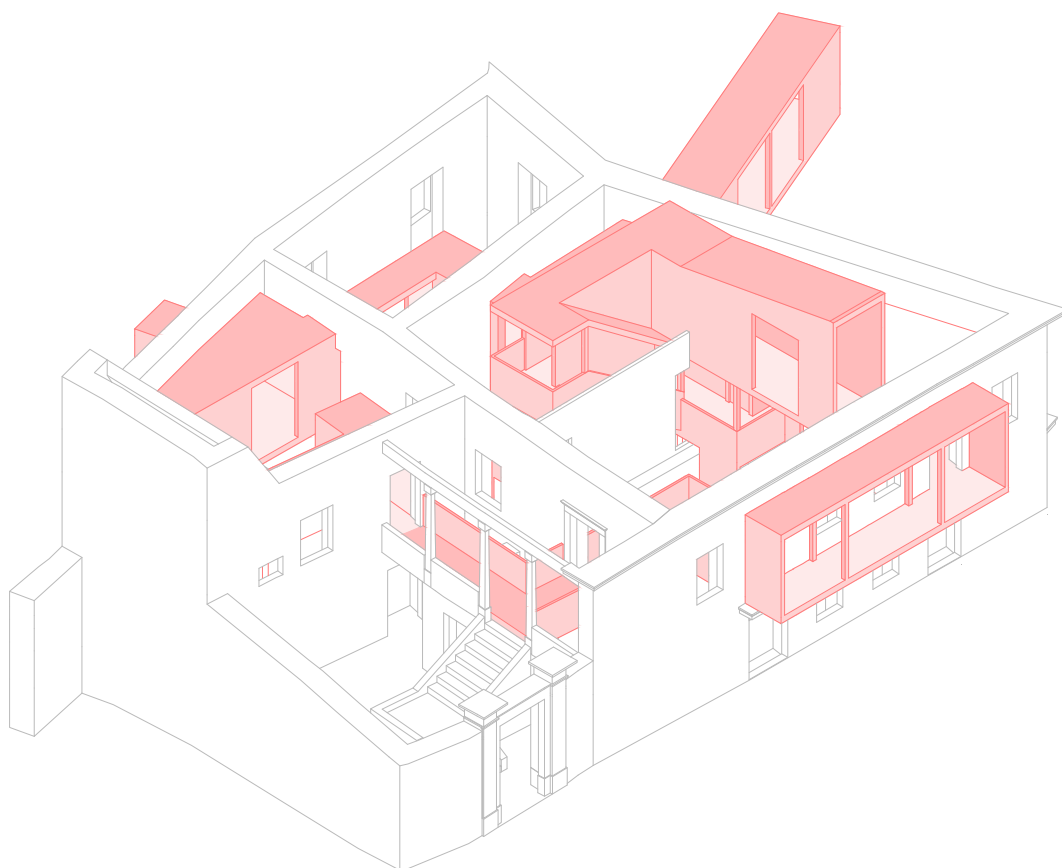


Fig. 63

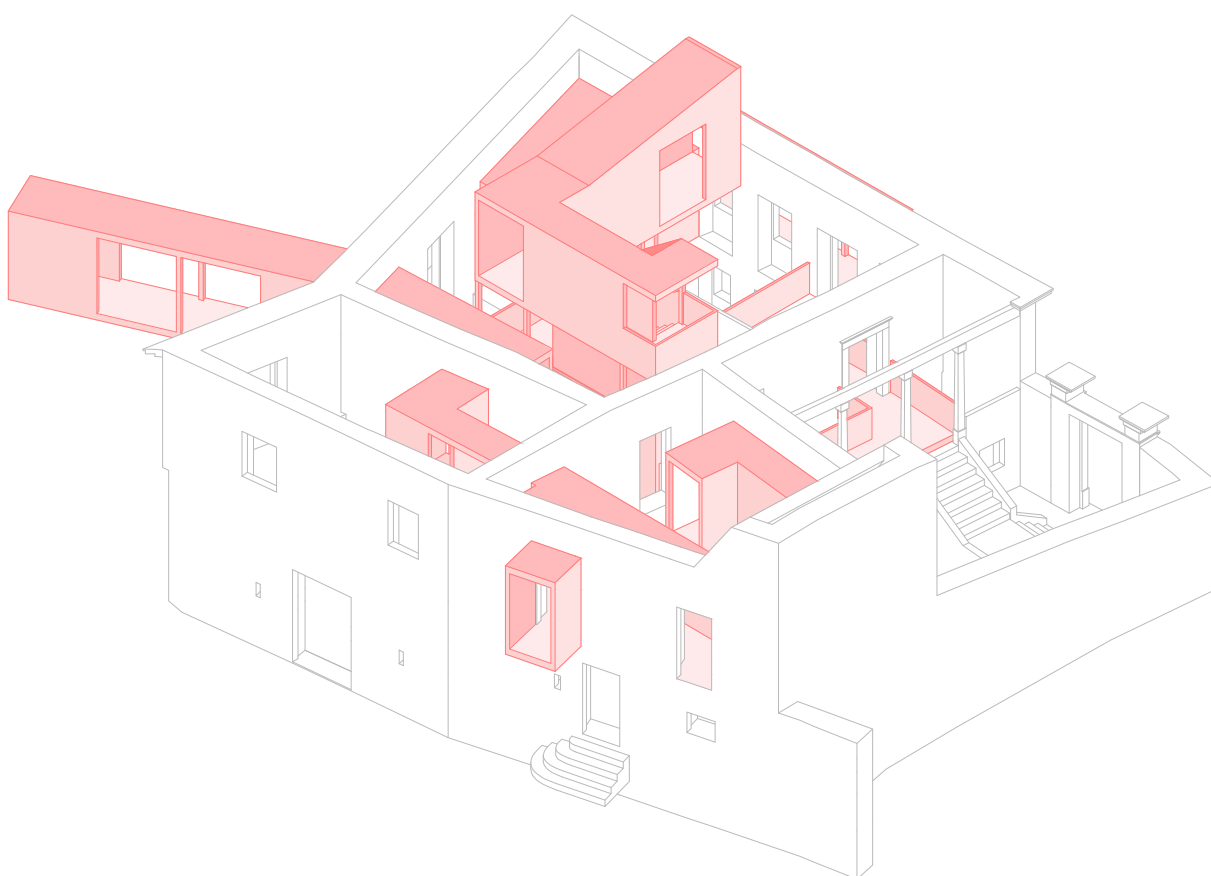


Fig. 64

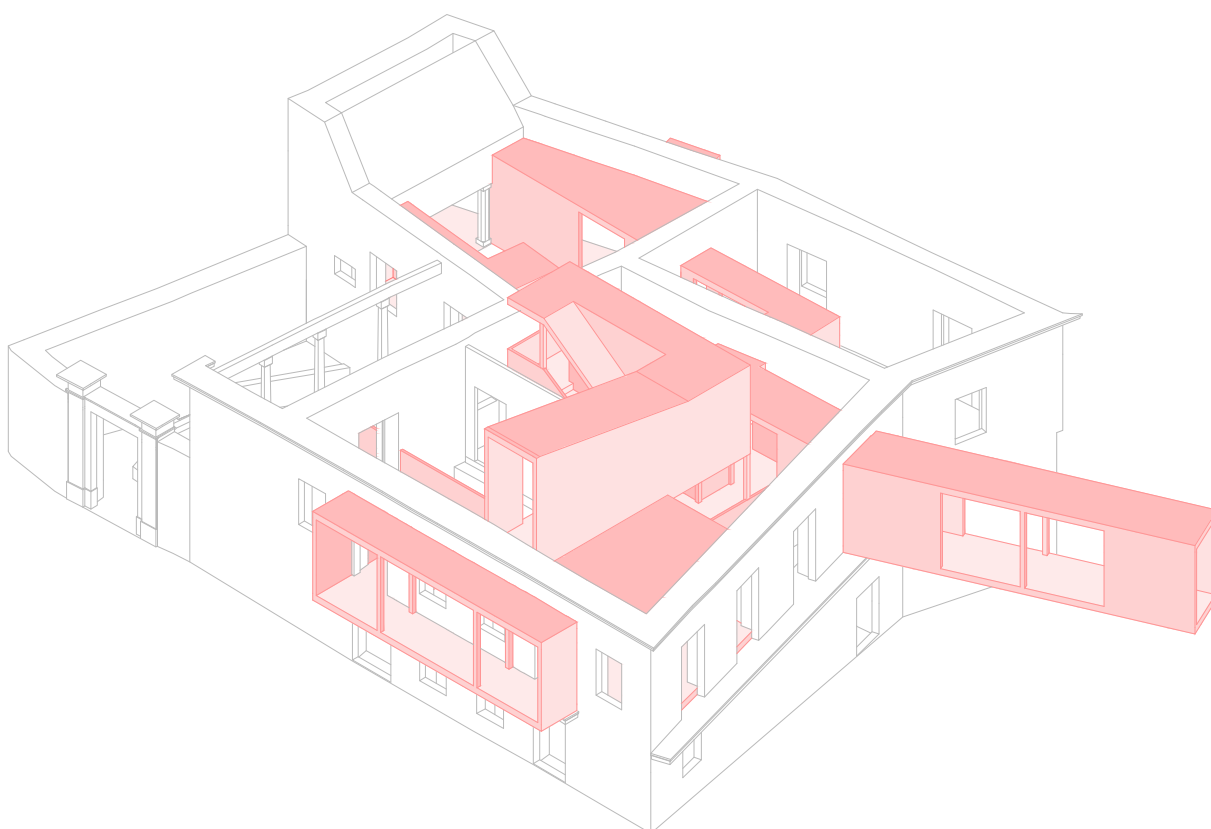


Fig. 65

### 3.3.2. Implantação e organização espacial da intervenção

**Figura 66** - Planta de implantação da proposta (piso 0) - Escala 1:200.

**Figura 67** - Corte 1 - Escala 1:100.

**Figura 68** - Corte 2 - Escala 1:100.

O desenvolvimento da proposta ocorrerá maioritariamente a uma cota superior, no segundo piso, surgindo apenas num momento à cota inferior, que advém do Largo D. Gualdim Pais e da rua que circunda o alçado norte.

Esta desocupação do piso inferior da Casa da Botica, prende-se com a necessidade de libertar e potencializar o acesso ao espaço do antigo logradouro, que é parte fundamental na intervenção. Como tal, é objetivo que o acesso da praça ao espaço verde seja feita de forma desimpedida e natural, como parte integrante do Largo. Apesar de maioritariamente aparecer livre, o edifício toca a cota inferior numa zona central, capaz de atrair facilmente os percursos de quem atravessa a Casa. Neste ponto encontra-se também um acesso vertical, que distribuirá quem o visita para as duas cotas superiores do percurso. Além



**Legenda :** 1 - Escadaria Principal 2 - Entrada no equipamento 3 - Antigo Lagar 4 - Biblioteca Municipal

Fig. 66

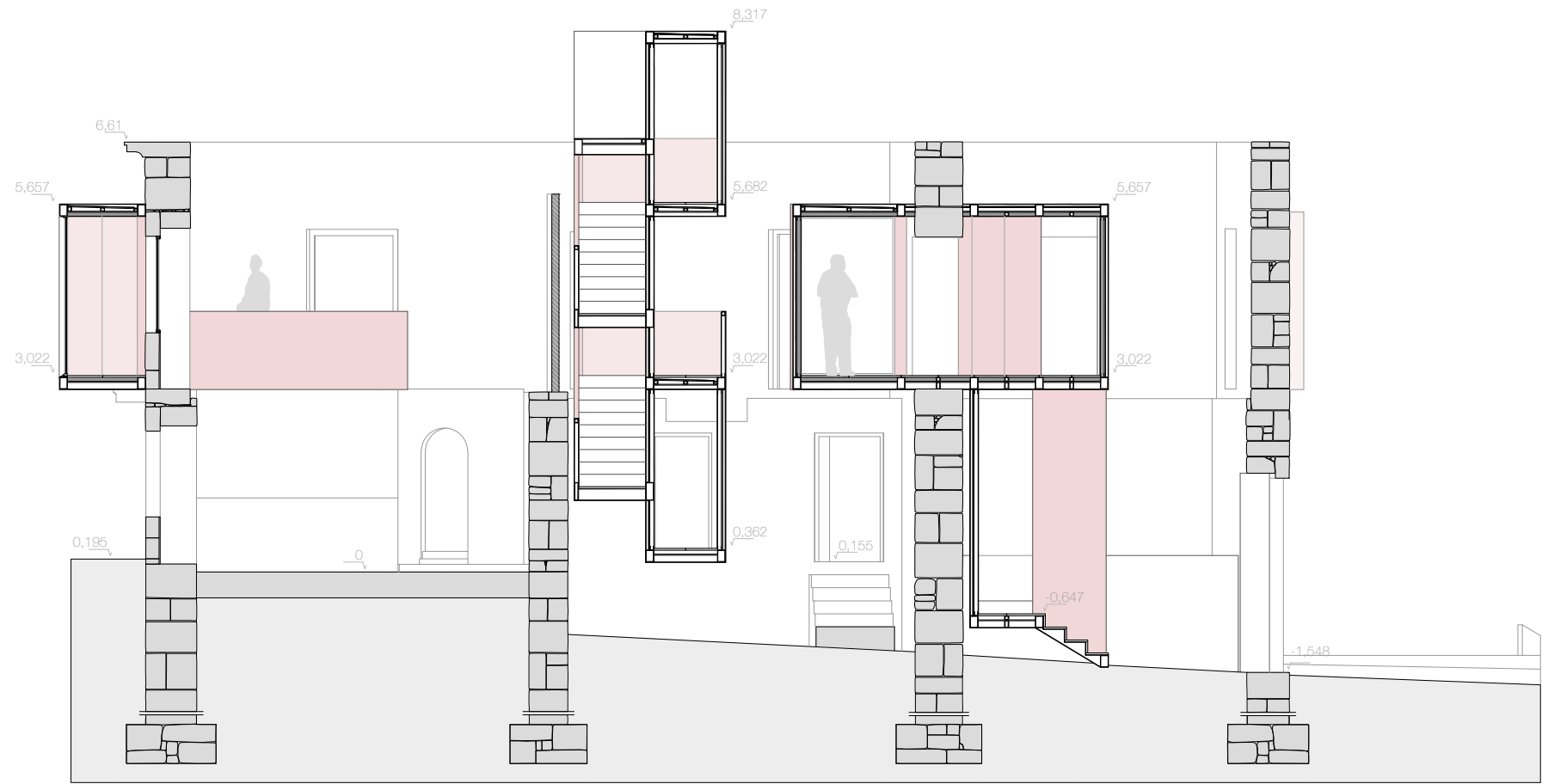


Fig. 67

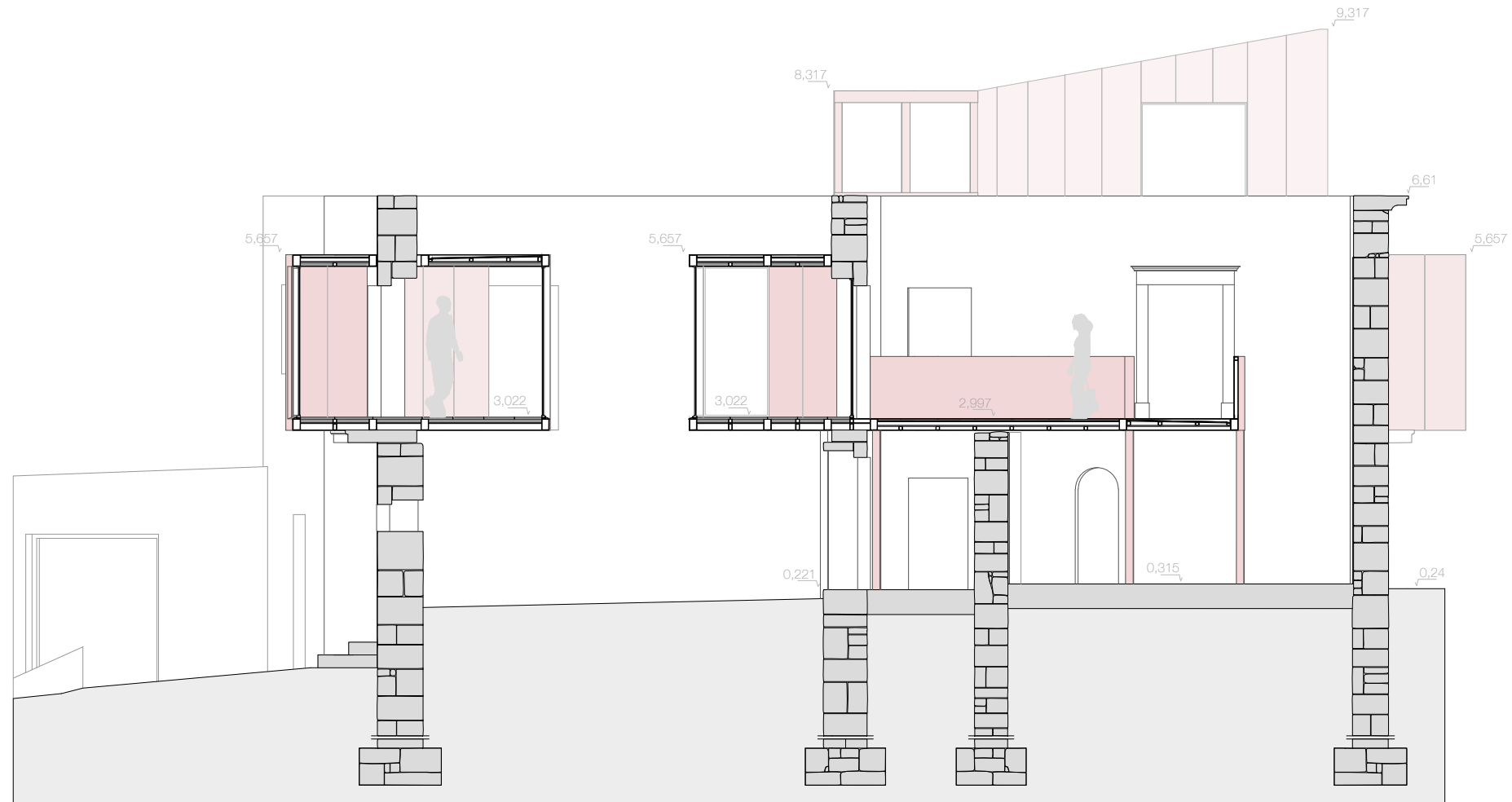


Fig. 68

**Figura 69** - Planta de implantação da proposta (piso 1) - Escala 1:200.

**Figura 70** - Corte 3 - Escala 1:100.

**Figura 71** - Corte 4 - Escala 1:100.

deste acesso vertical, também é possível aceder à cota superior através das escadas do portal principal, aludindo à antiga entrada senhorial da habitação.

Como já referido, o acesso ao nível superior é feito por dois acessos relativos à cota inferior e é aqui que se apresentarão os percursos que funcionarão como espaços expositivos, ao mesmo tempo que estabelecerão a narrativa histórica da Casa da Botica e da sua envolvente. Também a esta cota, e entre os vários corredores, aparecerão algumas salas, nas quais estará presente o posto de turismo. À medida que vamos percorrendo a esta cota, surgirá o acesso que liga a proposta à Biblioteca Municipal, responsável por interligar os dois programas. Além



Fig. 69



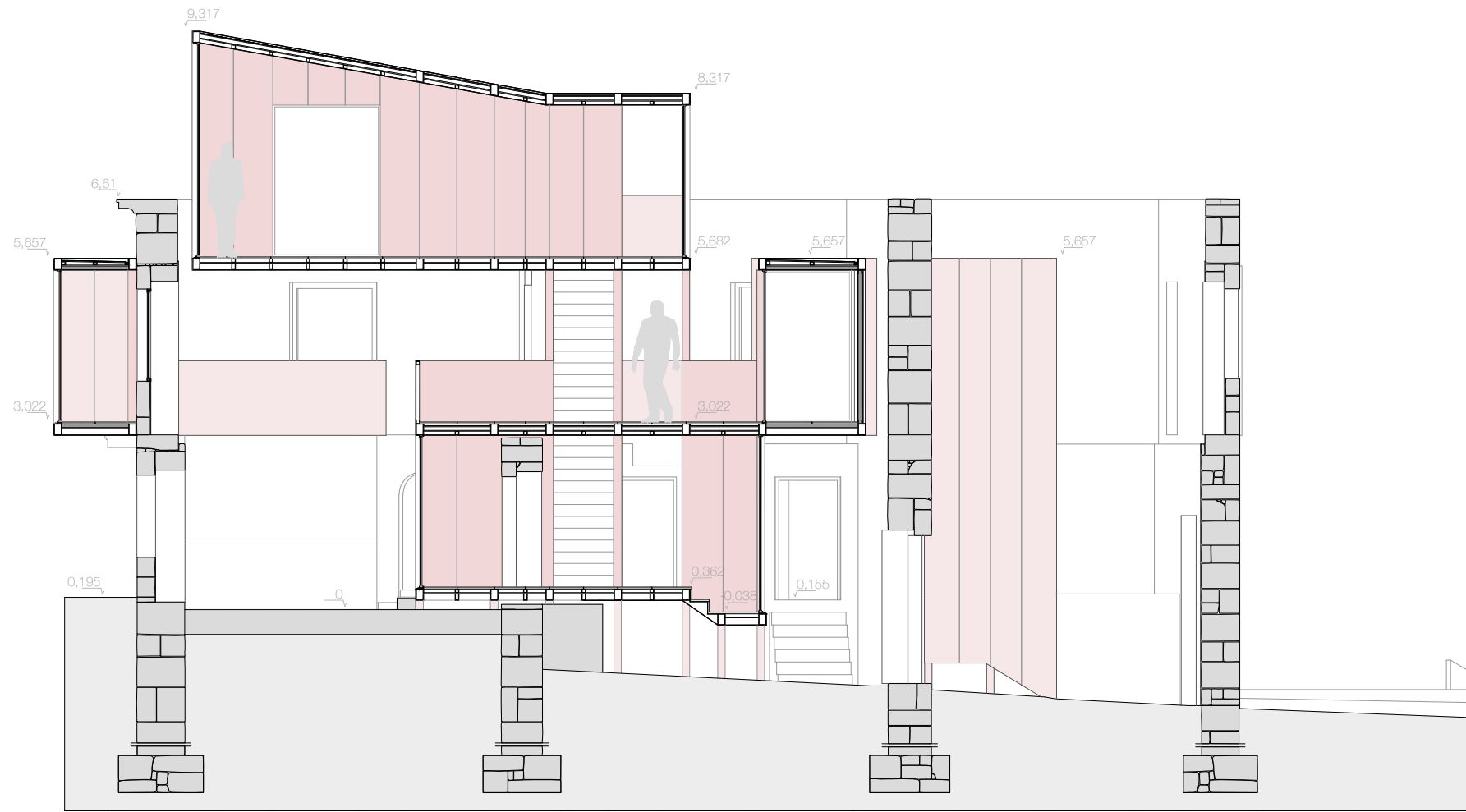


Fig. 70

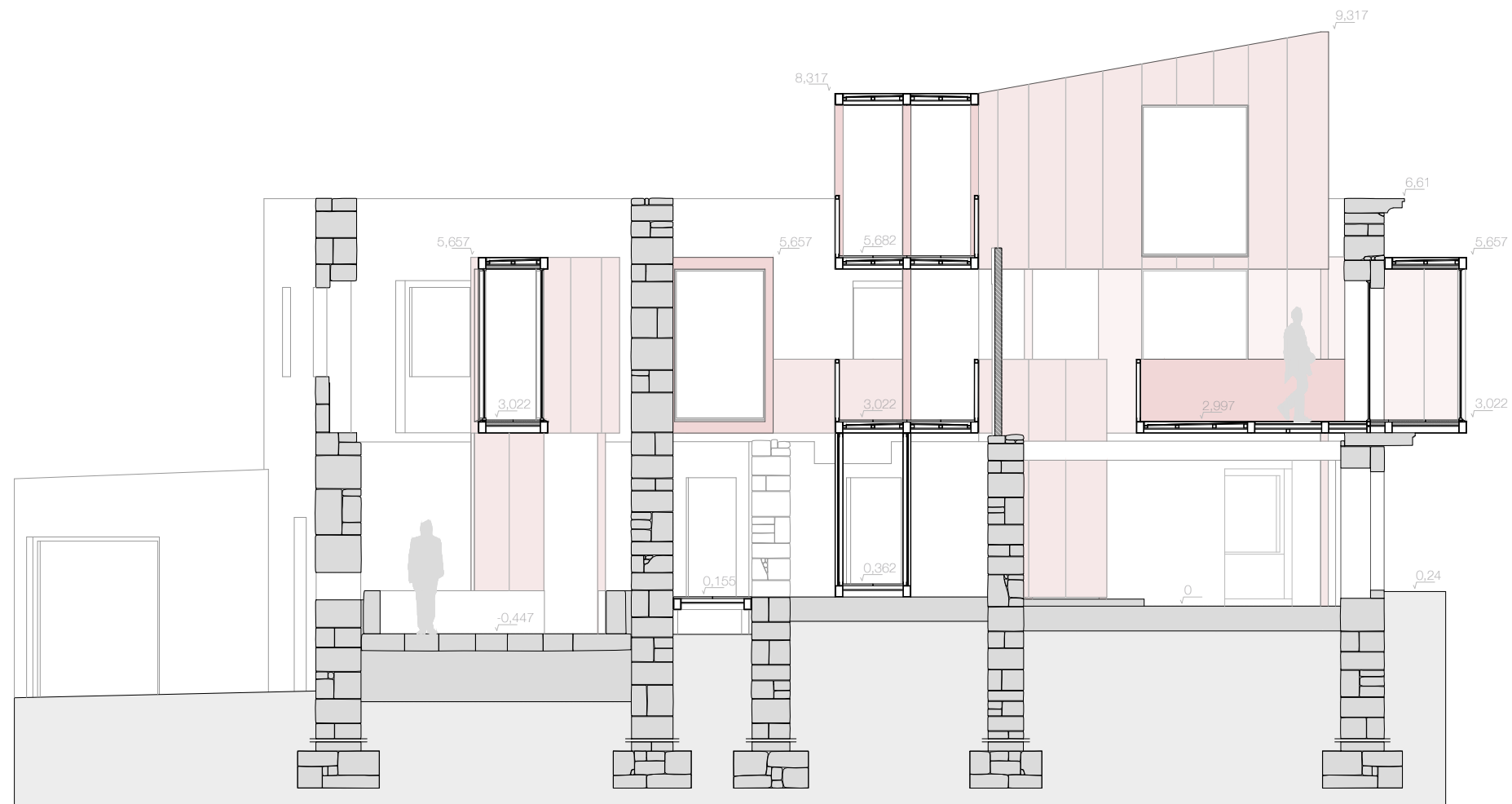


Fig. 71

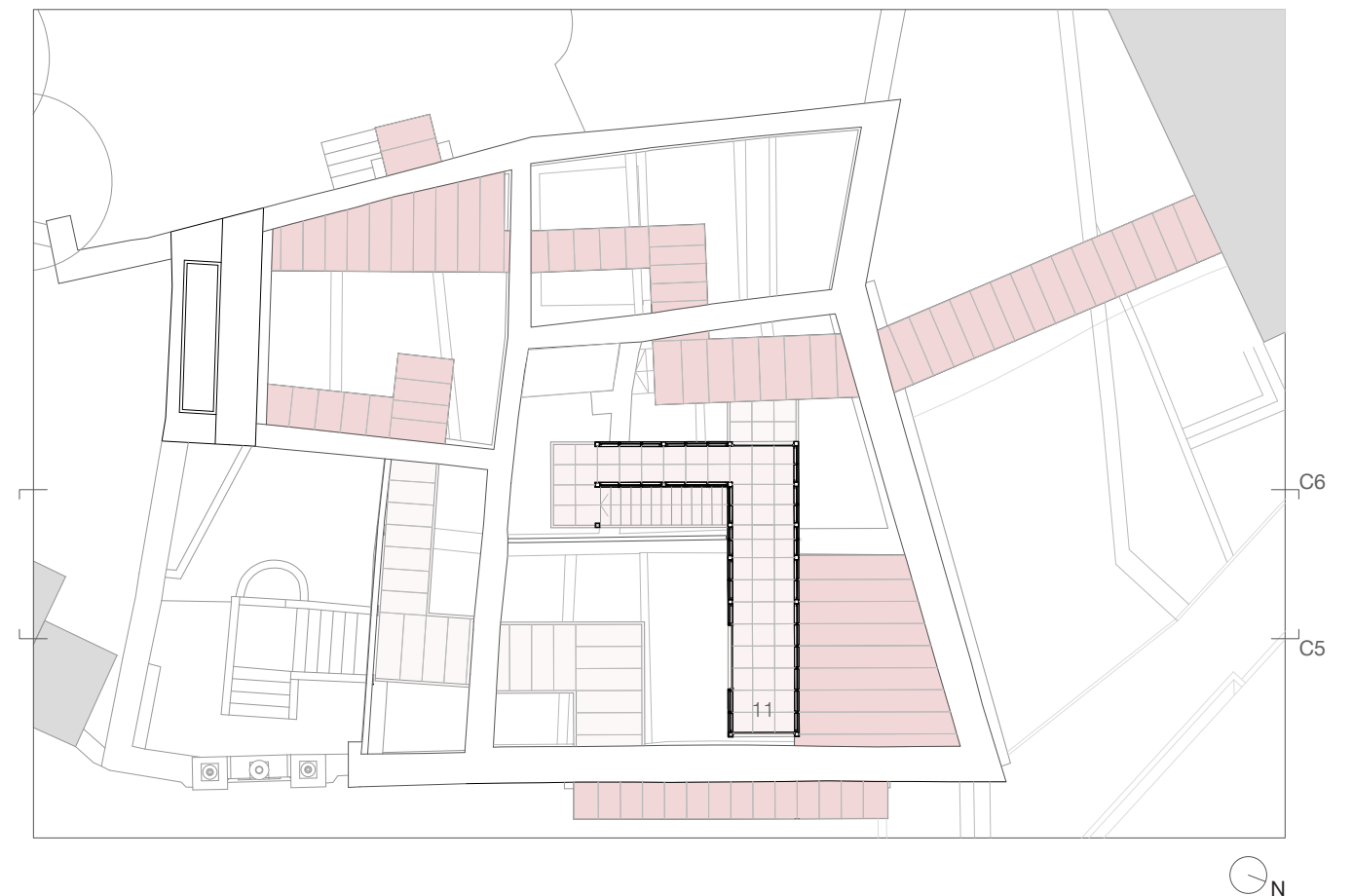
**Figura 72** - Planta de implantação da proposta (piso 2) - Escala 1:200.

**Figura 73** - Corte 5 - Escala 1:100.

**Figura 74** - Corte 6 - Escala 1:100.

disso, interessa acrescentar que na zona central, que interliga esta cota à inferior, é ainda possível aceder à terceira e última cota do equipamento.

Nesta última cota encontraremos o miradouro, que emerge como meta final de todo este percurso. Este espaço apresenta-se assim desenhado e estrategicamente voltado em direção à Capela da Nossa Senhora da Paz, sendo esta outro ponto de interesse do Património Amarense. Este miradouro permitirá também uma leitura diferente de toda esta zona central do Concelho.



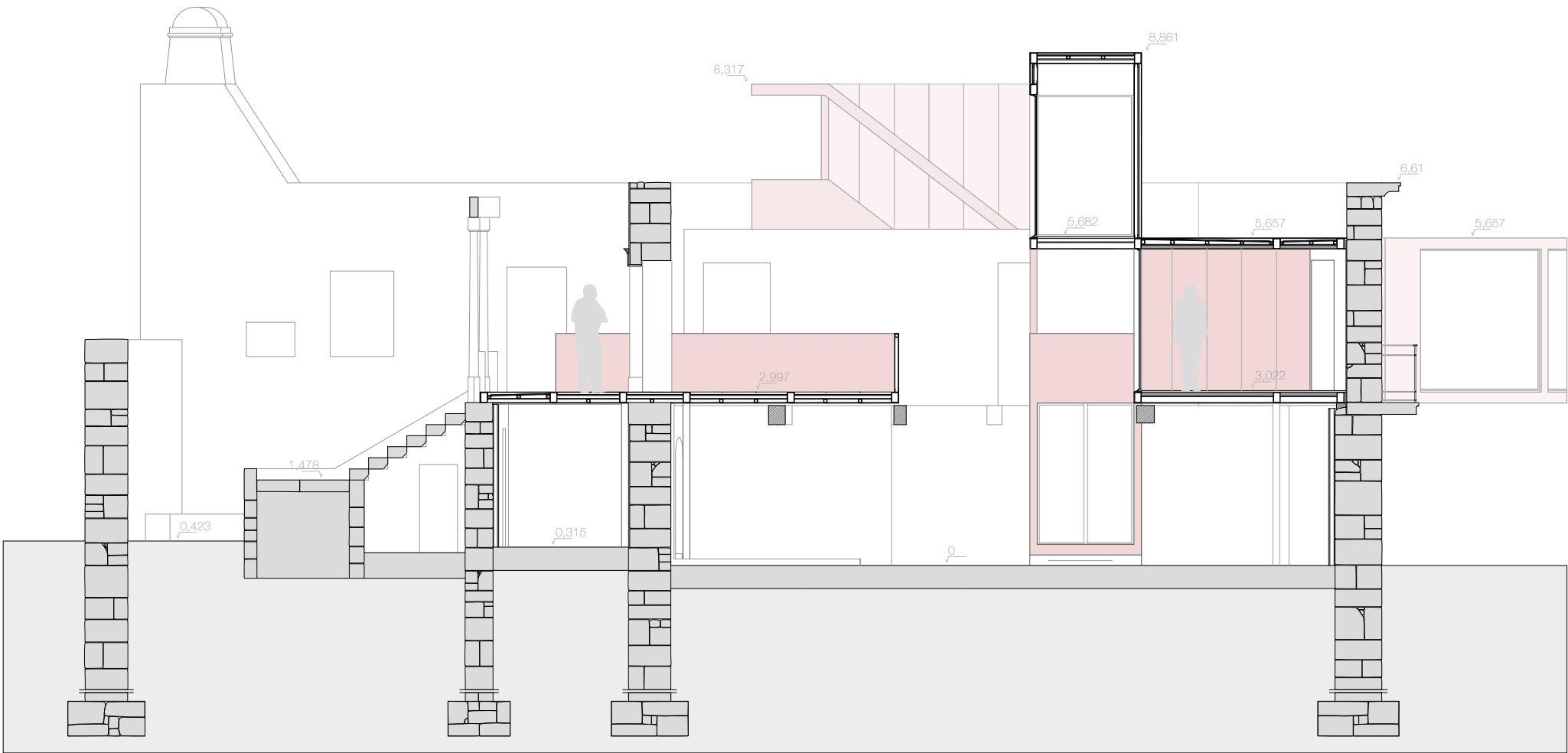


Fig. 73

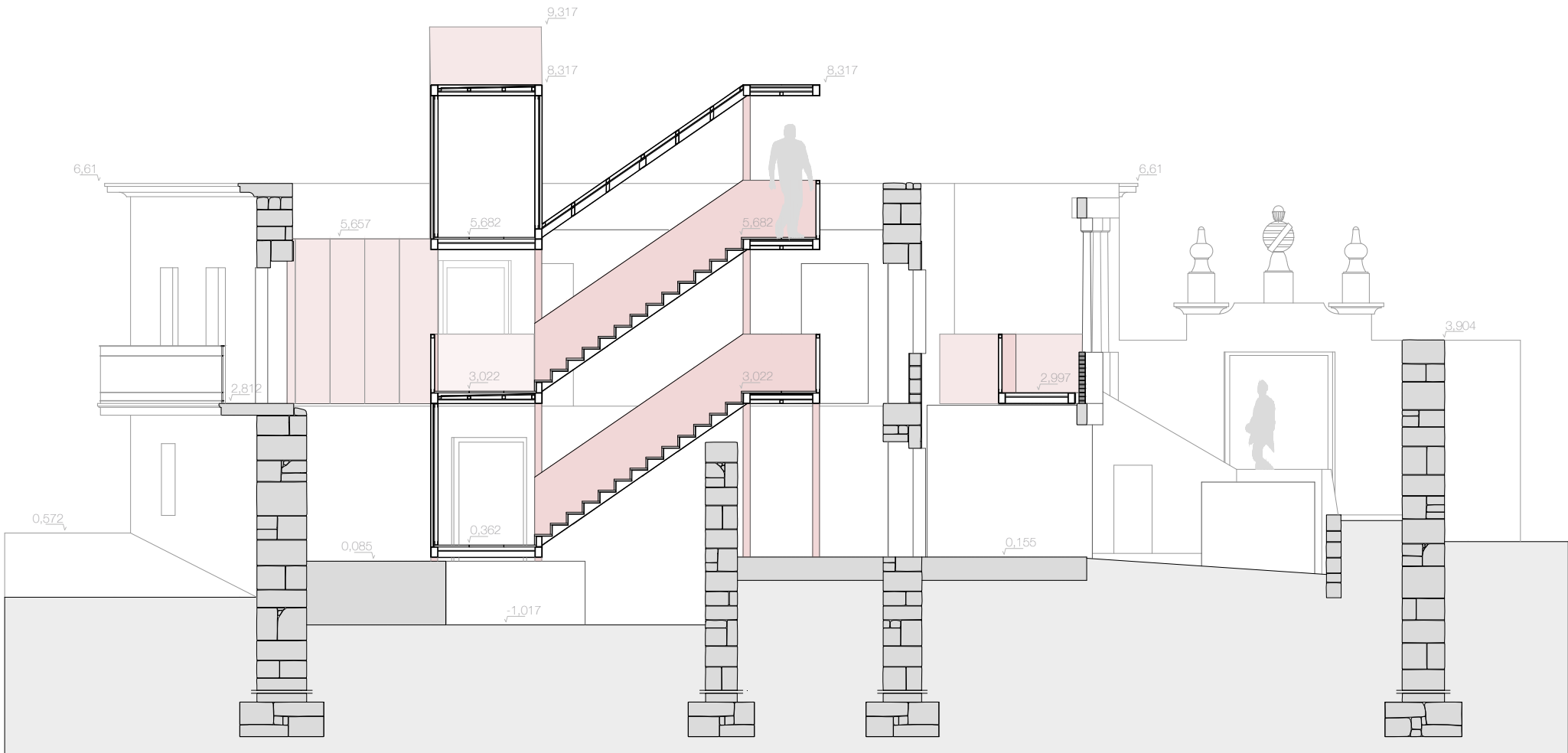


Fig. 74

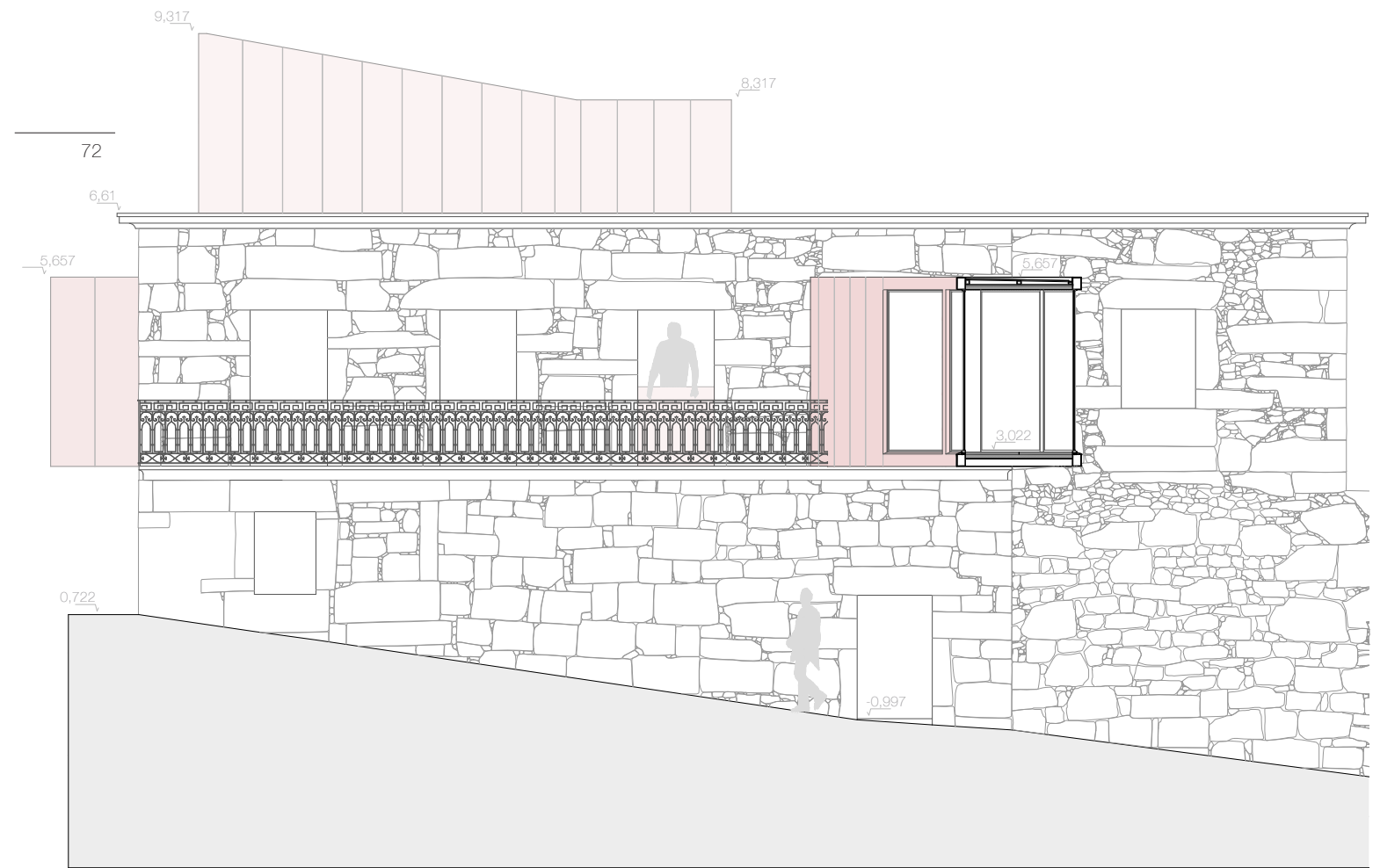


Fig. 75

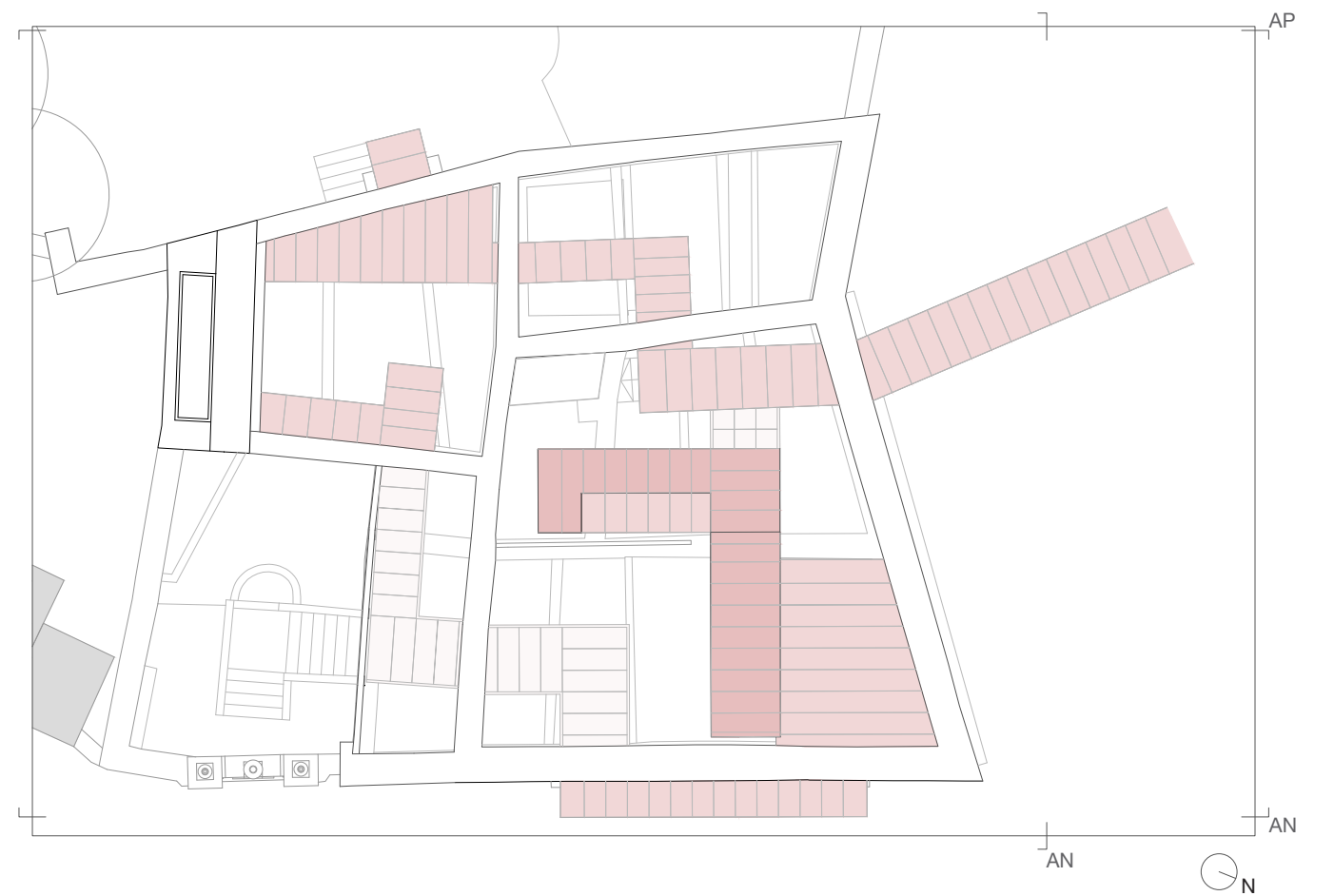


Fig. 76

**Figura 75** - Alçado Norte - Escala 1:100.

**Figura 76** - Planta de coberturas da proposta - Escala 1:200.

**Figura 77** - Alçado Nascente - Escala 1:100.

**Figura 78** - Alçado Poente - Escala 1:100.

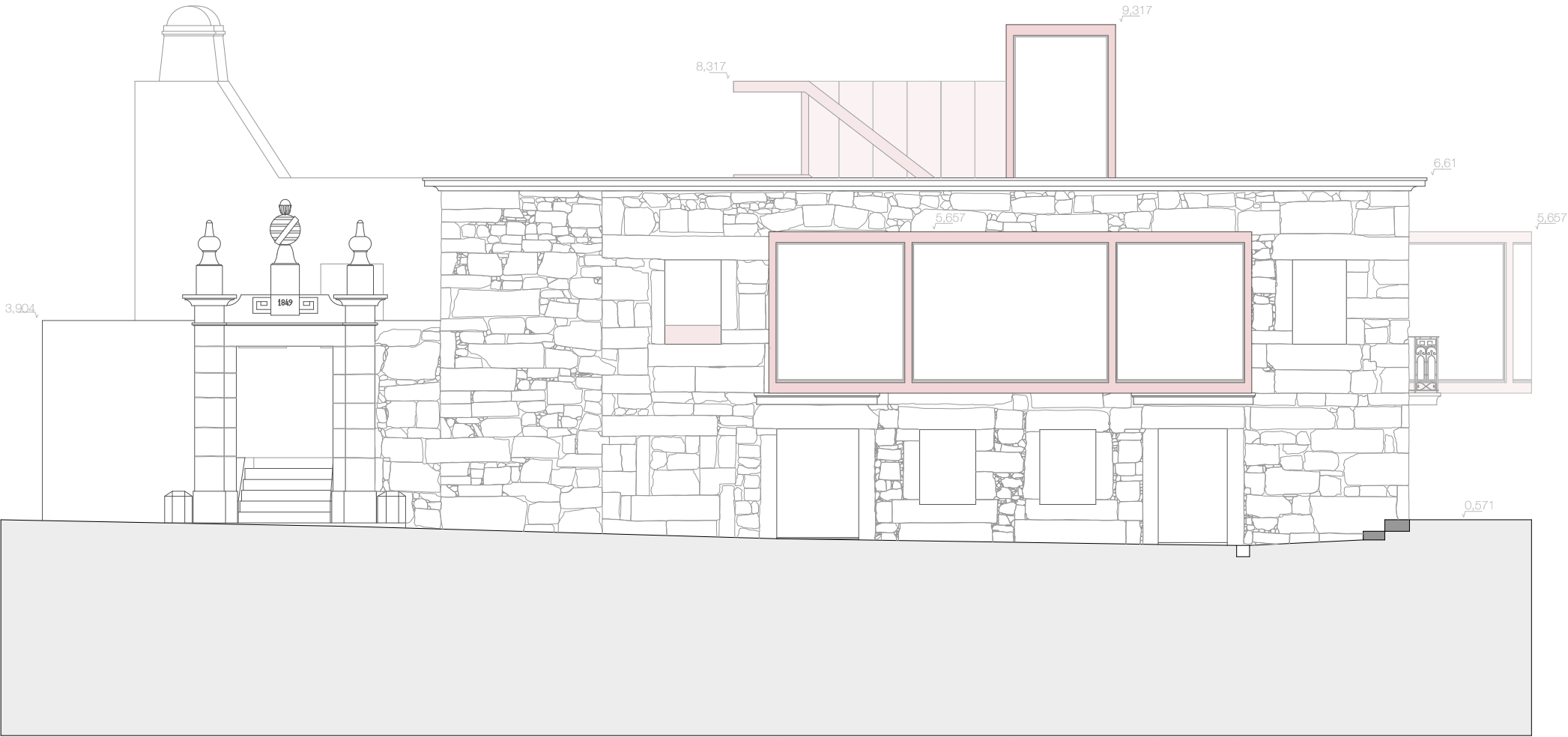


Fig. 77

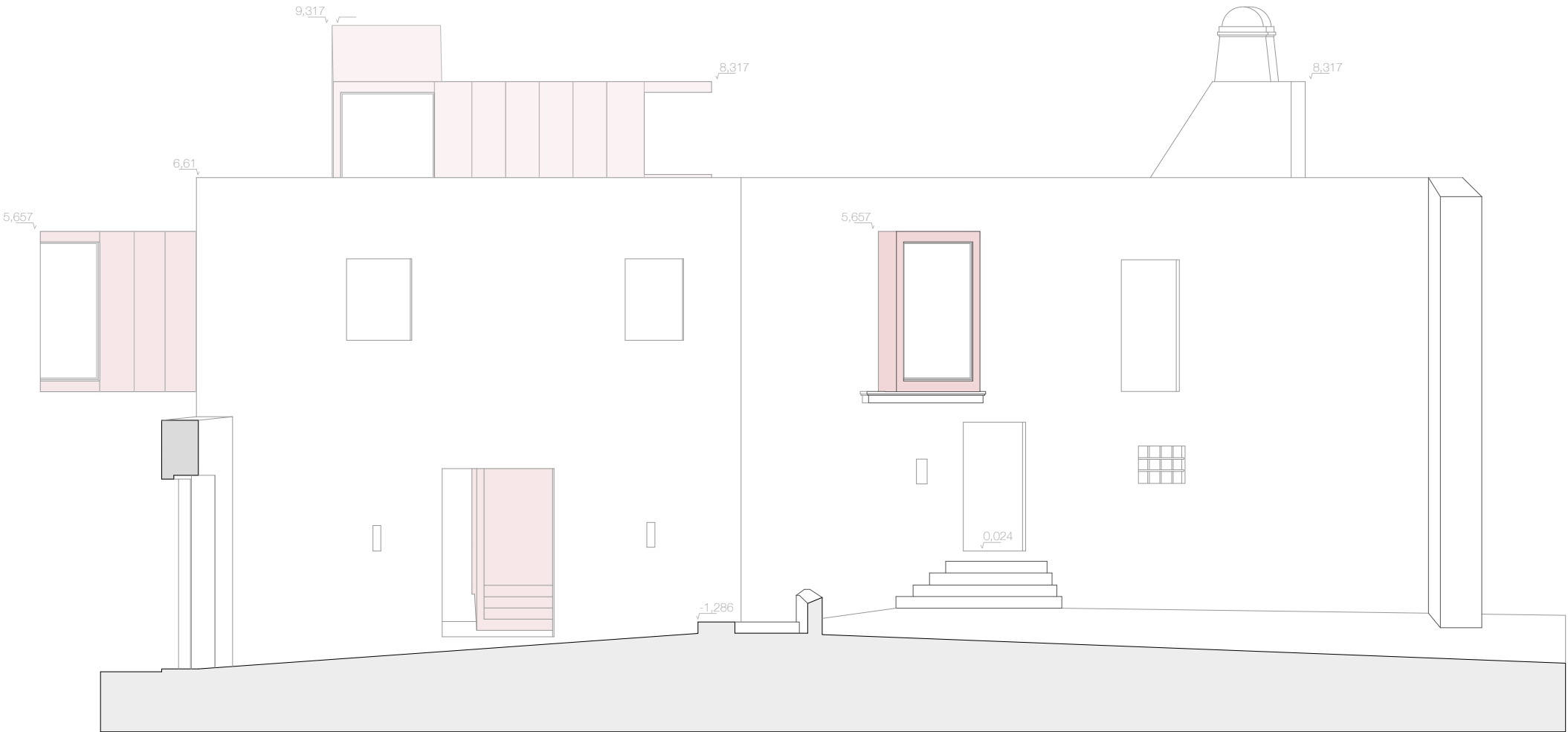


Fig. 78

Figura 79 - Planta da proposta do logradouro - Escala 1:200.

Figura 80 - Corte 1 - Escala 1:200.

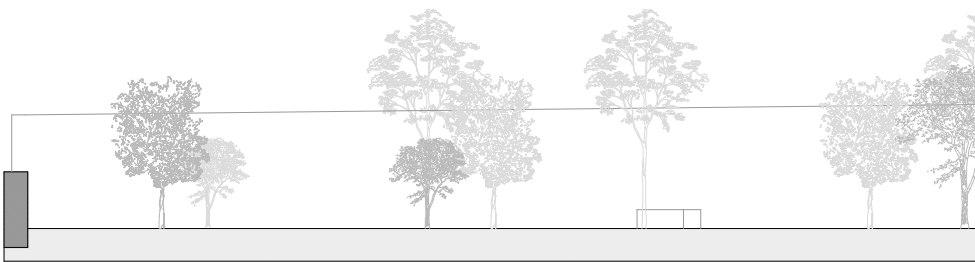
3.3.3. O jardim da Casa da Botica

Como anteriormente mencionado, esta intervenção tem como ponto fundamental, além de valorizar o património em questão, transformar a Casa da Botica num espaço transitório – “A Porta” – abrindo e inserindo o antigo logradouro e a propriedade num novo enquadramento com o Largo D. Gualdim Pais.

O antigo logradouro da propriedade assumirá então um novo protagonismo, o de funcionar como um novo parque da vila, objetivamente envolvido na dinâmica central deste concelho. Esta transformação prende-se com a ideia de criar uma nova área verde, de lazer, que além de funcionar como pulmão da vila, passe também ela a ser um ponto convidativo e de interesse local. Se antigamente o logradouro se encontrava dividido em três cotas e apenas a primeira funcionaria como jardim da habitação, ao passo que as restantes eram destinadas ao cultivo agrícola, agora, todas estas cotas assumirão a mesma função.

Apoiando esta área exterior, constará também aqui um café e respetiva esplanada, que se abrirão para todo este extenso logradouro. Assim, o café aparecerá implantado na antiga zona onde outrora estariam dispostas as cortes dos animais da habitação e aparecerá voltado para a primeira cota deste logradouro, onde se encontra a fonte e o antigo jardim senhorial. Na transição para as outras cotas do terreno, surgirá uma estrutura permeável que albergará a esplanada do dito café. Esta poderá facilmente ser adaptável a outra função, como por exemplo, receber um concerto ou outro qualquer evento recreativo.

Mais uma vez, pretendemos oferecer a estes espaços uma flexibilidade programática para quem os usufrui, como presente na orientação de toda a intervenção. Ora, apenas estes equipamentos aparecerão como apoio a todo este espaço, na medida em que se pretende obter o máximo de área livre no desenho deste novo jardim da Casa da Botica.





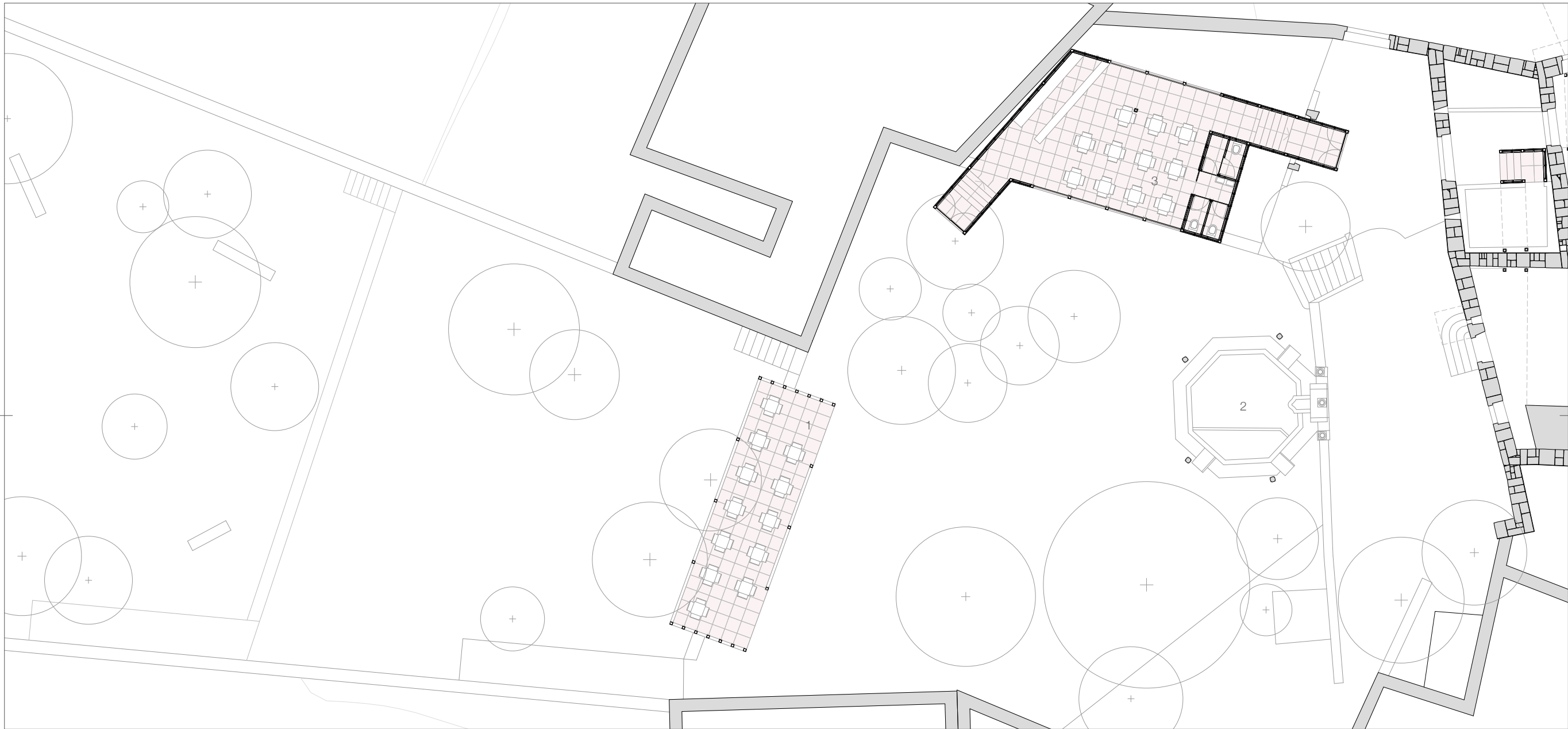


Fig. 79

Legenda : 1 - Esplanada 2 - Fonte 3 - Cafeteria



Fig. 80

### 3.3.4. Maquete

Figura 81, 82 - Fotografias da maquete.

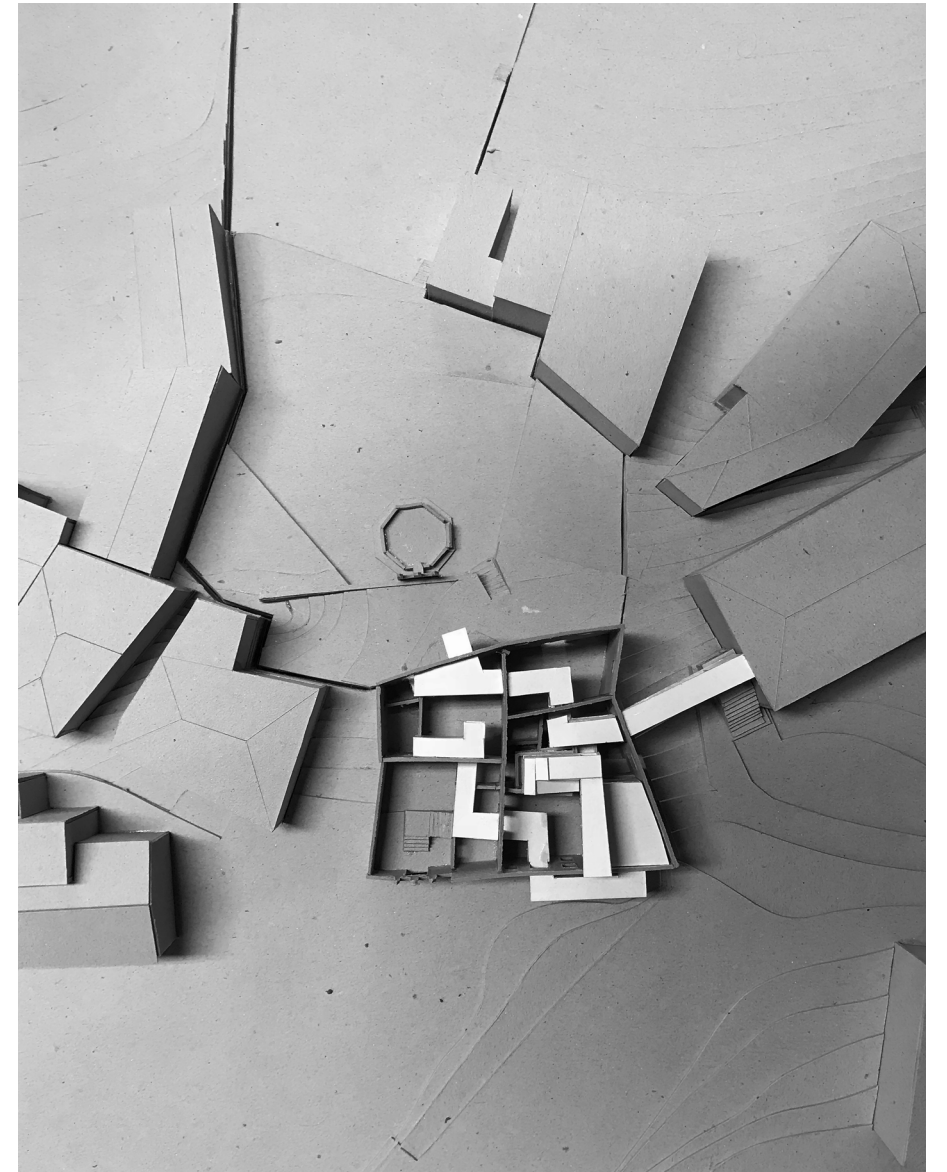


Fig. 81



Fig. 82

Figura 83, 84 - Fotografias da maquete.

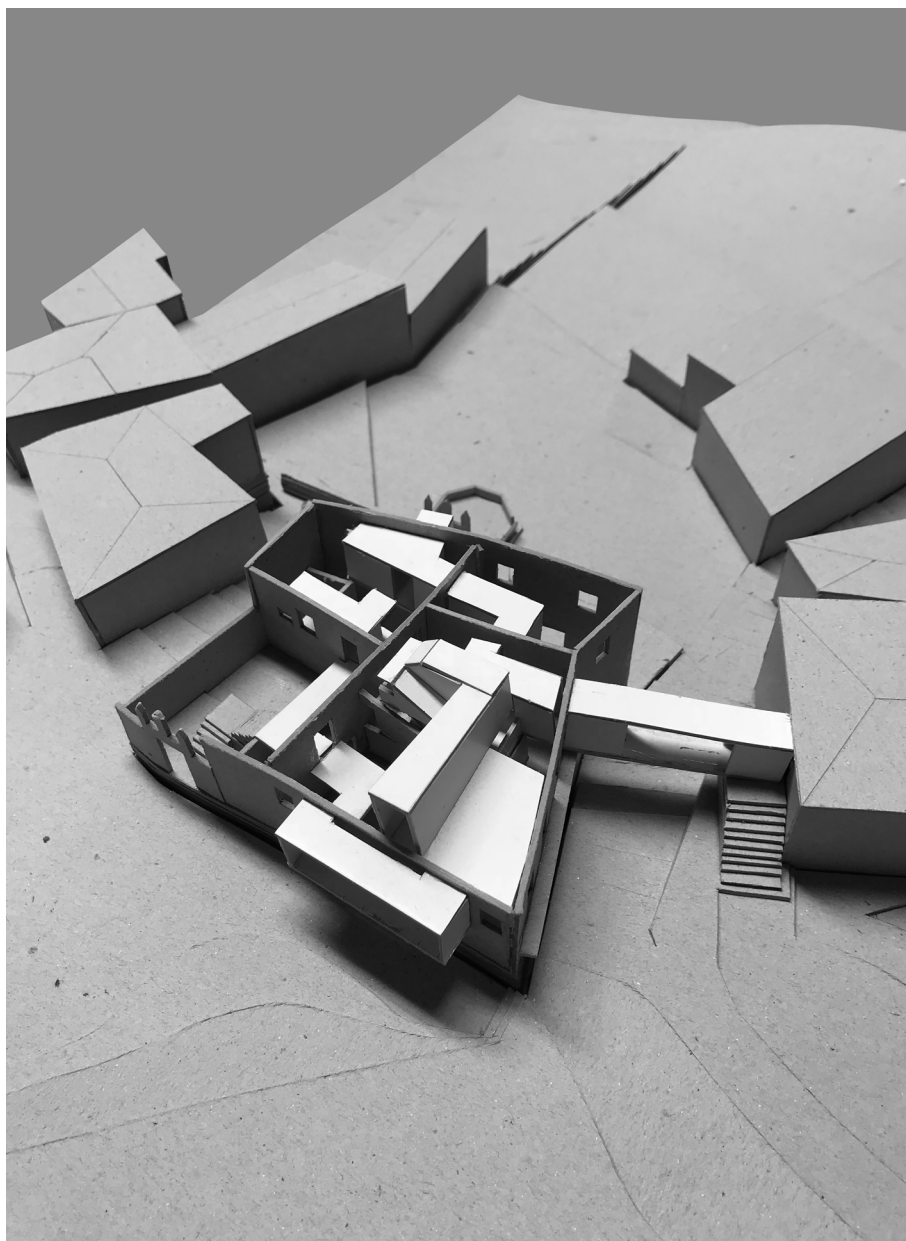


Fig. 83



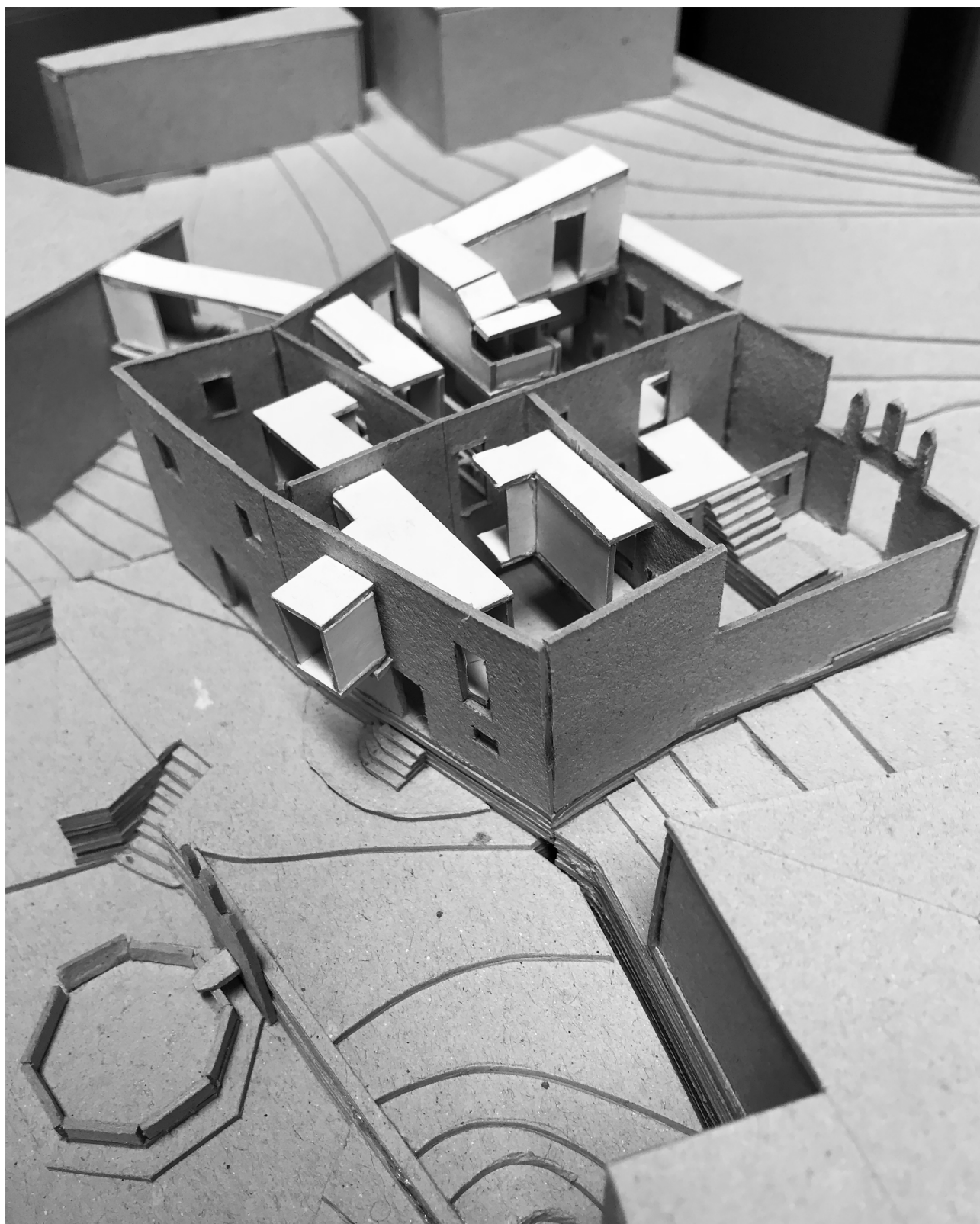


Fig. 84

Figura 85, 86 - Fotografias da maquete.



Fig. 85



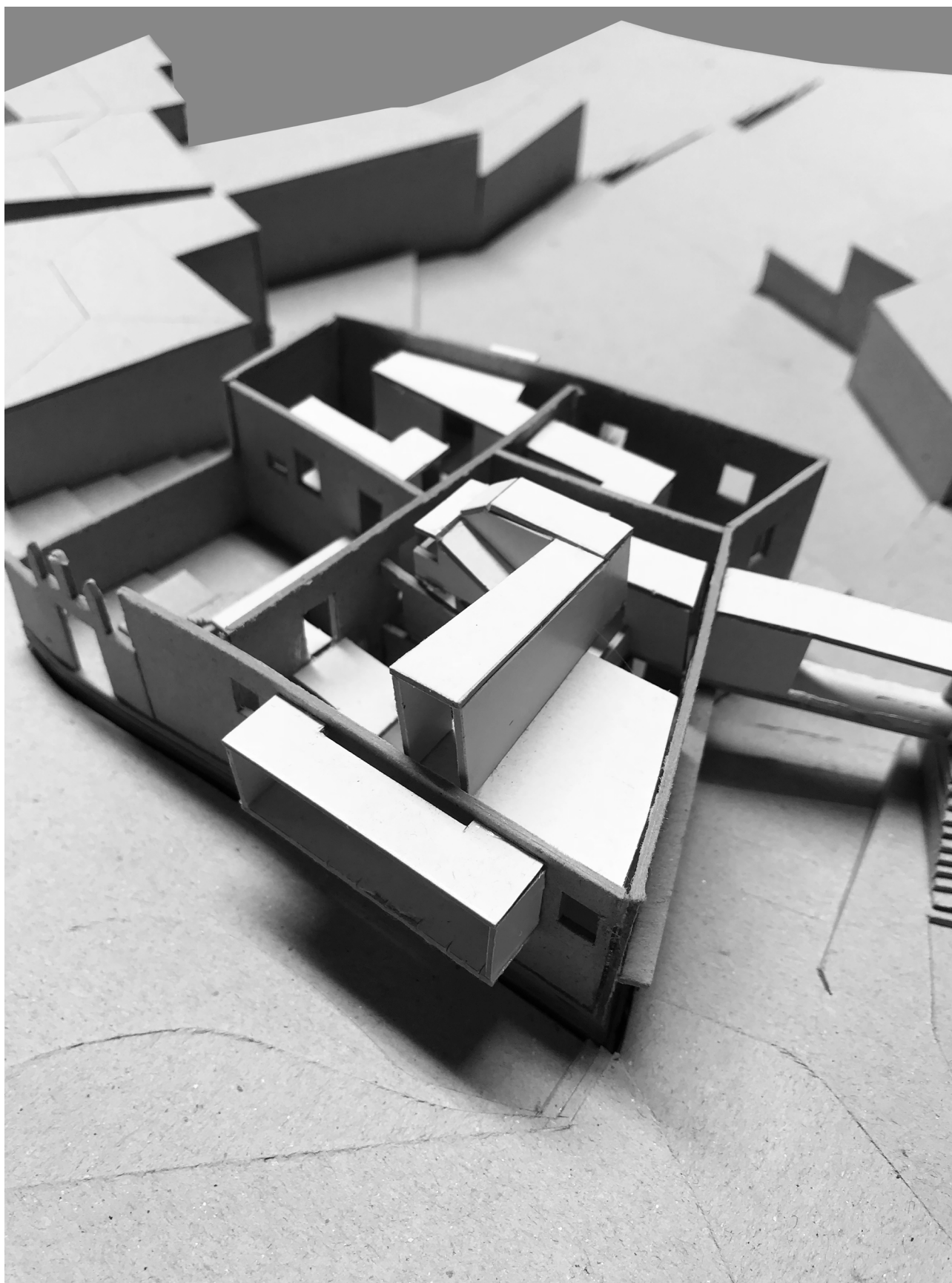


Fig. 86

### 3.4. A construção do Centro Interpretativo da Botica

**Figura 87** - Fotomontagem da relação do aço corten da proposta com a alvenaria de pedra pré-existente.

Esta intervenção não pretende acarretar enormes custos na reabilitação do objeto de estudo, mas sim oferecer uma nova vida a este património com a implementação de um equipamento construído com materiais pré-fabricados de custo mais reduzido. Assim sendo, o objetivo passa por obter o máximo resultado com o menor gasto possível.

Interessa ainda referir que toda a materialidade escolhida para a concretização do projeto teve em conta o enquadramento com a pré-existência em que se insere.

O modelo construtivo escolhido nesta intervenção aparecerá como tipologia a adotar quer no equipamento a implantar na casa, quer no antigo logradouro da habitação.

Na concretização da proposta o aço assume-se como principal material a utilizar e, como referido anteriormente, a sua escolha advém de não se pretender utilizar excessivos recursos económicos. Como tal, o aço aparecerá subjacente aos vários layers construtivos da proposta, no sistema estrutural, nos revestimentos, nos pavimentos e inclusive nas caixilharias a adotar. Interessa que a montagem da proposta seja prática e simples, oferecendo-lhe uma maior autonomia e facilidade de manutenção. Complementando esta escolha, aparecerão outros materiais pré-fabricados, como as lajetas de betão que serão também elas responsáveis por alguns pavimentos. Na impermeabilização do equipamento e isolamento térmico de alguns espaços fechados também serão utilizados elementos pré-fabricados, como o OSB, o XPS, e as telas impermeabilizantes.



Fig. 87



### 3.4.1. Sistema estrutural

**Figura 88** - Axonometria extrudida do esquema estrutural da intervenção.

O sistema estrutural a utilizar será, como descrito, realizado em aço. Além do motivo económico, a irregularidade da pré-existência também foi fator determinante para a escolha deste material como estrutura, devido às suas características de maleabilidade e adaptabilidade.

A estrutura assumirá então a forma de pilares tubulares quadrangulares, de 12 cm e vigas tubulares, de 12x18 cm de dimensão. O seu desenho será estabelecido, em regra, respeitando uma métrica utilizada de 60cm. Acontece que, devido às irregularidades formais da Casa da Botica, pontualmente existirão alguns casos em que tomará outras dimensões, nunca ultrapassando muito este intervalo. Ainda devido a essas irregularidades, não era possível que a estrutura principal adotasse sempre o mesmo intervalo espacial, contudo aparecerá sempre implantada segundo a métrica estabelecida.

Sempre intercalada com a estrutura principal do equipamento, a subestrutura surgirá assim também incluída neste intervalo, desenvolvendo-se com perfis de aço em “C”, de 6cm de dimensão. Assim, terá a responsabilidade de servir de base de apoio para todo o revestimento, interior e exterior, e ainda ajudará no isolamento térmico dos espaços encerrados.

O esquema estrutural dos equipamentos a implantar surgirão maioritariamente apoiados de forma independente, isto é, colocar-se-ão de forma adjacente à pré-existência. Contudo existirão exceções em que a estrutura precisará de apoiar em elementos existentes, como vãos ou alguns espaços, que ainda resistiram da demolição do interior da habitação, como o caso da antiga cozinha. Além disso, dado ainda subsistirem algumas vigas de piso do antigo andar sobradado, a estrutura aproveitará também estas vigas em madeira para se sustentar.

A métrica adotada figurará sempre de base estrutural para toda a implantação e desenvolvimento do projeto, fazendo-se notar desde a organização do esquema estrutural até à estereotomia do revestimento deste equipamento.

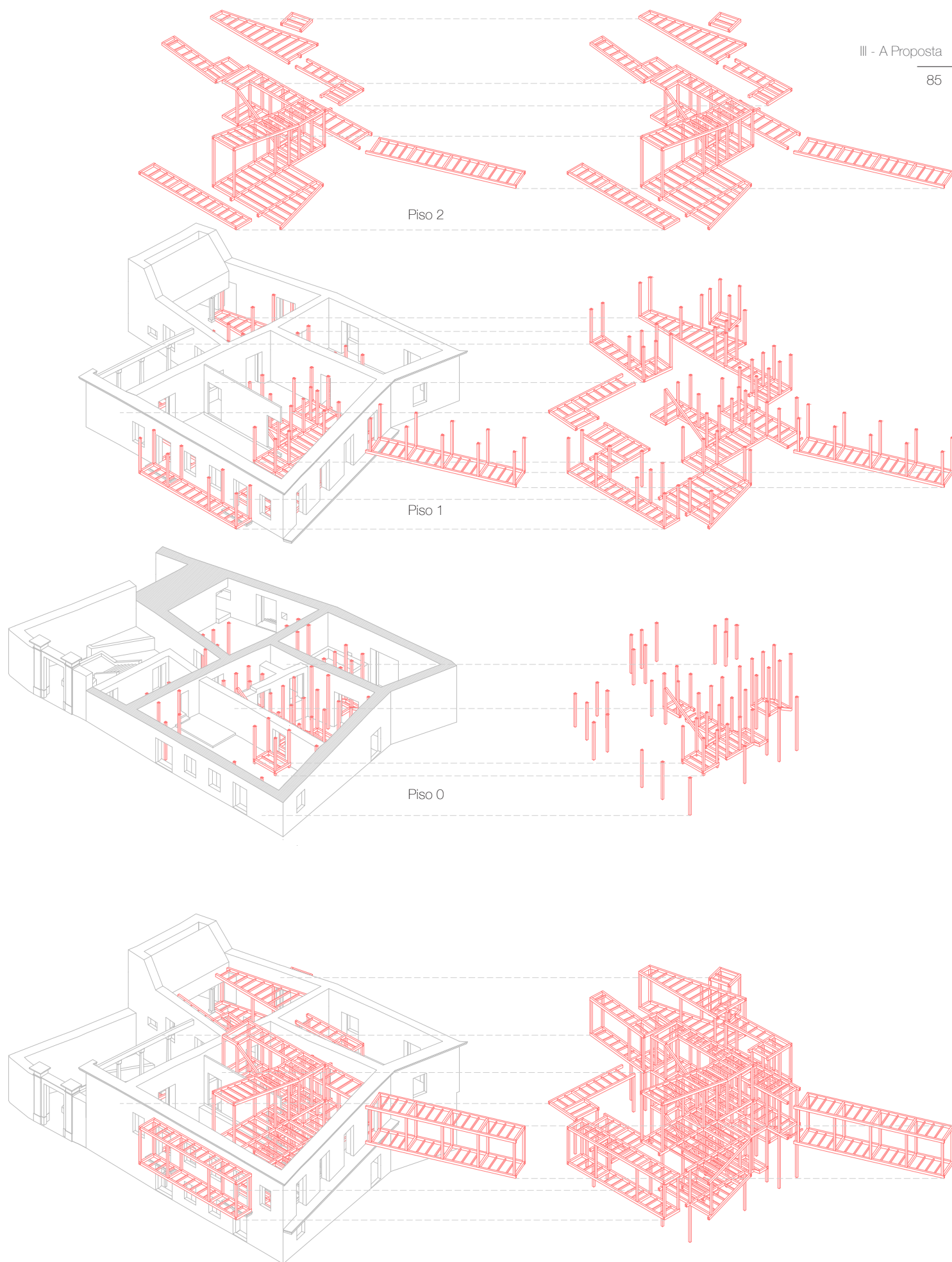


Fig. 88

### 3.4.2. Pormenorização

**Figura 89** - Corte construtivo tipo da intervenção - Escala 1:10.

A escolha dos materiais que vão compor o equipamento teve como objetivo enquadrar a intervenção com a pré-existência em que se está a inserir. Como tal, para o revestimento do projeto foi escolhido o aço corten, uma vez que apresenta uma pigmentação que o enquadrará com o pré-existente, dando-lhe visualmente uma imagem de velho, tal como o estado da ruína. Este revestimento estará presente no interior e no exterior destes equipamentos. Interessa que esta proposta crie uma atmosfera constante à medida que é percorrida, retirando o ponto de foco no equipamento em si mesmo, transportando-o para aquilo que ele pretende mostrar.

A água afigura-se sempre como principal deteriorador de um projeto de arquitetura e, como tal, interessa munir esta intervenção de um sistema que a consiga defender deste elemento. Assim sendo, as fachadas da proposta assumirão sempre um sistema de fachada ventilada em aço corten, permitindo criar um espaçamento que impedirá o acesso de qualquer humidade à estrutura do projeto. Além disso, nas coberturas será utilizado um esquema semelhante, que permitirá depois encaminhar a água até ao exterior.

Nos espaços encerrados será colocado um sistema de isolamento térmico em XPS, apoiado pela subestrutura e sempre intercalado com a estrutura da proposta. As restantes áreas do projeto, dado funcionarem como espaços abertos, não necessitarão deste cuidado térmico.

No que diz respeito aos vãos, estes assumem um papel preponderante na materialização de toda a ideia conceptual, patente no desenho de um condutor do espaço. Assim sendo, e tal como todo o projeto, a dimensão e posicionamento dos vãos respeitarão a métrica estrutural inerente a toda a proposta.

Os vãos da proposta serão então constituídos por caixilharias em aço, que suportarão sempre a camada vidro duplo, e as suas dimensões corresponderão ao intervalo da métrica onde se inserem. O projeto irá assim contemplar dois tipos de vãos, esteticamente semelhantes, que corresponderão às caixilharias fixas e às móveis. Estas duas tipologias corresponderão à necessidade funcional que estará inerente a cada espaço, isto é aparecerão caixilharias fixas em espaços de contemplação, ao passo que as outras aparecerão em zonas de transição.



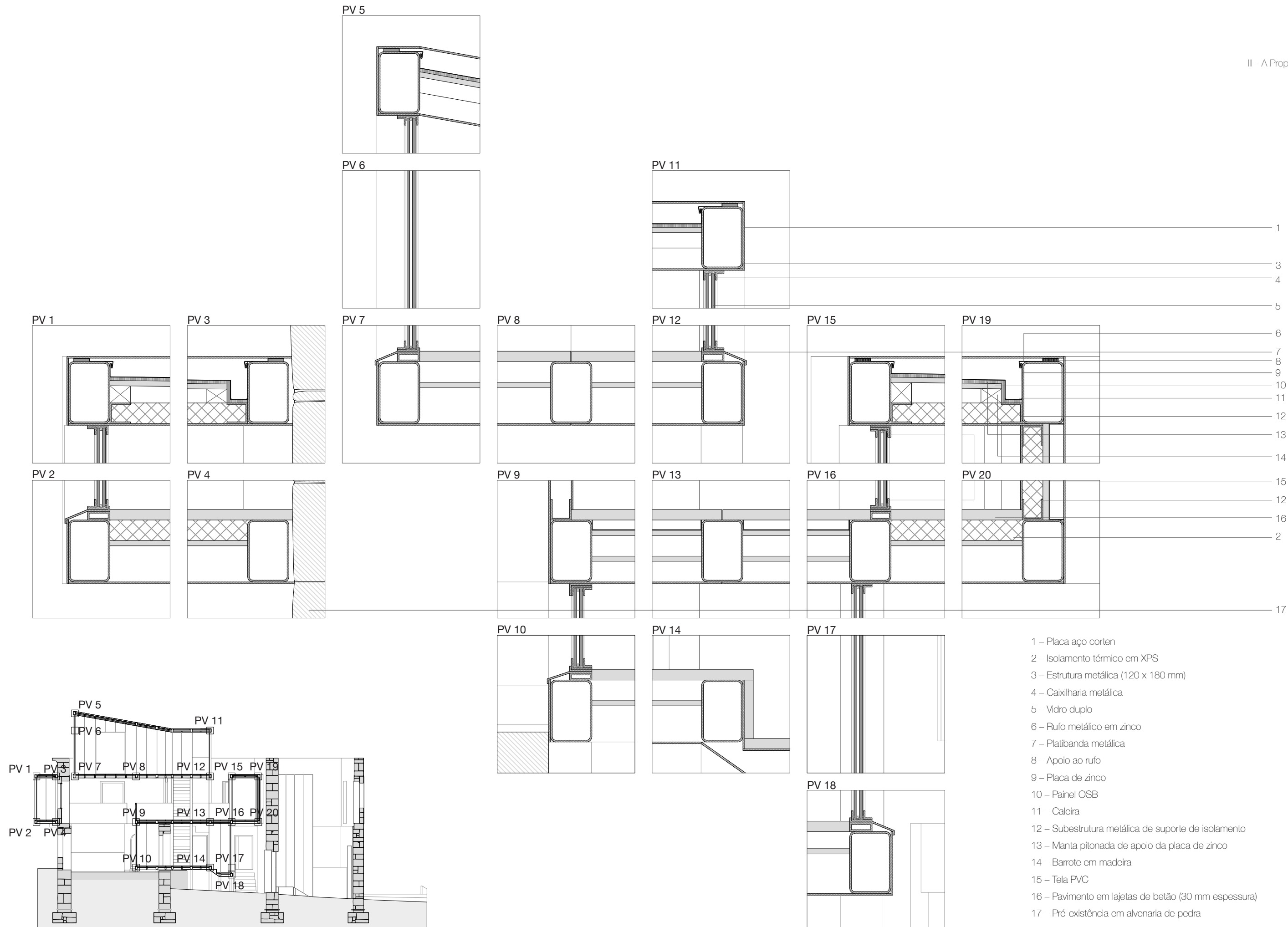


Fig. 89

## Conclusão

A Intervenção na Casa da Botica pretende dotar o património em questão de um equipamento que o valorize e influencie a dinâmica do centro da vila em que se insere. É por isso, de todo o interesse manter estes símbolos de identidade das várias regiões, cada vez mais escassos numa paisagem arquitetónica progressivamente mais estereotipada.

A proposta pretendeu manter a imagem original e em ruína deste património, valorizando-a com a inclusão de um equipamento que permita contar a sua história e lhe ofereça um conjunto de espaços facilmente adaptáveis às necessidades dos seus visitantes. O processo de intervenção não se limitou a um restauro ou recuperação do objeto em questão, mas sim do espaço em que este se insere.

Na materialização do projeto pretendeu-se obter o máximo resultado com o menor custo de concretização. Assim, além de não serem gastos enormes recursos numa recuperação ou restauro do objeto, o projeto ergueu-se através de materiais e soluções pré-fabricadas, de baixo custo de obtenção.

A proposta de intervenção surge com uma necessidade de consciencialização de um Património identitário desta região, aliada com uma oportunidade de reabilitação de uma ruína esquecida na dinamização de todo um centro concelhio.

O resultado final adveio de uma análise e interpretação de inúmeros fatores, desde o lugar, à casa, aos potenciais utilizadores, tendo sempre em conta o modo de intervir num património, que representa a memória coletiva de um modo de vida desta região do Minho.



## Bibliografia

- . ALVES COSTA, Alexandre – *Cumplicidades*. Jornal Arquitectos 213 – À la Recherche du Temps Perdu. Portugal. Ordem dos Arquitectos (Novembro/Dezembro 2003).
- . ALVES COSTA, Alexandre – *Património: Entre a Aposta Arriscada e a Confidência Nascida da Intimidade*. Jornal Arquitectos 213 – À la Recherche du Temps Perdu. Portugal. Ordem dos Arquitectos (Novembro/Dezembro 2003).
- . AZEVEDO, Carlos de – *Solares Portugueses: Introdução ao estudo da casa nobre*. 2ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.
- . CAPELA, José Viriato; DOMINGUES, Agostinho – *Para a História de Amares*. Amares: Município de Amares, 2014. ISBN: 978-972-99879-5-3.
- . CAPELA, José Viriato; ROCHA, Fernanda – *Amares nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga, 2003. ISBN: 972-98662-2-8.
- . CARITA, Hélder – *A Casa Senhorial em Portugal: Modelos, Tipologias, Programas Interiores e Equipamento*. Fotografias de António Homem Cardoso. 1ª Edição. Alfragide: Leya, 2015. ISBN: 978-989-660-393-9.
- . CHOAY, Françoise – *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2010. Tradução de Teresa Castro. ISBN: 978-972-44-1274-0.
- . DOMINGUES, Álvaro – *A Rua da Estrada*. 1ª Edição. Porto: Dafne Editora, 2009. ISBN: 978-989-8217-06-6.
- . LINO, Raul – *Casas Portuguesas: Alguns apontamentos sobre o arquitectura das casas simples*. 10ª Edição. Lisboa: Livros Cotovia, 1992. ISBN: 972-8028-25-3.
- . MOUTINHO, Mário – *A Arquitectura Popular Portuguesa*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.

- . OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 4ª Edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000. ISBN: 972-20-0959-1.
- . ORDEM DOS ARQUITECTOS – *Arquitectura Popular em Portugal*. 4ª Edição. Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, 2004. ISBN: 972-97668-7-8.
- . PINTO, Ricardo Santos – *Se amares AMARES...* . Amares, 1998. ISBN: 972-97870-1-8.
- . PORTAS, Nuno – *Conservar renovando ou recuperar revitalizando*. Com nota introdutória sobre o Programa “Coimbra Antiga” por Matilde de Sousa Franco. Coimbra, 1983
- . VIEIRA, José Augusto – *O Minho Pittoresco*. Volume I. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1886.
- . SILVA, Domingos M. da – *Entre Homem e Cávado: Monografia do Concelho de Amares*. Amares, 1958.
- . SOLÀ-MORALES RUBIÓ, Ignasi de – *Do Contraste à Analogia*. Desenvolvimento do Conceito de Intervenção Arquitectónica. *Jornal Arquitectos* 213 – À la Recherche du Temps Perdu. Portugal. Ordem dos Arquitectos (Novembro/Dezembro 2003).
- . SOLÀ-MORALES, Ignasi de – *Intervenciones*. Barcelona: Gustavo Gili, SL, 2006. ISBN-13: 978-84-252-2043-2.
- . TOUSSAINT, Michel – *Re...* . *Jornal Arquitectos* 147 – *Re... Recuperação Reutilização Reabilitação*. Portugal. Associação dos Arquitectos Portugueses (Maio 1995).
- . TRIGUEIROS, Luiz – *Fernando Távora*. Lisboa: Editorial Blau, LDA, 1993.